



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA**

MARIA LUZINEIDE P. DA COSTA RIBEIRO

**O MUNDO COMO PRISÃO E A PRISÃO NO MUNDO: GRACILIANO RAMOS E A
FORMAÇÃO DO LEITOR EM PRESÍDIOS DO DISTRITO FEDERAL**

Brasília

2012



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA**

MARIA LUZINEIDE P. DA COSTA RIBEIRO

**O MUNDO COMO PRISÃO E A PRISÃO NO MUNDO: GRACILIANO RAMOS E A
FORMAÇÃO DO LEITOR EM PRESÍDIOS DO DISTRITO FEDERAL**

Brasília
2012

MARIA LUZINEIDE P. DA COSTA RIBEIRO

**O MUNDO COMO PRISÃO E A PRISÃO NO MUNDO: GRACILIANO RAMOS E A
FORMAÇÃO DO LEITOR EM PRESÍDIOS DO DISTRITO FEDERAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Literatura e Práticas Sociais do Departamento de Teoria Literária e Literaturas da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Literatura.

Orientador: Prof. Dr. Robson Coelho Tinoco.

Brasília
2012

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA**

MARIA LUZINEIDE P. DA COSTA RIBEIRO

**O MUNDO COMO PRISÃO E A PRISÃO NO MUNDO: GRACILIANO RAMOS E A
FORMAÇÃO DO LEITOR EM PRESÍDIOS DO DISTRITO FEDERAL**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Robson Coelho Tinoco – TEL/UNB
(Presidente)

Prof^a Dr^a Beatriz Vargas Ramos de Azevedo – FD/UNB
(Membro)

Prof. Dr. Alexandre Pilati – TEL/UNB
(Membro)

Prof. Dr. André Luís Gomes – TEL/UNB
(Suplente)

Aos meus filhos que são a minha luz e a minha
alegria; e ao meu companheiro de vida que
tornou tudo isso possível.

AGRADECIMENTOS

A meus pais por todo amor dedicado e por ensinar que a educação é um bom caminho;

Ao meu orientador Dr. Robson Coelho Tinoco que aceitou o desafio de conhecer um mundo tão singular e pelo compromisso acadêmico de ampliar a discussão sobre o lugar da literatura na prisão;

Ao Dr. Celso Wagner de Lima e Dr. Marcos Aurélio Sloniak, diretor e vice-diretor da Penitenciária do Distrito Federal I, que não só abriram as portas da prisão, mas demonstraram que a ressocialização é possível;

À Vara de Execução Penal do Distrito Federal na pessoa do excelentíssimo senhor Juiz de Direito Dr. Luís Martius Bezerra autorizou a realização da pesquisa;

Aos mestrandos e novos amigos que compartilharam nas oficinas literárias as muitas descobertas dessa pesquisa: Maria do Socorro Pontes, Lígia Diniz, Breno Kummel, Thomás de Abreu, Juliana Mantovani e Emanuely Araújo;

A mestranda Fabíula Martins que compartilhou todas as angústias e conhecimento apreendido.

A todos os participantes do sarau: Encontro marcado com Adélia Prado que tornaram um momento especial na vida de mulheres presas;

Ao Dr. Marcus Rito do Departamento Penitenciário Nacional que me apresentou o sistema penitenciário brasileiro e os projetos de leitura existentes;

Ao Secretário de Cultura do Distrito Federal, Dr. Hamilton Pereira que enriqueceu a exposição de poesias da PDF I com o seu testemunho sobre a época em que foi preso político e a importância da literatura no cárcere;

A Dr^o Ela Wiecko e a Dr^a Soraia Rosa Mendes pela possibilidade de aproximação da Literatura e do Direito;

A Subsecretaria de administração penitenciária que operacionalizou todos os trabalhos necessários à execução da pesquisa.

A todos os internos que participaram das entrevistas e das oficinas literárias, confiando a mim o seu tempo e as suas histórias.

Os inimigos da vida torcem o nariz diante da narrativa crua, da expressão áspera. Querem que se fabrique nos romances um mundo diferente deste, uma confusa humanidade só de almas, cheias de sofrimentos atrapalhados que o leitor comum não entende. Põem essas almas longe da terra, soltas no espaço. Um espiritismo literário excelente como tapeação. [...] A miséria é incômoda. Não toquemos em monturos. [...] São delicados, são refinados, os seus nervos sensíveis em demasia não toleram a imagem da fome e o palavrão obscuro. Fazemos frases doces. Ou arranjemos torturas interiores, sem causa. [...] E a literatura se purificará, tornar-se-à inofensiva e cor-de-rosa, não provocará o mau humor de ninguém, não perturbará a digestão dos que podem comer. Amém.

(Graciliano Ramos, em abril de 1937, três meses após sair da prisão)

RESUMO

RIBEIRO, Maria Luzineide P. da costa. O MUNDO COMO PRISÃO E A PRISÃO NO MUNDO: GRACILIANO RAMOS E A FORMAÇÃO DO LEITOR EM PRESÍDIOS DO DISTRITO FEDERAL. 2012. 160f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Instituto de Letras, Departamento de teoria literária e literaturas, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

A presente pesquisa investiga o perfil do leitor em situação de privação de liberdade, tomando por base a leitura de Antônio Cándido e a conceituação de mundo como prisão e vice-versa. Propõe-se, também, ampliar a discussão e compreensão do processo moderno de encarceramento, considerando o efeito da prisionização no comportamento do leitor inserido nessa sociedade marginal. A pesquisa tem caráter qualitativo e quantitativo, na perspectiva teórico-relacional do ato da leitura e caracterização do ambiente carcerário. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionários, oficinas literárias e coleta de dados estatísticos do sistema penal em nível nacional e local. O confronto dos referenciais teóricos e empíricos permite dimensionar a realidade na qual se insere o leitor em privação de liberdade, bem como a dinâmica espacial e as variáveis que influenciam sua formação. Os resultados confirmam a existência de comunidades leitoras no sistema prisional do Distrito Federal e evidenciam dificuldades próprias do ambiente carcerário para a apropriação da leitura. A experiência do escritor Graciliano Ramos, autor de *Memórias do Cárcere*, é considerada para a análise do ato da leitura como espaço de liberdade e elemento relativizador do tempo e do espaço na sociedade encarcerada. Entre o sentimento do homem encurralado pela vida e do animal encurralado pelo Estado, enquanto confinado nos porões do Estado Varguista, ergueu-se, neste escritor alagoano, a descoberta de si mesmo e do outro. Nessa perspectiva, o estudo aponta para a necessidade de políticas públicas de incentivo a leitura como mecanismo de auxílio no resgate da identidade do sujeito privado de liberdade e de sua reinserção social.

Palavras-chave: Literatura. Cárcere. Prisionização. Leitor. Liberdade.

ABSTRACT

The present study investigates the prisoner reader's profile by considering the Antônio Cândido's work and the conceits of the world as a prison, and also, of the prison as a world. It intends to purpose the discussion and the comprehension of the imprisonment modern process and its influence on the prisoner reader's behavior. The investigation uses the quality and quantity methods, and it analyzes the theoretical relation of the act of reading, and the characterization of the prison's environment. It was done by semi structured interviews, questionnaires, fast literature's courses and data's search from the Brazilian prison system. By comparing the studies from researchers and the empirical knowledge, it was possible to describe the reality of the prisoner reader, the social dynamic, and other factors that affect his training process. The results show that readers' communities exist in Distrito Federal's prisons, and they also show the proper difficulties for the reading process in prison. The experience of Graciliano Ramos, the author of "Prison's Memories", is considered for the analyses of the act of reading as a moment of freedom and relativization of the time and space in this marginal society. While a man trapped by life and an animal trapped by the State, prisoner in the basements of Vargas' Dictatorship, the author has discovered the others and himself. From this point of view, the present study points the necessity of public policies toward the literature as a mechanism of increasing the self esteem and the social insertion process of the individual who is in jail.

Keywords: Literature. Jail. Imprisonment. Reader. Freedom.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A punição pelo suplício do corpo. Processo de tortura pela inquisição espanhola em 1700 (imagem de domínio público).....	25
Figura 2 – Detentos em cela superlotada do presídio de Águas Lindas (GO)	33
Figura 3 – Jardim Zoológico de Versalles, à época de Luís XIV	34
Figura 4 – Planta da Casa de Detenção de Grand.....	35
Figura 5 – Panóptico – visão interna da cela	36
Figura 6 – Panóptico – Modelo perfeito de confinamento	36
Figura 7 – Rotina de ingresso – Centro de Internamento e Reeducação (CIR).....	39
Figura 8 – Cena do filme Memórias do Cárcere	67
Figura 9 – Instituto penal Cândido Mendes antes da destruição	72
Figura 10 – Biblioteca – Penitenciária do Distrito Federal I.....	114
Figura 11 – Livros mais lidos no cárcere	116
Figura 12 – Oficinas literárias do PFDF – Um encontro marcado com Adélia Prado	126

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da População carcerária no Brasil – 2005 a 2011	44
Gráfico 2 – Quantidade de presos por faixa etária	49
Gráfico 3 – Quantidade de presos por etnia	50
Gráfico 4 – Evolução da População Carcerária do Distrito Federal.....	86
Gráfico 5 – Quantidade de presos por faixa etária no Distrito Federal	87
Gráfico 6 – Quantidade de presos por etnia no Distrito Federal	87
Gráfico 7 – Estímulo dos pais à prática de leitura na infância	96
Gráfico 8 – Hábito de leitura – PDF I	97
Gráfico 9 – Relação de interesse – Leitura na prisão	98
Gráfico 10 – Motivação para leitura.....	98
Gráfico 11 – Razões para a não leitura.....	99
Gráfico 12 – Frequência de leitura – PDFI	100
Gráfico 13 – Acesso às bibliotecas – PDFI	100
Gráfico 14 – Expectativas de leitura – PDFI.....	101
Gráfico 15 – Representação do ato de leitura.....	101
Gráfico 16 – Hábito de leitura – PFDF.....	122
Gráfico 17 – Leitura na prisão – PFDF	123
Gráfico 18 – Livros mais procurados – PFDF.....	124
Gráfico 19 – Motivação da leitura – PFDF	125
Gráfico 20 – Expectativas de leitura – PFDF	125

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População carcerária Brasileira – Grau de escolaridade.....	48
Tabela 2 – Sistema Penitenciário Brasileiro – Servidores.....	51
Tabela 3 – Quantidade de penas impostas no Brasil	52

LISTA DE SIGLAS

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

INFOPEN – Sistema de Informações Penitenciárias

LEP – Lei de Execução Penal

MJ – Ministério da Justiça

PDF I – Penitenciária do Distrito Federal I

PFDF – Penitenciária Feminina do Distrito Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 PRISÃO: A LEITURA DE UM VELHO MUNDO	22
2.1 DOS CASTIGOS CORPÓREOS ÀS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE: O CORPO COMO ALVO.....	22
2.2 SOCIEDADE DISCIPLINAR: MODULAÇÃO DE VONTADES.....	32
2.3 ZONA DE EXCLUSÃO SOCIAL: TEMPO PERIFÉRICO	40
2.4 SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO – CONTEMPORANEIDADE E EFEITOS DA PRISIONIZAÇÃO	46
3 LITERATURA – MUNDO DA PRISÃO: ALEGORIA E REPRESENTAÇÃO	54
3.1 MEMÓRIAS – ESCRITOS NO CORPO E NA ALMA.....	54
3.2 A GEOGRAFIA DA PRISÃO – ENTRE GRADES E GAIOLAS	61
3.3 PERSONAGENS – FICÇÃO E REALIDADE: UM MUNDO DE VERDADES	75
3.4 DESPERSONALIZAÇÃO – LITERATURA E IDENTIDADE.....	80
4 CELA DE LEITURA: UM NOVO OLHAR POR ENTRE AS GRADES.....	83
4.1 SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL – MITOS E VERDADES DA RESSOCIALIZAÇÃO	83
4.1.1 Casa, barraco, condomínio, buraco e leitura	88
4.1.2 A leitura e a rotina do ócio.....	92
4.1.3 A Formação do detento-leitor.....	95
4.2 ENTREOLHARES: A LITERATURA EM REVISTA	102
4.3 A TIPIFICAÇÃO PENAL NO PROCESSO DE LEITURA	110
4.4 ARTEMIS OU MINERVA? A CONDIÇÃO DA LEITORA NO CÁRCERE	117
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS	131
ANEXOS	135
ANEXO A – SOLICITAÇÃO PARA PESQUISA	136
ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DO JUIZ DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS	137
ANEXO C – PROJETO DE LEITURA	138
ANEXO D – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS	146
ANEXO E – TERMO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DO TEXTO.....	147
ANEXO F – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM OS INTERNOS	148
ANEXO G – TEXTOS PRODUZIDOS NAS OFICINAS LITERÁRIAS	149
ANEXO H – OFICINA DE PINTURA – DESENHO DE UMA CELA DA UNIDADE PESQUISADA	153
ANEXO I – QUESTIONÁRIO APLICADO PARA OS INTERNOS NA PDFI.....	154
ANEXO J – ROTEIRO PARA ENTREVISTA – CHEFE DO NÚCLEO DE ENSINO.....	160

1 INTRODUÇÃO

Muitos pesquisadores vêm se dedicando a estudos no Sistema Prisional Brasileiro e às várias nuances do encarceramento. A problemática em torno da violência e o crescimento da criminalidade suscitam discussões sobre o recrudescimento das leis e, conseqüentemente, a exclusão social do delinquente, no entanto, pouco se conhece da dinâmica intramuros e da rotina do preso. Sabe-se que a superlotação e a ausência de políticas públicas são fatores complicadores no processo de ressocialização, conduzindo o indivíduo ao ócio. A pesquisa investiga o lugar da literatura na práxis diária de unidades prisionais do Distrito Federal e as relações do detento com a prática da leitura.

Importa registrar que a escolha da temática tem relação com a experiência da pesquisadora como voluntária e profissional que atuou durante longos anos no Sistema Penitenciário do Distrito Federal. As experiências do trabalho voluntário e de profissional de educação despertaram o interesse para a investigação, pouco explorada, sobre o perfil do leitor e os efeitos da experiência literária na prisão. A escolha da temática e os primeiros passos em direção à pesquisa se deram durante um trabalho realizado no ano de 2006 para o curso de Literatura Brasileira, lato-sensu da Universidade de Brasília sobre a relação entre o tempo ocioso no cárcere e a literatura, quando se observou que o grupo de internos, participante da pesquisa, ao deparar-se com a proposta de leitura do texto “*O cobrador*”, de Rubem Fonseca, na sua maioria, demonstrou descontentamento ao ler um texto, segundo eles, tão cercado de violência e solicitaram, imediatamente, a troca deste “tipo de leitura” por outro texto, de preferência mais ameno, como de Paulo Coelho.

Causou estranhamento verificar que aquele público gostasse de uma “leitura mais amena”. Concluiu-se que talvez a ideia que a sociedade extramuros constrói em torno desse grupo seja equivocada. Levantou-se outra hipótese: talvez fosse uma tentativa engenhosa do grupo em influenciar a concepção da pesquisadora acerca da imagem do indivíduo encarcerado e, conseqüentemente, do leitor naquele ambiente. Aos poucos, a experiência profissional da pesquisadora em instituições penais e a convivência próxima a esses indivíduos pareciam desfaceladas frente a novas descobertas.

A previsibilidade do pré-julgamento que a sociedade costuma fazer em torno de indivíduos, em conflito com a lei, é desanimadora e contrasta com aquele sentimento de

Dostoiévski de que “alegra uma alma saber que é acreditada”.¹ Numa análise preliminar do comportamento desse leitor, este olhar cético predomina frente à realidade carcerária do Brasil, no entanto, numa segunda análise poderia ser uma resposta ao total desconhecimento acerca do mundo da prisão. À luz da literatura, um estudo instigante parecia erguer-se, permitindo conhecer melhor aquela sociedade e aquelas pessoas não apenas sob o viés sociológico, mas, com um olhar a partir das práticas literárias, com uma clientela específica, presidiários do sistema prisional do Distrito Federal.

A instituição total, neste caso, a prisão, caminha em direção contrária à modernidade. Observa-se que, distanciado da sociedade, o indivíduo torna-se refém do tempo e cumpre a sentença de refletir sobre todos os crimes cometidos a fim de expiar sua culpa, como bem observado por Foucault (1997). A solidão, causada pelo afastamento social, tem como propósito ser um instrumento positivo para a mudança, suscitando reflexão e remorso.

Tomando-se o conceito da prisão como metonímia do mundo, a partir da análise de Antônio Cândido (2006), é possível entendê-la como uma sociedade com características bem próximas da sociedade extramuros, mas desconhecidas no mundo social. Graciliano Ramos em *Memórias do Cárcere* (1953) testemunha um momento ímpar da história do Brasil, a ditadura militar da Era Vargas. Numa descida aos infernos, o escritor é preso e descreve como o país vivia sua grande prisão: sob tutela de um regime totalitário. Silenciados pelo poder do Estado, os intelectuais arrastavam seus grilhões. Com Graciliano não foi diferente. Ele acreditava que melhor do que estar nesta grande prisão a céu aberto, seria estar preso de fato, assim estaria livre das responsabilidades, dos problemas conjugais e com todo o tempo para a feitura de suas obras.

Esse é o fio condutor para esta pesquisa, destacado por Antônio Cândido (2006), entender sob a visão de Graciliano Ramos, o mundo enquanto prisão e conhecer a prisão enquanto mundo. Em *Memórias do Cárcere* (1953), Graciliano afirma que o indivíduo está preso à sintaxe gramatical ou a Delegacia de Ordem Política e Social, sem poder se mexer entre estes espaços, relativizando o conceito de liberdade. Dessa forma, entende-se que a liberdade surge na literatura na possibilidade de encontrar-se consigo e com o mundo. Para tanto, os labirintos percorridos por Graciliano nos porões da ditadura servirão de mapas para o entendimento desta sociedade, a dimensão do tempo e o espaço da prisão.

¹ DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Recordações da casa dos mortos**. São Paulo: Martin Claret, 2006, p.160.

À sombra dos seus defeitos, afastado dos preconceitos, Graciliano fez o possível para entender aquelas pessoas presas, “penetrar-lhes na alma”,² sentir suas dores e por que não admirá-las? Nesta atitude, segundo Bueno (2008) há por assim dizer um arqueamento, partindo da observação do mundo que pode chegar ao escrínio milimétrico do eu. A experiência no cárcere possibilitou ao escritor fazer uma sondagem psicológica destes homens, segundo observado por Antônio Cândido (2006, p. 125):

A prisão atirou-o nessa franja de inferno que cerca a nossa vida de homens integrados numa rotina socialmente aceita; franja que em geral só conhecemos por lampejos, e da qual nos afastamos, procurando ignorá-la, a fim de pacificar a nossa parcela de culpa.

Na esteira do tempo, constata-se a contemporaneidade da obra *Memórias do cárcere* com a realidade prisional brasileira. Pela relevância histórica da obra e pela marca do testemunho estetizado literariamente, muitos estudos têm sido dedicados a Graciliano e suas memórias, no entanto, no âmbito desta pesquisa, importa ampliar os horizontes sociais sobre os submundos da prisão.

Antes do início do estudo da narrativa de Graciliano Ramos e as relações sociais, seu tempo e a geografia da prisão na compreensão do sujeito em confinamento e sua experiência com a leitura, convém entender melhor esse mundo e suas origens. Dessa forma, o presente trabalho está estruturado em três capítulos e as considerações finais.

No primeiro capítulo, será analisada a origem da prisão e aplicação da lei sobre o corpo do condenado, alvo principal da punição. Verifica-se que a ideia de justiça se contrapõe ao encarceramento, porque de fato ressalta-se o tempo como pagamento da dívida social. Para isso, serão consideradas algumas discussões de alguns autores sobre estas temáticas, entre eles, Foucault (1997) e Goffman (1990). No pagamento da dívida social, o tempo é o maior carrasco do indivíduo no cárcere que é lançado nesta zona periférica, conforme assevera Chies (2008). O tempo é sentido física e socialmente, marginalizando ainda mais o indivíduo que caminha na contramão da modernidade. Dostoiévski em suas *Recordações da Casa dos Mortos* (1849) deixa implícito o processo descendente da prisão que tem como principal consequência a segregação e degradação do indivíduo, constantemente rebaixado a um ritmo desacelerado, desprogramado para a vida. Ainda discorrendo sobre o mundo da prisão, ressaltam-se a disciplina do corpo e a vigilância como elementos moduladores das vontades. Ao final deste capítulo, configurados o indivíduo, o espaço e o tempo imbricados na história

² RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2008, p. 15.

das prisões, apresentam-se as prisões brasileiras sob a ótica de Wacquant (2001) e os efeitos da prisionização num terreno fértil às discussões sobre a eficiência do encarceramento.

No segundo capítulo, temos a representação literária do mundo da prisão por meio das Memórias do Cárcere de Graciliano Ramos. A força do seu testemunho cotejado com a realidade carcerária dos anos 1930 permitiu visualizar o cenário político da época e o corpo mais uma vez como resultado do trauma vivenciado na prisão. A dicotomia entre poder e justiça nas lembranças *do menino em Infância* (1945) reverberam no homem, como extensão dos abusos sempre vivenciados por Graciliano. A infância do menino leva à compreensão do homem e das suas relações com o poder. Mais um passo para o entendimento da alma dos criminosos que tanto chamou atenção de Graciliano. A humanidade que o escritor não encontrava naquela sociedade extramuros encontrou na prisão. Dessa forma, serão analisados personagens e momentos marcantes na narrativa que evidenciam a relativização do conceito de humano no espaço do cárcere. Ao final, encerra-se o capítulo com a análise da despersonalização do sujeito na instituição total e a relação da literatura como possibilidade de resgate de identidade.

Entrelaçados pela lei e pelas letras estão o primeiro e segundo capítulos que trazem o mundo da prisão como uma velha leitura e na intimidade da escrita de Graciliano, o leitor poderá sentir a realidade da prisão, a sensação de perturbação e sofrimento causados pela ausência de liberdade e a contínua vigilância.

No terceiro capítulo, observa-se o elemento que realiza a intersecção entre estes dois mundos: a literatura. Situa-se o leitor. Inicialmente, busca-se compreender o *locus* da pesquisa – o Sistema prisional do Distrito Federal e sua história contada entre mitos e verdades no processo de ressocialização, corroborada pela ausência de atividades e ócio como grande companheiro do internado. Nesta perspectiva, pode-se verificar que a literatura se apresenta para o preso como espaço de liberdade e como elemento relativizador do tempo. A partir dos estudos topofólicos de Bachelard (1993) demonstra-se o conflito da ideia de casa associada à permanência na prisão e a leitura como alternativa para um novo *habitat*. A partir da concepção de Iser (2002), pode-se entender o leitor como sujeito ativo no processo de leitura e como possível transformador dessa realidade adversa. Outro aspecto interessante na investigação são as nuances da experiência de leitura, a partir da leitura de gênero social: leitores e leitoras. A compreensão do sujeito em confinamento como indivíduo capaz de ser integrado à sociedade é o grande princípio da ressocialização. A literatura como uma atividade intracárcere conduz o indivíduo a esta percepção de si mesmo, o que torna esta variável, às vezes perigosa, levando o gestor ao monitoramento da sua utilização. Enfim, “a

palavra é uma arma, e pode ser usada para o bem ou para o mal: a culpa do crime nunca é do punhal”. (GALEANO, 1990, p. 9).

Compreende-se, portanto, a discussão em torno da seleção prévia dos títulos a serem autorizados. Neste capítulo, a literatura passa em revista para ser avaliada como porta para o conhecimento e/ou instrumento de manipulação. Ao final do capítulo, estuda-se a relação entre a literatura e a categorização do leitor, segundo a relação da tipificação penal com a experiência literária. Identificou-se que a prática de leitura desenvolve-se, de acordo com a comunidade de leitores e os crimes cometidos.

O objetivo da pesquisa é analisar a formação do leitor no cárcere do Distrito Federal, mais especificamente pretende-se conhecer o significado da literatura no espaço de confinamento, saber quais as principais motivações, o modo, a frequência de leitura dos presos, e ainda, verificara acessibilidade ao acervo e salas de leitura, além de identificar as possíveis dificuldades enfrentadas para realização da leitura. A partir dessas considerações sobre o comportamento do leitor, pretende-se estabelecer as relações entre a literatura, a variável tempo e a tipificação penal.

Nesta pesquisa consideraram-se como amostra, leitores de livros literários e não leitores de livros para fins didáticos, isto se deve a percepção da literatura como possível instrumento de liberdade e não como prática obrigatória na apreensão do conhecimento formal. A metodologia da pesquisa foi centrada numa abordagem qualitativa e quantitativa. A pesquisa se desenvolveu em quatro fases distintas, as duas primeiras seguiram uma abordagem qualitativa e as duas fases finais, uma abordagem quantitativa:

a) Fase I (2º semestre de 2010): inicialmente, a pesquisa foi realizada com um grupo de 90 internos do bloco “E” e 05 internos do bloco “F”, por intermédio de questionários aplicados em dois extremos da exclusão no cárcere: o primeiro grupo, com atividade escolar e o segundo grupo, excluído da massa carcerária por problemas de convivência, liderança negativa ou crimes sexuais.

b) Fase II (1º semestre de 2011): pesquisa realizada em oficinas literárias com 90 internos do bloco E, prédio onde se localiza a unidade escolar.

c) Fase III (2º semestre de 2011): pesquisa realizada com o formato de oficinas de Pintura com 13 internos do bloco D, internos sem nenhuma atividade educacional ou laborativa.

d) Fase IV (2º semestre de 2011): pesquisa realizada com 30 internas da Penitenciária Feminina do Distrito Federal, no formato de rodas de conversa. Nesta fase, houve a participação de estudantes do curso de Graduação de Direito da Universidade de Brasília.

A coleta de dados possibilitou encontrar respostas para algumas dúvidas e compreender que havia mais perguntas a serem feitas e, conseqüentemente, mais descobertas para serem compartilhadas. Para a coleta de dados quantitativos foi utilizada técnica de documentação direta, ou seja, dados estatísticos em registros oficiais. Para a coleta de dados qualitativos foram realizadas oficinas, entrevistas e questionários. O método de abordagem adotado é o hipotético-dedutivo, no qual se defende o aparecimento do problema e da conjectura, em primeiro lugar, que, logo depois serão testados pela observação e experimentação. (LAKATOS; MARCONI, 1993, p. 72).

Para análise de dados, os procedimentos foram quantitativos e qualificativos. Segundo Lakatos e Marconi (1993), o método quantitativo se caracteriza pela utilização de técnicas estatísticas para tratamento dos dados, por sua vez, a modalidade qualitativa preocupa-se em analisar aspectos mais profundos do comportamento humano numa análise mais detalhada, a partir de investigações, hábitos e tendências. Foram escolhidas as abordagens quantitativa e qualitativa com o objetivo de apresentar um painel mais completo sobre o perfil do preso do Sistema Penitenciário Brasileiro e o comportamento do detento-leitor do Distrito Federal.

Para o tratamento dos dados qualitativos seguiu-se a perspectiva de análise relacional teórica por se tratar de investigação de textos, imagens e entrevistas. A perspectiva da análise do conteúdo possibilita ao pesquisador transpor a barreira das incertezas no tratamento dos dados qualificativos, a partir da associação da descoberta do questionamento ao rigor científico inerente à investigação:

O conhecimento científico é sistemático [...] caracterizado por um conjunto básico de hipóteses particulares comprovadas, ou princípios fundamentais, que procura adequar-se a uma classe de fatos, constitui uma teoria; dessa forma, toda ciência possui seu próprio grupo de teorias; [...] (LAKATOS; MARCONI, 1993, p. 37).

Na proposta inicial de oficinas literárias, o objeto de pesquisa era o leitor e o papel da literatura no cárcere sob a ótica do indivíduo em confinamento, mas aos poucos, observou-se que existiam outros contornos, intrinsecamente, ligados à investigação: a própria instituição e seus representantes. A quebra da rotina da prisão e a reação às atividades de leitura permitiram lançar outro olhar que aqui merece ser investigado, portanto, ao longo de quase

dois anos de pesquisa, entre junho de 2010 e maio de 2012, foram ainda entrevistados 14 representantes do sistema prisional do Distrito Federal e um representante do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Foram realizadas entrevistas com este segmento com o objetivo de entender melhor a dinâmica das unidades prisionais e, a partir, desta compreensão interagir melhor no espaço e com o grupo a ser pesquisado.

Num primeiro estágio da pesquisa, foram realizadas perguntas abertas para dar vazão a uma gama maior de possibilidades de respostas e desenvolvimento das mesmas durante as entrevistas. A convivência e frequência no local permitiram fazer entrevistas não padronizadas em conversas nos corredores que davam acesso aos espaços internos da prisão ou mesmo durante a espera para liberação dos internos.

2 PRISÃO: A LEITURA DE UM VELHO MUNDO

O encarceramento, ao longo da história, parecia representar um avanço no tratamento do indivíduo transgressor da lei. Numa projeção histórica, sob o aspecto temporal e espacial, observa-se como o corpo é modulado, segundo as normas de uma sociedade disciplinar. Inicialmente, nesta discussão, serão apontados os instrumentos de coerção e as várias tentativas de aprimoramento desses métodos. A julgar pelo que relata Foucault (1997), o tempo surgiu como mecanismo moderno de exclusão, no entanto, o pagamento social da dívida não resulta na salvação do preso. O tempo não aperfeiçoou o enclausuramento como medida exata para a reinserção social do indivíduo, e, portanto, como numa velha leitura, a prisão continua a representar o símbolo extremo de segregação humana, mas ainda apresenta-se como única alternativa à punição.

2.1 DOS CASTIGOS CORPÓREOS ÀS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE: O CORPO COMO ALVO

“Do lado de lá dessa saída virtual o claro mundo da liberdade. Do lado de cá o nosso mundo, em análogo àquele que por isso nos parecia uma ilustração de livro de fadas. Aqui um mundo bem outro, regido por estatutos, disciplinas, horários específicos; uma casa para cadáveres vivos; uma vida à margem; e homens de vivência muito outra. É este desvão tão diferente da vida que ora me proponho a descrever, tal como é.” (DOSTOIÉVSKI, 2006, p. 21).

Direcionado o olhar para a prisão, sob a ótica de grandes escritores da Literatura universal, como Graciliano Ramos e Dostoiévski, entende-se porque há a permanência do adjetivo “velho” em contraposição ao movimento de ebulição constante na sociedade, com perspectivas de transformações e possibilidades de avanço inerentes à modernidade. Observa-se, como num binóculo em posição invertida, um sistema em decadência que desde o nascimento foi norteadado pelas relações de poder e por uma racionalidade distante de qualquer processo de maturação.

A dialética existente entre o conceito temporal de *novo* e *velho* no mundo da prisão reverbera nos testemunhos desses escritores, temporariamente em confinamento, elencados em várias etapas da história humana, pois se verifica que inexiste a progressão conceitual entre os adjetivos “novo” e “velho”, num sentido lato de evolução, mas, notadamente, constata-se a forte presença do substantivo “prisão” como espaço de segregação. Portanto, a concepção da prisão e os seus desdobramentos contemporâneos registram indicadores da

ineficácia do sistema penitenciário e da, conseqüente, vulnerabilidade a que o indivíduo encarcerado é submetido.

Percebe-se nessas obras a projeção de vozes de grupos marginalizados, a partir da percepção do ponto de vista do escritor, do seu olhar sobre essa realidade e sobre as relações sociais estabelecidas num espaço de degradação humana. Coloca-se nesta pesquisa a função social da literatura que por meio da palavra, reconta a vida, recria a realidade na relação do homem com o mundo e com seus pares. Enfim, “a criação literária corresponde a certas necessidades de representação do mundo, às vezes como preâmbulo a uma práxis socialmente condicionada”, de acordo com Cândido.³ Pode-se tomar como exemplo, o testemunho de grandes escritores, corporificados, inicialmente, por Dostoiévski, preso em 1849, na Sibéria, que escreveu suas recordações da Casa dos mortos em que retratava “um mundo desconhecido, uma sociedade de decaídos”. (DOSTOIÉVSKI, 2006, p. 17).

A construção do discurso literário em *Recordações da Casa dos Mortos* dialoga com a dura vivência de Graciliano Ramos em suas *Memórias do Cárcere*, datada de 1953. Um século depois e a história das prisões ainda continua a mesma: em estágio de putrefação. Uma questão importante se impõe: não foi possível perceber no processo de encarceramento um amadurecimento do modelo institucional e de seus meios coercitivos. Dostoiévski (2006, p. 23) adverte que se tratava de um mundo novo e completamente desconhecido, “Isso é presídio, é uma tarefa de paciência”. É latente na malha textual da narrativa a dicotomia entre “o mundo novo” e o exercício de “paciência”, transformando os fatos numa escritura que aproxima o mundo do texto ao mundo real.

O tempo não fez desse novo espaço *locus* de experimentação e aprendizagem. Sem avanços, prosseguiu tal qual o próprio Sísifo⁴ condenado a levar a pedra até o cume da montanha e vê-la rolar novamente para baixo. Estabelece-se, portanto, o mesmo processo de inércia com o sistema penitenciário que parece estar sempre num movimento de eterno recomeço.

Nota-se que dos suplícios à pena privativa de liberdade, ao longo da história, a sociedade conheceu as formas mais cruéis de punição do indivíduo e, somente em meados do século XVIII vê surgir no processo punitivo um elemento de caráter aparentemente

³ CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000, p. 55.

⁴ Uma personagem da mitologia grega que desafiou os deuses e recebeu a punição de por toda a eternidade empurrar uma pedra de uma montanha até o topo, a pedra então rolaria para baixo e ele teria que começar tudo de novo. Sísifo foi condenado a uma tarefa sem sentido, mas mesmo assim continuou a executá-la diariamente.

humanizador.⁵ Aos poucos, decidiu-se suprimir das ruas as sentenças e os espetáculos de horror, no entanto, observa-se ainda, que o alvo da lei continua sendo o corpo do apenado que é submetido a todo o tipo de degradação:

Damiens fora condenado, a 2 de março de 1757, a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris (onde se devia ser) levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, na praça de Grève, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atenazado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atenazado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento. (FOUCAULT, 1997, p. 9).

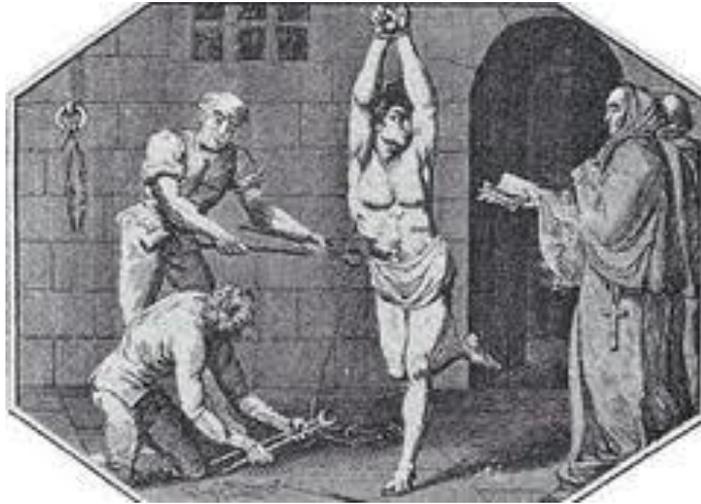
Retomando a evolução histórica das prisões, conta-se que na era clássica era evidente a preocupação do soberano com o controle do território e a manutenção das atividades de confisco, portanto, o suplício tinha seu caráter jurídico e, sobretudo, o ritual tinha seu aspecto político. Segundo Foucault (1997), o direito exigia uma reparação do dano causado não só a outrem, mas entendia a falta do criminoso como violação da lei que era considerada uma vontade do rei. A vítima imediata, não era razão para punição da transgressão, mas a força do príncipe que era colocada em cheque por seus súditos:

O castigo então não pode ser identificado nem medido como reparação do dano; deve haver sempre na punição pelo menos uma parte, que é a do príncipe; e mesmo quando se combina com a reparação prevista, ela constitui o elemento mais importante da liquidação penal do crime. (FOUCAULT, 1997, p. 42).

Dessa forma, o castigo aplicado tinha relação direta com a vingança do soberano diante da afronta cometida contra a sua pessoa. A representação da vítima e a possível reparação do dano sofrido cedem lugar à necessidade de punição exemplar a todo aquele que violasse a lei. No castigo corpóreo estavam presentes elementos de poder e autoridade real. Numa organização ritualística, os suplícios eram exibidos como uma forma do triunfo da lei e de apropriação do corpo do condenado onde era impressa a marca da superioridade e do domínio do soberano sobre a vida de seus súditos.

⁵ A violência exposta sobre o corpo do condenado em espaços públicos causava horror à população que assistia à punição como violência institucionalizada. Dessa forma, a clausura surge como possibilidade de humanização do processo, no que tange a compreensão do sujeito da pena imposta e da necessidade de adaptar-se à vida social.

Figura 1 – A punição pelo suplício do corpo. Processo de tortura pela inquisição espanhola em 1700 (imagem de domínio público)



Fonte: Foucault (1997)

Era claro que o arcabouço teatral que envolvia o supliciado e o seu carrasco, configurados naquela cena como vilão e mocinho, passava a ter nova conotação para o povo diante da indecorosa necessidade de sofrimento em exaustão. Os atores no patíbulo que tinham imprimido em suas condutas a marca do bem e do mal transformavam a legalidade do executor em violência institucionalizada e o sofrimento descomunal do condenado era considerado pelo público como desnecessário. Dessa forma, inverteram-se os papéis, os atores foram iguados em selvageria e todo o horror do crime desencadeado pelo condenado parecia reproduzido no comportamento do seu carrasco neste rito de punição.

Não obstante, ainda eram conjugadas às penas de suplício as penas acessórias: exposição, coleira de ferro, roda, açoite, marcação com ferrete, além do banimento, que era a reclusão em hospital. Nem mesmo aos doentes era permitida a retirada dos grilhões. As experiências memorialísticas de Dostoiévski carregadas de dor, das injustiças vividas e vívidas em suas lembranças reforçam a não compreensão do uso dos grilhões em doentes, uma vez que pesavam cerca de cinco quilos e poderiam definhar a musculatura das pernas. Ao fim de alguns anos esta medida não serviria, portanto, para impedir uma fuga.

Atravessava por esta prática a representação simbólica da punição: “a grilheta vale como símbolo de infâmia, de vergonha, como estigma físico e moral pregado num homem.” (DOSTOIÉVSKI, 2006, p. 18). De acordo com Foucault (1997), o banimento representou, entre 1755 e 1785, cerca de 50 % das penas aplicadas, que poderia, além disso, ser acompanhado por exposição pública e pela marcação com ferrete. A função de tais penas não

era a de reconciliar o condenado à sociedade, mas representava a marca emblemática do crime, ou seja, a representação da segregação a que fora condenado dali em diante:

O suplício, mesmo se tem como função “purgar” o crime, não reconcilia; traça em torno, ou melhor, sobre o próprio corpo do condenado sinais que não devem se apagar; a memória dos homens em todo caso, guardará a lembrança da exposição, da roda, da tortura ou do sofrimento devidamente constatados. (FOUCAULT, 1997, p. 31).

A barbárie representada pelo patíbulo, o pelourinho, a roda e o chicote, aos poucos, foram substituídos por métodos menos violentos ao corpo do condenado. A confissão pública seguida pelos escárnios e injúrias do público foi abolida na França em 1791, o pelourinho foi abolido da Inglaterra em 1837 e a marca a ferro quente em 1834. A Rússia, Inglaterra e Prússia mantiveram o uso do chicote como instrumento de punição ainda por mais algum tempo. Nas suas recordações, Dostoiévski (2006) destaca que o castigo por flagelação era bastante utilizado à época, e observa que mesmo que robusto, um homem não conseguia suportar mais de 500 chibatadas. Dessa forma, muitas vezes o castigo era dividido em dois momentos para não matar o prisioneiro e todos, numa atitude solidária, compreendiam porque na véspera esse ficava calado, sem dizer uma palavra, preferindo não conversar.

A ideia de sofrimento contínuo, da multiplicidade da dor como elemento de vingança, serviu de propósito para tornar o processo de punição uma experiência de arrependimento, na qual o condenado participava vagarosamente em cada etapa, até que finalmente de sua existência não sobrasse nenhum vestígio. “Homens, há, que como os tigres lambem o sangue.” (DOSTOIÉVSKI, 2006, p. 208), a perversidade e o prazer faziam dos aplicadores do castigo seres semelhantes ao marquês de Sade,⁶ estonteados pelo sangue e poder.

A plasticidade da cena do castigo corpóreo, meticulosamente calculada, segundo a medida da culpa do criminoso, de maneira distorcida, nesse momento servia como compensação social do mal cometido. O mecanismo de punição era exemplar, mas demasiadamente severo, então com o objetivo de reduzir “as mil mortes”⁷ definiu-se a execução capital como uma nova forma de punição mais justa:

⁶ Donatien Alphonse François de Sade, o Marquês de Sade (Paris, 2 de junho de 1740 — Saint-Maurice, 2 de dezembro de 1814) foi um aristocrata francês e escritor libertino. Muitas das suas obras foram escritas enquanto estava na *Prisão da Bastilha*, encarcerado diversas vezes, inclusive por Napoleão Bonaparte. De seu nome surge o termo médico sadismo, que define a perversão sexual de ter prazer na dor física ou moral do parceiro ou parceiros.

⁷ *As mil mortes* revestem-se da ideia de uma morte lenta, com requintes de crueldade do carrasco que tinha o objetivo de fazer durar o sofrimento do condenado. Esquartejavam, abriam feridas, derramavam enxofre quente, várias técnicas eram engenhosamente trabalhadas, para que o criminoso fosse dado em espetáculo público como exemplo de punição a todos que praticassem atos infracionais.

O famoso artigo 3º do código Francês de 1791 – Todo condenado à morte terá a cabeça decepada – tem estas três significações: uma morte igual para todos (os delitos do mesmo gênero serão punidos pelo mesmo gênero de pena, quaisquer que sejam a classe ou condição do culpado, dizia a moção votada, por proposta de Guillotin, a 1º de dezembro de 1789); uma só morte por condenado, obtida de uma só vez e sem recorrer a esses suplícios “longos e conseqüentemente cruéis”. (FOUCAULT, 1997, p.15).

Retomada durante a Revolução Francesa pelo médico francês Joseph-Ignace Guillotin⁸ como método mais eficiente e humano de punição, a guilhotina surgiu como proposta de redução do contato com o corpo do condenado, eliminando a tortura, o dilaceramento da carne. A exposição pública, assim, era considerada um instrumento apropriado para a aplicação da punição. Evitavam-se os prolongados momentos de suplício. Em questão de instantes a lei era cumprida e o condenado finalmente punido, sem que houvesse a sujeição do seu corpo a medidas cruéis. Nesse novo mecanismo, o papel do carrasco foi reinventado: passou a meticuloso relojoeiro, suas mãos só definiam a hora da morte.

Toda a transformação no funcionamento dos mecanismos punitivos não extinguiu o processo de tortura sobre o corpo, reduziram apenas o tempo dessa arte de fazer sofrer. Nos períodos de 1760-1840 no sistema penal francês, ainda vimos, a prática da dor como elemento intrínseco ao processo legal de punição. No fim do século XVIII e início do século XIX, desaparece o corpo como alvo principal de punição, são abolidas todas as formas de suplício das engrenagens mecânicas desse ato, e as marcas violentas da necessária punição do estado sobre o sujeito, notadamente, já pertenciam ao antigo regime.

Compatível com o estado moderno, o encarceramento do indivíduo surgiu como possibilidade de por fim a pena de morte e as etapas anteriores de extrema tortura física impingidas sobre o criminoso. Neste novo paradigma, objetivo passa a ser a salvação da alma do condenado: “Pois não é mais o corpo, é a alma. À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições.” (FOUCAULT, 1997, p. 18).

Em face de tais transformações, Foucault (1997) destaca que neste novo método coercitivo, o castigo deveria ferir mais a alma do que o corpo. A prisão fora apresentada como a pena das sociedades civilizadas, sem imposições violentas, considerada como uma forma

⁸ Foi o médico francês Joseph-Ignace Guillotin (1738-1814) que sugeriu o uso deste aparelho na aplicação da pena de morte. Guillotin considerava este método de execução mais humano do que o enforcamento ou a decapitação com um machado. Na realidade, a agonia do enforcado podia ser longa, e certas decapitações a machado não cumpriam seu papel ao primeiro golpe, o que aumentava consideravelmente o sofrimento da vítima. Guillotin estimava que a instantaneidade da punição era a condição necessária e absoluta de uma mortedecente. Mas não foi ele o inventor desse aparelho de cortar cabeças, usado muitos séculos antes.

racional de punição. Neste mecanismo o objetivo passa a ser a transformação dos indivíduos em pessoas mais dóceis e úteis à vida social, produzindo uma reparação do dano praticado de maneira uniforme, igualitária, segundo uma variável de tempo.

Fundamentada na simples “privação de liberdade”, a prisão assumiu o papel de transformar os indivíduos, treiná-los, adequá-los e redirecioná-los ao corpo social. A ociosidade, no entanto, conduzia o sujeito a seus piores instintos: “sem trabalho, sem horário de serviço, o homem não se sente mais homem, vira animal, desajusta-se por completo.” (DOSTOIÉVSKI, 2006, p. 29).

Impregnada desse caráter mais humanizado, a prisão rapidamente foi admitida como técnica ideal para a correção de comportamentos inadequados, assim como a prisão canônica na idade média. A igreja acreditava que uma maneira de corrigir os comportamentos inadequados dos monges que não se ajustavam aos dogmas da sua doutrina era a aplicação de uma pena que correspondesse a um período de isolamento em celas, em outra ala do mosteiro, com muita oração e penitência, pedindo perdão a Deus pelos seus pecados.

Dentro deste espaço (cela) de solidão e silêncio, a prisão canônica parecia aos monges uma proposta de reavaliação de condutas que deveriam apresentar caráter terminantemente típico de uma sociedade cristã. Assim, ocorreu com o escritor irlandês Oscar Wilde, preso em 1895, denunciado pelo marquês de Queensberry, John Douglas, pai do Lorde Alfred Douglas com quem o escritor mantinha relações afetivas. À época, estas relações eram consideradas crime de homossexualismo, passíveis de prisão. Segundo as leis inglesas, até 1861, o crime de homossexualismo deveria ser punido com pena de morte, em 1861, passou a ser punido com a prisão perpétua e em 1885, a punição foi reduzida para dois anos com trabalhos forçados.

Em *De profundis*, Wilde (2004) escreve em formato epistolar para seu amante atribuindo culpa pela sua falência financeira, fim de sua carreira e sua vida em ruínas, na prisão de Reading onde ficou durante dois anos.

Após a minha terrível sentença, quando já tinha vestido o uniforme de prisioneiro, e a porta da prisão se tinha fechado atrás de mim, sentei-me entre as ruínas da minha vida maravilhosa, esmagado pela angústia, perplexo de terror, estonteado pela dor. (WILDE, 2004, p. 53).

Segundo Schokel (1997), o título *De profundis* faz referência ao salmo 129(130), um dos sete salmos penitenciais no qual o salmista clama a Deus das profundezas (lugar abaixo da terra, abismo, no fundo). Como o próprio Wilde confessa é como estar afastado do mundo, da cor e do movimento. (WILDE, 2004, p. 53).

Com este aspecto reavaliador de condutas, em 1550, em Londres surgiu a *House of Correction*, segundo Oliveira,⁹ então a prisão passa a ser aplicada como sanção penal e com o objetivo de recuperação do delinquente. Esse modelo foi amplamente divulgado pelo mundo, no entanto estes espaços ainda traziam a marca do desrespeito à vida humana em nome da ordem social e da paz coletiva. Em conflito com o princípio de ajustamento das condutas, a constante prática de torturas, maus tratos, sujeições degradantes colocavam em risco o redentor modelo prisional da época.

Analisando-se a outra face da fusão de dois paradigmas: prisão-castigo e a prisão-aparelho, constata-se que esta fusão permitiu a cristalização deste método de coerção, como meio eficaz de reconstrução dos sujeitos inadaptados, o que equivale dizer que a forma disciplinar, além de introduzir elementos de coerção, trazia no seu bojo, teoricamente, uma concepção mais humanitária:

A prisão, um quartel um pouco estrito, uma escola sem indulgência, uma oficina sombria, mas, levando ao fundo, nada de qualitativamente diferente. Esse duplo fundamento – jurídico – econômico por um lado, técnico-disciplinar por outro – fez a prisão aparecer como forma imediata e mais civilizada de todas as penas. (FOUCAULT, 1997, p. 196).

Mesmo com essa conotação humanística, contemporâneos às próprias prisões, surgiram movimentos sociais com o objetivo de reformá-las, por meio de programas de tratamento que assegurassem um melhor funcionamento dessa máquina-prisão. Em 1814, vários textos, publicações de especialistas e ex-detentos, paralelos ao debate em torno do isolamento, já indicavam a necessidade de medidas de recondução do indivíduo ao meio social, de ajustamento e não somente um mecanismo jurídico de supressão da liberdade e, de clara exclusão social. Ressalta-se que o caminho das memórias de Graciliano Ramos retoma discursos vários, envelhecidos com o tempo, mas novos na necessidade de reformulação do tratamento humano no cárcere:

Realmente a desgraça nos ensina muito: sem ela, continuaria a julgar a humanidade incapaz de verdadeira nobreza. Eu passara a vida a considerar todos os bichos egoístas – e ali me surgia uma sensibilidade curiosa, diferente das outras pelo menos uma nova aplicação do egoísmo, vista na fábula, mas nunca percebida na realidade. (RAMOS, 2006, p. 94).

⁹ OLIVEIRA, Edmundo. **Origem e história da evolução da prisão**. Prática Jurídica, ano I, n. 1, p. 58, 14 set. 2011.

Cesare Beccaria¹⁰ era um defensor da pena de prisão com um caráter humanitário e publicou em 1764 – *Dos delitos e das penas* – preocupado com um sistema de custódia ancorado no valor utilitário da punição e no combate a processos injustos na legislação penal da época, em contraposição aos discursos que apontavam problemas inerentes a um sistema com mecanismos de repressão e castigo diretamente relacionados ao poder sobre o corpo dos condenados. Ao se tornar punição legal, a pena de prisão carregou consigo a velha questão jurídico-política do direito de punir com todos os problemas, todas as agitações que surgiram em torno das tecnologias corretivas do indivíduo. (FOUCAULT, 1997, p. 198).

As incongruências do processo de confinamento não implicam dizer que a transição para uma penalidade de detenção como a prisão não fosse um marco importante na história da justiça penal. Segundo Foucault (1997), o confinamento temporário do indivíduo redefiniu o poder de punir como uma função racional e pura da sociedade e, sobretudo, exercida de maneira igualitária sobre todos os membros sociais. O mesmo autor destaca, no entanto, que ao fazê-la de pena por excelência, introduziram-se mecanismos de dominação e exclusão do indivíduo, relegando a último plano, propostas de salvação de almas e a manutenção de quaisquer resquícios de direitos humanos:

O detento sabe muito bem que é um presidiário, um delinqüente, qual a distância entre ele e as autoridades; mas não há sevícias nem correntes que consigam fazê-lo esquecer que é um homem. E já que é deverás um homem, deve ser tratado assim. Deus meu! Um tratamento humano pode até devolver a condição humana mesmo àqueles que se esquivaram à centelha divina. (DOSTOIÉVSKI, 2006, p. 189).

Parece inimaginável que o diálogo provocado pelo texto de Dostoiévski escrito em 1849, durante o período em que esteve confinado numa prisão siberiana, ainda ressoe na modernidade, parecendo uma leitura atual. Em se tratando da descontinuidade temporal, provocada pela narrativa literária escrita em 1849, parece distante do mundo em evolução se pensar num sistema maduro, mais justo. É largamente aplicável à discussão tal obra, frente a não evolução do processo de punição e, sobretudo, se analisado o local de fala privilegiado do escritor. O registro das memórias de Graciliano Ramos, Dostoiévski, Oscar Wilde, dentre outros grandes escritores da literatura universal, é um escrito marcado pela justaposição da ficção e da realidade, numa tentativa clara de conduzir o leitor à cena, ao ambiente, a

¹⁰ Cesare Bonesana, marquês de Beccaria (Milão, 15 de março de 1738 — Milão, 24 de novembro de 1794) foi um jurista, filósofo, economista e literato italiano. Sua obra assume grande importância para a História do Direito.

linguagem, a um mundo que escapa à compreensão, mas que na seara literária é visível a olho nu. O leitor, aos poucos, é integrado à obra.

A humanidade, neste espaço, parece reduzida ante o alto grau de animalização a que é impingido o criminoso, numa clara retirada de qualquer traço que o eleve ao nível de ser humano. Nas suas recordações, Dostoiévski (2006) narra a cena do banho dos forçados em véspera de natal. Surpreende no relato que uma cena comum tome dimensões dantescas quando iluminada pelo olhar do escritor. Os grilhões eram mais um complicador no banho de oitenta homens resumidos a um espaço de 12 metros de largura, com direito a apenas um balde de água quente no frio siberiano. Observa-se, claramente, a degradação moral e ética deste indivíduo:

Ao transpormos a entrada, puxando a porta que dava para o banheiro, até pensei que estava entrando nas caldeiras do inferno. [...] mais do que nunca as cabeças raspadas e os corpos avermelhados pelo vapor tinham ali um aspecto horripilante. Com o banho, as costas sevicizadas pelas vergastadas deixavam ver melhor as cicatrizes, os lanhos tomando um aspecto como se fossem recentíssimas. Que medonhas cicatrizes! Ao vê-las me vinham arrepios. [...] irrompiam cabeças raspadas, braços esqueléticos, pernas reviradas. (DOSTOIÉVSKI, 2006, p. 134).

Sentiu-se envergonhado por ser conduzido como uma criança por um de seus companheiros, mas não tinha a menor habilidade com o uso dos grilhões e a tarefa de tomar banho parecia incompatível a ideia de carregar um balde com uma mão e com a outra fazer a higiene, além de figurar no cenário acorrentados ao escritor nada menos que cinquenta homens. Dostoiévski (2006, p. 134) continua seu relato impregnado pela atmosfera de rebaixamento humano “quem quisesse se lavar melhor podia obter por meio copeque mais um balde de água quente”.

Nesta sociedade disciplinar, o corpo continua a ser o principal alvo, agora de investimento de um processo de reificação, pois o preso se coaduna com a ideia de objeto de coisa necessária ao exercício da perpetuação das relações de controle e poder e, ainda, políticas. O Estado parece moderno, mas sedimentado em velhos mecanismos de poder. “O homem que não tiver um anseio ou uma esperança, acaba, no desespero, virando um monstro.” (DOSTOIÉVSKI, 2006, p. 262).

Figura 2 – Detentos em cela superlotada do presídio de Águas Lindas (GO), em junho de 2009



Fonte: Cruz, Antônio (2009)

2.2 SOCIEDADE DISCIPLINAR: MODULAÇÃO DE VONTADES

Segundo Lima (2005), as sociedades primitivas pouco conheciam das prisões, dado o pouco desenvolvimento social e a inexistência da necessidade de se punir na vida da coletividade. Assim em cada época da história, a sociedade se manifesta em relação ao crime e a punição necessária de acordo com o seu povo e a sua cultura.

Observa-se que ao longo da evolução do castigo e da punição, vários foram os espaços utilizados para aplicação da sanção disciplinar, podendo ser público ou privado. Da idade média ao início do século XVIII, o povo participava ativamente da cerimônia de execução do castigo, pois estes rituais eram realizados em praça pública. Toda a visibilidade dada ao castigo pelo rei tinha o objetivo claro de que o povo reconhecesse o seu poder sobre seus súditos e, que a qualquer sinal de desobediência às normas sociais, o indivíduo seria exemplarmente punido.

Subvertida a ideia de triunfo real, a dinâmica da punição sofreu mudanças e ao povo foi concedido apenas o direito de participar do julgamento, cabia ao rei aplicar a punição em seus calabouços, locais reservados. As primeiras prisões eram localizadas em palácios dos reis, templos, em fossas, buracos, gaiolas de madeira onde os prisioneiros eram amarrados.

Com o aumento da criminalidade no período feudal, época de extrema crise e miséria na Europa, em razão da migração para as cidades foi desencadeada a construção de várias prisões (LIMA, 2005). Já não era interessante a aplicação da pena de morte, pois provocaria o extermínio de milhares de famintos que praticavam a mendicância, mulheres que se prostituíam ou tinham uma conduta imoral, mas desafortunados que representavam a mão de

obra necessária à evolução industrial. Como não eram considerados criminosos, mas sujeitos desajustados socialmente e que necessitariam ter uma melhor conduta, o interesse social passou a ser readaptá-los ao convívio social e, por isso, deveriam ser enviados para instituições chamadas de casas de correção.

A insalubridade, a ausência de normas quanto à higiene e a moral eram características das instituições penais que não seguiam nenhum rigor. Os penitenciários¹¹ eram abrigados em prisões subterrâneas, infectas que propagavam as doenças para a população livre, o que causou debates sobre a necessidade de regulamentação do processo de encarceramento e da sua humanização. A preocupação em se criar um ambiente que fomentasse a ideia de correção era destaque no movimento liderado por John Howard¹² (1720-1790), na Inglaterra, que enfatizava a necessidade do encarceramento celular com uma rotina de trabalho, oração, alimentação e condições de higiene. Esse movimento deu origem à construção de duas penitenciárias nesses moldes na Inglaterra.

Dentre os modelos clássicos de encarceramento,¹³ destaca-se a figura arquitetural do Panóptico criada no século XIX por Jeremias Bentham¹⁴ (1748-1832) que chama atenção pela sua formatação: uma torre no centro e na periferia uma construção em anel, dividida em celas recortada por duas janelas que se deixam atravessar pela luz. O efeito da contraluz, segundo Foucault (1997) lançado sobre os corpos dos prisioneiros, colocados individualmente em suas celas, permite a visibilidade imediata a qualquer movimento, dessa forma, o indivíduo era sempre visto pelo vigia, mas não conseguia ver e nem se comunicar lateralmente, dada as distâncias entre as celas.

Esses espaços individuais inibiam qualquer relação com a coletividade, e, portanto, anulavam a possibilidade de motins, fugas, más influências. O princípio do panoptismo era baseado num poder: visível (sem cessar o detento terá diante dos olhos a alta silhueta da torre

¹¹ Aqueles que deviam cumprir penitência por uma infração cometida.

¹² John Howard, renomado reformador das prisões. Visitou várias delas na Europa. Em 1777 publicou o Estado das prisões, resultado das suas incursões, incluía relatos detalhados das vistas realizadas e sugestões para melhorias nas instituições.

¹³ As novas prisões surgem na Pensilvânia, com o nome de penitenciárias, dando início ao sistema penitenciário. Consideram-se três modelos de destaque: Modelo Pensilvânico, modelo auburniano e modelo progressivo. No primeiro modelo, de 1829, na Filadélfia, os internos ficavam isolados em suas celas e o trabalho era praticado na interior da cela, com permissão para a leitura só da bíblia. No segundo modelo, de 1816, na cidade de Auburn, New York, os internos trabalhavam durante o dia e à noite eram recolhidos as suas celas, em todo o tempo ficavam em silêncio. O último modelo foi adotado em 1840, na Grã-Bretanha e permitia a progressão aos internos por períodos, divididos em etapas de isolamento, silêncio, trabalho, e por fim, condicional. Os dois primeiros modelos levaram alguns indivíduos à morte e a loucura, o terceiro caso é o modelo de progressões utilizado atualmente em vários países do mundo, inclusive o Brasil.

¹⁴ Filósofo e jurista inglês, em 1789, concebeu o Pan-óptico, que foi pensado como um projeto de prisão modelo para a reforma dos encarcerados. Mas, por vontade expressa do autor, foi também um plano exemplo para todas as instituições educacionais, de assistência e de trabalho, uma solução econômica para os problemas do encerramento e o esboço de uma sociedade racional.

central de onde é espionado) e inverificável (o detento nunca deveria saber se estava sendo observado; mas deve ter certeza de que sempre pode sê-lo). (FOUCAULT, 1997, p. 166).

O Panóptico, segundo salienta Foucault (1997) funcionava como uma espécie de laboratório de manipulação com o eixo centrado no poder. Os mecanismos de observação permitiam ao seu observador, fazer experiências, modificar, treinar os indivíduos. As instâncias de controle individual, no século XIX, esquadrihavam o sujeito sempre sob duas marcações: normal-anormal, nocivo-inofensivo, louco – não louco. Essa bipartição classificava, sugeria as formas de controle e nas suas aplicações advindas desta análise permitia o aperfeiçoamento desse poder.

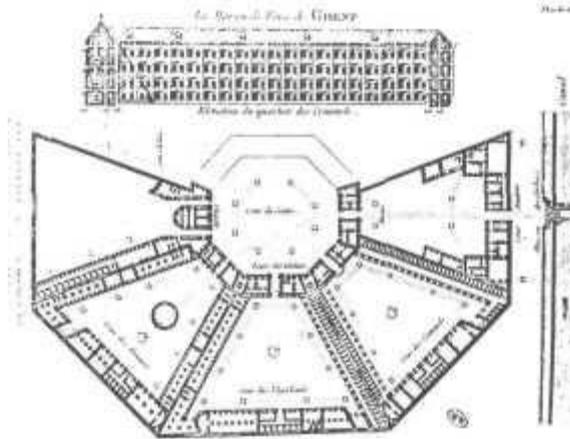
Observa-se que a medida de controle, da manifestação clara de domínio tornava o indivíduo irracional no seu desejo, nas suas vontades, reduzido a um bicho era semelhante ao modelo criado por Bentham que foi comparado ao zoológico de Versalles construído por Le Vaux. Apesar de não ser admitido como inspiração, mas com uma forma análoga a proposta da arquitetura Panóptica, o zoológico apresentava no centro, um pavilhão octogonal, e todos os lados tinham largas janelas, sobre sete jaulas onde estavam separadas diversas espécies de animais. A observação seguia os parâmetros da individualidade e da catalogação da espécie.

Figura 3 – Jardim Zoológico de Versalles, à época de Luís XIV



Fonte: Foucault (1997, p. 179)

Figura 4 – Planta da Casa de Detenção de Grand

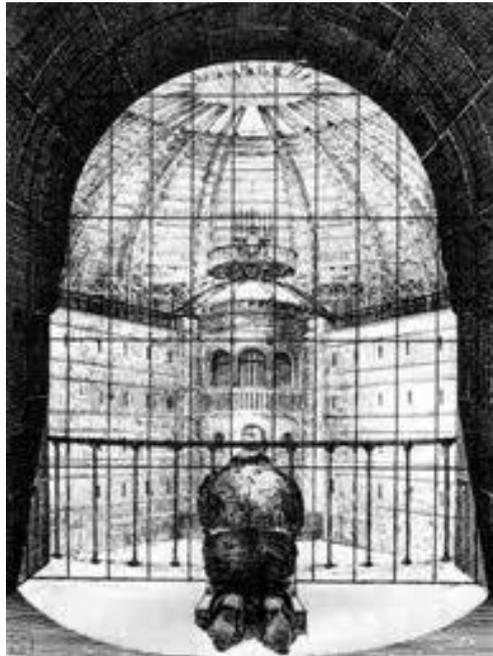


Fonte: Foucault (1997, p. 108)

Concluiu-se que a arquitetura panóptica pressupunha o modelo de encarceramento perfeito¹⁵ tal qual ocorria no século XVII com as cidades onde era declarada a existência da peste. Nestes espaços de clausura pestilenta, o indivíduo era controlado, vigiado, sob toda uma dinâmica de ordenamento para que não houvesse o contágio. Segundo assinala Foucault (1997) a lepra introduziu modelos de exclusão e a peste suscitou esquemas disciplinares, pois se confunde a história das prisões com a história da humanidade nas suas necessidades de afastar do convívio indivíduos desajustados, doentes, ameaças à paz social. Tentativa constante, numa retomada da falácia da impossibilidade da coexistência da diversidade.

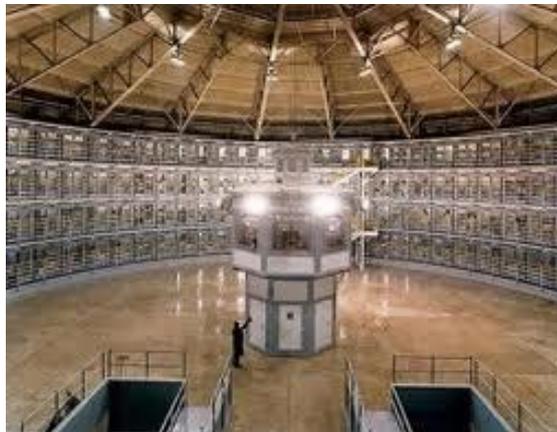
¹⁵ Por se tratar de um modelo universal para o tratamento de loucos, crianças, adultos e encarcerados, ele sugere a perfeição na prática do poder sobre micro-organismos sociais com suas regras e códigos comportamentais específicos.

Figura 5 – Panóptico – visão interna da cela



Fonte: Foucault (1997)

Figura 6 – Panóptico – Modelo perfeito de confinamento



Fonte: peramblogando.blogspot.com

Para Foucault (1997) a intervenção punitiva buscava no quadriculamento do corpo ou princípio da localização imediata do indivíduo no espaço como possibilidade de aperfeiçoamento desse corpo até chegar ao estágio de um corpo dócil e útil. Cresceu a necessidade de se trabalhar o corpo como alvo do poder: seus gestos, movimentos, atitudes. Portanto, esses controles minuciosos sobre operações e métodos de sujeição conduziram a um sujeito pronto, transformado. Processos disciplinares, também, faziam parte da rotina de escolas, conventos, exércitos, daí retomá-lo como modelo disciplinar perfeito por ser de

grande abrangência, e neste sentido se tornaram mecanismos frequentes de dominação no século XVII e XVIII.

Nesse contexto, a funcionalidade do espaço exigia a especificação de um espaço determinado, sugeria a presença de cercas, muros, locais fechados em si mesmo ou poderiam ser entendidos como lugares – outros aos quais Foucault (1967) tipifica como heterotópicos.

O termo *heterotopia* remete a descrição de espaços diferentes de uma determinada sociedade que se contrapõe a realidade social na qual se vive. São variadas as formas de heterotopia, mas cabe destacar, a *heterotopia* de desvio, na qual o sujeito é afastado do convívio social em função da não obediência às normas. Assim, esses indivíduos são colocados em hospitais psiquiátricos ou prisões.

A partir do conceito de *heterotopia*, cunhado por Foucault (1967) pode-se correlacionar a prisão à metáfora do espelho, ou seja, transformar este lugar no qual o indivíduo se vê. A realidade que o circunda em tempo real permitirá perceber a ausência do lugar onde ele está num movimento consciente desse espaço. Dessa maneira, a ocupação de lugares – outros sugere, naturalmente, a ideia espacial dos lugares comuns à vivência social. O ponto virtual que o olhar atravessa quando diante do espelho revela elementos intrinsecamente ligados: o real e o temporal; elementos dissociados do processo transitório de confinamento.

A ruptura com os laços sociais e culturais, imediatamente conduzem o indivíduo desse espaço heterotópico a um espaço de utopia. Os mecanismos de coerção dentro de uma sociedade disciplinar objetiva a modulação dos comportamentos, estabelecendo as presenças, as ausências, classificando, distribuindo, rompendo possíveis comunicações, controlando o indivíduo, numa constituição de “quadros vivos”, dispostos em “celas”, “lugares”, “fileiras”. A organização dos espaços no que tange a sua arquitetura e hierarquia (FOUCAULT, 1997) garante a obediência do indivíduo e a economia de tempo dada às estratégias de ordenamento dos corpos. “Um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente” (FOUCAULT, 1997, p. 119), no entanto, o adestramento do corpo, em suas mais variadas técnicas de sujeição, toma o indivíduo base para exercícios de poder.

Retomando a metáfora do espelho, a oposição a heterotopia é nomeada por Foucault (1984) como utopia, espaço invertido à sociedade real, por apresentarem sítios perfeitos numa sociedade aperfeiçoada e, portanto, irreal. A dialética existencial do sujeito em confinamento parece delinear essa intersecção entre dois espaços: real (sociedade) e irreal (prisão) numa perspectiva de perfeição e imperfeição. A modulação do indivíduo em confinamento,

resultante da vigilância e da disciplina, com regras próprias num espaço entre muros acima a discussão em torno da sua presença noutra lugar com discursos, por sua vez, tão peculiares:

As instituições totais tanto promovem processos de mortificação e degradação da identidade do internado, desde seu ingresso no ambiente institucional, forçando-o na ruptura dos laços com o mundo exterior, como inserem num tratamento homogeneizado, que profana sua individualidade e afeta sua personalidade. (GOFFMAN, 1990, p. 19).

A transição entre estes dois paradigmas existenciais: mundo externo e mundo da prisão, respectivamente, real e irreal revelam a mutilação do eu (GOFFMAN, 1990, p. 24) sedimentada através das barreiras existentes entre as instituições totais e o mundo externo. No momento em que o indivíduo adentra neste espaço, rompe com todos os laços culturais, familiares, de identidade e este rompimento se dá a partir do registro efetuado do interno por meio de fotos, impressões digitais, entrevistas pessoais para coletas de dados, atribuição de um número de prontuário, além do ato de despir-se, vestir o uniforme do cárcere, receber as orientações quanto às regras locais, e finalmente, ser conduzido à cela.

Todo este processo de transposição para o mundo do cárcere, a restrição dos movimentos e a codificação do corpo são ações emblemáticas no processo de modulação dos comportamentos no que concerne à quebra de vontades e de individualidades.

Figura 7 – Rotina de ingresso – Centro de Internamento e Reeducação (CIR)



Fonte: Correio Braziliense em 20/02/2005

A programação diária inerente à vida social moderna contrapõe-se a sujeição diária e coletiva de rebaixamentos nos ambientes prisionais, observações registradas nos relatórios institucionais de má conduta moral dos internos. A privacidade e a relação pessoal com o ambiente são, então, colocadas num plano anterior e bem distante da vida em sociedade. O tratamento padrão dispensado não contempla a possibilidade de ressocialização, uma vez que o objetivo é o controle do grupo e a segurança social, predominando assim o modelo disciplinar e as relações conflitantes típicas do ambiente prisional:

Cada agrupamento tende a conceber o outro através de estereótipos limitados e hostis – a equipe dirigente vê o internado como amargos, reservados e não merecedores de confiança; os internados muitas vezes veem os dirigentes como condescendentes, arbitrários e mesquinhos. (GOFFMAN, 1990, p. 19).

A compreensão do indivíduo em confinamento deixa de ser individualizada, pois foi etiquetado no sistema carcerário como massa populacional, passando à convivência coletiva, sem nenhuma privacidade e com total exposição espacial. Como num zoológico de espécies

humanas, é classificado por suas especificidades e exposto por entre grades para exame de equipes de tratamento e modulação de suas vontades: “não tem mais a cama macia e nem o silêncio da noite”. (GOFFMAN, 1990, p.46).

Observa-se que a autonomia do sujeito e as decisões pessoais não são conferidas no confinamento, pois o indivíduo tem que conviver com a massa populacional e com a massificação das vontades impostas pela instituição. São várias as tentativas de desmistificação do crime como condição de estratificação de um grupo marginalizado socialmente e de expectativas frustrantes de não retorno ao ambiente prisional, no entanto, cabe salientar que o movimento de recrudescimento das leis e das práticas excludentes não se aproxima do objetivo da pena de restrição de liberdade que tem no princípio norteador: o tratamento do indivíduo encarcerado:

[...] para se aniquilar um ser humano livre, castigá-lo sem nexos, ou, em vez dum homem livre, se quisesse fazer um facínora virar um covarde com a só ideia de trabalho, bastaria que àquele e a esse se dessem trabalho do caráter mais absurdo e inútil possível. (DOSTOIÉVSKI, 2006, p. 39).

2.3 ZONA DE EXCLUSÃO SOCIAL: TEMPO PERIFÉRICO

A ideia de reparação social conjugada ao caráter mercantilista do tempo,¹⁶ na sua concepção de “perder e ganhar”, conferiu ao encarceramento a possibilidade de mensurar as equivalências entre o crime e o seu castigo numa medida igualitária entre os membros a sociedade.

Como não seria a prisão a pena por excelência numa sociedade em que a liberdade é um bem que pertence a todos da mesma maneira e ao qual cada um está ligado por um sentimento universal e constante. Sua perda tem, portanto o mesmo preço para todos; melhor que multa, ela é o castigo “igualitário”. (FOUCAULT, 1997, p. 55).

A pena de prisão não denota apenas a ausência presumida de liberdade do indivíduo, no seu movimento de ir e vir, ainda representa a sua prisão no tempo (físico e social) e no espaço (físico e social), provocando o retardamento das suas expectativas. A instituição

¹⁶ Quando se imaginou uma forma de pagamento, multa a medida econômica mais justa seria a medida de tempo. Tanto pobres como ricos teriam como pagá-la sem impedimentos de outra ordem, pensou-se neste pagamento num espaço distanciado da sociedade para melhor compreensão da prática delituosa.

carcerária, portanto, cumpre a função de mantenedora da ordem numa racionalização moderna de segregação espaço-temporal como finalidade punitiva, segundo Chies.¹⁷

Redimensionado o seu conceito nos ambientes prisionais, o tempo revela-se sob uma nova dinâmica social de experimentação, pois para o apenado são reguladas todas as suas horas, todos os seus dias, todos os seus anos, e nessa concepção temporal da sua pena, configura-se a sensação tempo social e físico:

[...] pela velocidade de relógios, calendários e horários, ostenta nessa sociedade, as propriedades que fomentam coações que o indivíduo impõe a si mesmo. A pressão dessas coações é relativamente pouco apreendida, medida, equilibrada e pacificada, porém, onipresente e inevitável. (ELIAS, 1989, p. 32).

Adaptar-se à vida no cárcere requer o acerto do tempo, não dos relógios, porque estes, literalmente, não fazem parte do cenário. A pressão gerada pelo tempo, o seu controle e o frenesi social dão lugar a outros mecanismos de controle que determinam o momento em que o indivíduo deve dormir, deve acordar, cumprir suas atividades diárias, se houver; alimentar-se, até mesmo o momento que lhe é permitido falar com a autoridade prisional é preestabelecido. Esse ponderamento sobre o corpo, na sua dimensão física e mental, escraviza o sujeito, condicionando-o a regras e comportamentos pré-determinados que futuramente compreendam a sua boa adaptação às normas ou a necessidade de seu ajustamento por meio de punições.

Custodiado do Estado, o apenado está privado da liberdade e o seu tempo é disponibilizado como capital retributivo social. Chies (2008) concebe a capitalização do tempo físico (cronometrado) mediante a conversão em tempo temporalizado (socialmente experimentado). O cotejo entre a visão objetiva da pena restritiva de liberdade e a experiência subjetiva do sujeito converge para uma nova percepção do tempo como elemento capital nos ambientes prisionais por gerar direitos na possibilidade de resgate da liberdade.

Numa abordagem sociológica, o confisco do tempo do apenado pelo Estado subverte a ordem no que tange ao seu aspecto natural de “tempo livre” que pode ser planejado pelo sujeito. É nesta perspectiva que Chies (2008) traz um novo conceito sobre estes indivíduos, sintetizando a ideia de monitoramento do sujeito pelas instituições penais como “sequestro dos indesejáveis”. Resgata a condição de sequestrado como aquele que está subjugado pela vontade de outrem em dado momento e espaço determinados, pode-se assim, compreender a interface temporal na relação de distanciamento e supressão de vontades, mas num

¹⁷ CHIES, Luiz Antônio Bogo. **A capitalização do tempo social na prisão**: a remição no contexto das lutas de temporalização na pena privativa de liberdade. São Paulo: Método: IBBVVRIM, 2008.

movimento contraditório ao termo sequestrado, não há desejo da quebra dessa condição por parte da sociedade, passando o sentenciado a afiançar o ônus dessa dívida.

Para além do entendimento do tempo como mecanismo basilar da pena privativa da liberdade por seu caráter utilitário, este ressurge, teoricamente, como elemento de ajustamento social na dinâmica intracarcerária, pois permitirá ao indivíduo preso durante este período, reavaliar sua conduta, readaptar-se à vida social e reaver sua liberdade. A dimensão mental e social do tempo coexiste com sua dimensão física na sucessão de eventos vivenciados, mas internamente se reafirmam num processo que Chies (2008) nomeou *temporalização*, conceito de um tempo propriamente humano, em oposição ao tempo biológico ou astronômico no que consigne a maneira como se realiza.

A transposição do tempo cronometrado decorrido da pena revela-se numa conotação negativa, traduzido na linguagem carcerária como “tempo perdido”, “destruído”, “pesado” nos verbos “puxar”, “pagar”, “matar” estabelecendo uma conexão com momentos que devem ser esquecidos, suprimidos da memória. A experiência humana de confinamento condiciona o sujeito a regras que traduzem o panoptismo de Jeremy Bentham, no seu grau mais elevado de vigilância e controle com amplo espectro de efeitos nocivos à vivência pós-confinamento. A relação de dependência gerada no período do confinamento confere ao tempo e ao espaço seus matizes perniciosos a todo aquele que rompe os limites da prisão, vê-se refém ainda, de uma rotina que deve abandonar, mas está intrinsecamente ligada a anos de adestramento.

A realidade paradoxal do ambiente prisional e da sociedade transparece nos aspectos mencionados por Goiffman (1998 apud CHIES, 2008) no que tange a necessidade de tempo livre para todo aquele que trabalha e requer momentos de descanso em oposição ao excesso de tempo que sobra para o homem condenado:

Condenam-se homens a uma condição condenada pela sociedade, a ociosidade. Enquanto o tempo livre passa a ser valorizado pela sociedade no seu sentido de melhoria da qualidade de vida, essa valorização só aparece para pessoas que trabalham sistematicamente, na qual o descanso é necessário. Essa valorização positiva do tempo livre não encontra espaço quando esses mesmos atores sociais olham para a prisão. (CHIES, 2008, p.103).

A presentificação do tempo na prisão advém do ócio, do excesso de tempo que se apresenta num movimento inverso ao mundo de fora em que se compreende o tempo como ausência. Goiffman (1998 apud CHIES, 2008) contextualiza a relação aflitiva entre tempo e prisão como representação da face de um inimigo que deve ser vencido. A complexidade do tempo é por analogia, segundo Goiffman (1998 apud CHIES, 2008) um tempo periférico, pois

surge como elemento que deixa o sujeito mais à margem, impossibilitado de vivenciar o tempo central. A referência temporal da pena reveste-se, portanto de uma revolta institucionalizada do apenado que para enfrentar o seu inimigo, busca engajamento em alguma atividade de ocupação que mate este tempo.

Contrário à sociedade moderna, o tempo periférico, passa lentamente, na prisão os dias parecem todos iguais, dessa forma ressalta-se a importância de atividades que acelerem o tempo. Chies (2008) registra a existência da dimensão de contratempo na prisão, numa dinâmica de tempo correlato a modernidade, mencionada na relação “distância-velocidade”.

Na contramão dos tempos modernos, o encarceramento produz uma sociedade estagnada, individualizada, sem contornos tecnológicos e, conseqüentemente, avessa ao conceito de movimento, de aceleração do tempo conforme o termo *modernidade líquida* cunhado por Bauman (2001), mas que por outro lado assemelha-se no seu formato das relações pessoais voláteis, redesenhadas num quadro familiar de inconsistência. O fenômeno da globalização, a imediatividade, o consumo desenfreado parecem ter criado um novo paradigma de sujeito moderno:

Em outras palavras, a modernidade é a impossibilidade de permanecer fixo. Ser moderno significa estar em movimento. Não se resolve necessariamente estar em movimento – como não se resolve ser moderno. É colocado em movimento ao se ser lançado na espécie de mundo dilacerado entre a beleza da visão. (BAUMAN, 2001, p. 92).

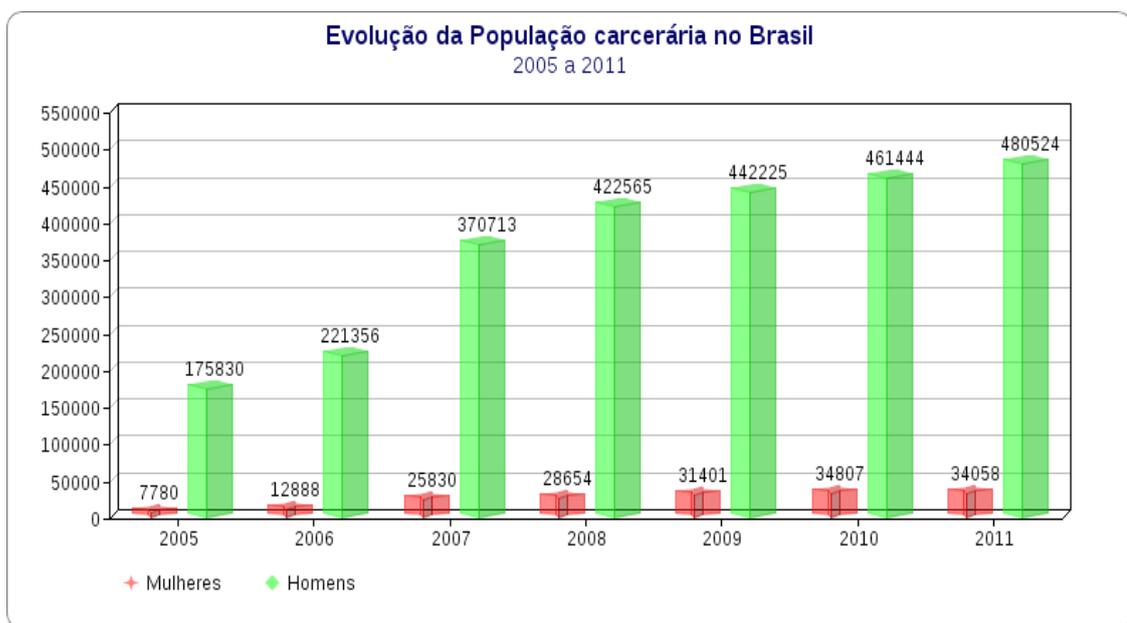
Cabe ressaltar a importância de voltar o olhar para os conceitos de tempo periférico e tempo central trabalhados por Chies (2008) cristalizados em sociedades que parecem não coexistirem num mesmo lapso temporal. As privações no cárcere não dizem respeito à inexistência de um tempo central, no qual a vida acontece, mas de um tempo periférico, que sobra. A compreensão dessa descontinuidade temporal é provocada no sujeito marginalizado, quando exilado da sua própria vida, cumprindo a sentença de viver momentos de castigo, punição. A pena privativa de liberdade parece alcançar outra dimensão temporal em que se parece viver nos subterrâneos do tempo num universo factóide, traduzido pela ficção científica.

A hegemonia do tempo periférico cria uma nova sociedade intramuros, completamente avessa a essa urgência de tempo na concepção de vida moderna. As destituições de vontades, do poder de determinar os rumos de sua própria existência coabitam no indivíduo encarcerado com suas necessidades que permanecem bem vivas: alimentação, lazer, sexo, visitas. No ambiente prisional, mesmo sujeitos que romperam limites, infringiram leis foram condenados

pela justiça, representam uma sociedade de comportamentos cristalizados no ócio com regras bem determinadas e necessidades, igualmente, importantes na sociedade extramuros.

No Brasil, observa-se que há uma crescente aceleração na população carcerária, levando o país a ocupar o 4º lugar no mundo em número de pessoas em confinamento, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (2.226.832), China (1.650.000) e Rússia (763.700).¹⁸ Pode-se vislumbrar a dimensão da escalada do crime no Brasil pelos dados referentes ao encarceramento no período relativo de 2005 a 2011, como se vê abaixo:

Gráfico 1 – Evolução da População carcerária no Brasil-2005 a 2011



Fonte: Sistema de informações penitenciárias (Infopen)

Configurada como principal instrumento de punição, a pena restritiva de liberdade na sua aplicabilidade superlota as prisões brasileiras, criando ambientes propícios à aprendizagem de práticas delituosas. Observa-se que no ano de 2005, a população carcerária brasileira era formada de aproximadamente 175.000 presos e em seis anos quase triplicou este número, alcançando a marca de mais de meio milhão de presos. Em estabelecimentos penais precários, um amontoado de indivíduos, sem as mínimas condições de higiene, disputam o espaço. Analisando-se a proporção dos números de pessoas que ingressam no sistema prisional, observa-se que não é nesta mesma proporção que se registra o número de livramentos, dessa forma há um aumento vertiginoso desta população e, conseqüentemente, surgem problemas já conhecidos no país: superlotação, fugas e rebeliões. Segundo dados do

¹⁸ Disponível em: www.ipclfg.com.br, Acesso em: 20 maio 2012.

Ministério da Justiça referentes a 2011, para cada 100.000 habitantes, o percentual de privação de liberdade é de 0,26%, ou seja, 269 pessoas encarceradas.

Outro indicador surpreendente é a ascendência da participação feminina em ações criminosas. Alguns estudiosos têm observado a presença crescente da mulher no crime. Em 2005, as presas representavam apenas 4% da população carcerária no país, já em 2011 houve um aumento deste percentual que chegou a 15%. As instituições penais são espaços pensados para os homens, uma arquitetura de grande proteção, de muros altos. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (2011) dos 1863 estabelecimentos penais, apenas 49 apresentam unidades materno-infantis que abrigam, aproximadamente, 358 crianças, o que nos conduz a outra discussão sobre a presença da mulher grávida no cárcere é da presença da criança que já nasce condenada a cumprir pena pelo menos por seis meses, podendo variar este tempo conforme a unidade da federação.

Todo este quadro de superpopulação e, de superlotação, retoma a filosofia de ressocialização e do processo de humanização do indivíduo como ponto de discussão, uma vez que justifica a pena como o cumprimento de um período de tempo para reflexão do crime cometido, para que o corpo seja alvo de disciplina e, que a posteriori, a alma também possa ser alvo de salvação, segundo o que assevera Foucault (1997). A medida da pena quantificada em tempo, ou seja, o tempo que as pessoas ficam encarceradas recupera a ideia aqui trabalhada de tempo periférico como forma de exclusão social, remetendo a concepção do tempo como outro tempo, por vezes “perdido”.

Segundo dados do Ministério da Justiça (2011), a quantidade de pessoas presas, considerando o tempo de pena imposta, indica que no Brasil cerca de 30% delas permanecerão entre quatro e quinze anos em confinamento em instituições penais, em números reais, 150.532 pessoas num espaço de convivência com um déficit de, aproximadamente, 208.000 vagas. Uma grande discussão é sobre o tempo livre no cárcere, considerado ocioso para nada menos que 40% da massa carcerária, o Estado tem, portanto, um desafio de reinserção social que esbarra, evidentemente, na impossibilidade de humanização deste indivíduo num processo de ressocialização. Outro indicador se refere ao número de pessoas presas por um tempo 15 a 30 anos que representa 10% deste contingente, observa-se que o número real é de 54.000 indivíduos emparedados, condenados ao ócio. Estas considerações direcionam para outra problemática: o que fazer com cerca de 200.000 criminosos com o tempo livre daqui a trinta anos, desta vez num espaço extramuros: a sociedade?

2.4 SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO – CONTEMPORANEIDADE E EFEITOS DA PRISIONIZAÇÃO

Desajustados sociais ou indesejáveis pela coroa portuguesa foram os indivíduos que no período colonial, condenados a pena de degredo no Brasil ajudaram a traçar o perfil da sociedade brasileira. Sob a prática de vários crimes: homicídio, roubo, fraude, os condenados integravam-se à vida na colônia. Vale ressaltar que naquele ambiente de extrema religiosidade católica e de um Estado absolutista Português, o livro V das *Ordenações Filipinas do Reino* estabelecia que a pena do degredo para o Brasil também fosse aplicada aos casos leves ou de média potencialidade: mulheres fofoqueiras, adúlteros, viciados em jogo, aqueles que cometiam o crime de blasfêmia, entre outros. Restava ao condenado escolher entre o Brasil povoado de animais selvagens e seres exóticos, quiçá a existência de um dragão ou a pena de morte. Escolha realizada, a viagem cumpria o objetivo de salvar mais uma alma e povoar o Brasil.

Seguindo um discurso da origem da prisão como projeto de transformação dos indivíduos, Foucault (2000) sublinha que a prisão se tornou um depósito de criminosos, onde se fabricam delinquentes. Assim, ocorreu com o Brasil e as “casas de correção” advindas da Constituição do Império de 1824, que tinham o objetivo de corrigir a todos que praticassem a mendicância e a malandragem, no entanto, sem distinção de sexo, idade, as pessoas eram alojadas em condições subumanas e com o tempo ocioso passavam a perambular na prisão.

Segundo Pedroso (2004), o ordenamento de uma disciplina de trabalho e o surgimento da prisão celular redesenham o traçado do sistema punitivo brasileiro que dão ao condenado um espaço de socialização regimentado pela disciplina e trabalho obrigatórios, como formas de “recuperação” e não mais de “correção”. Dessa forma, as prisões pelos idos de 1890 substituem o modelo das casas de correção, mecanismos de coerção do Estado fundamentados na força, no princípio da segurança.

Realçados alguns aspectos da história no que tange à presença do criminoso como parte integrante na formação da sociedade brasileira e aos equívocos do Estado quanto ao não cumprimento do objetivo inicial da pena de prisão: tornar o indivíduo um ser transformado ou em vias de transformação, daremos um salto temporal para um cenário que parece não ter equacionado o problema da instituição prisão desde tempos remotos.

O invólucro da lei 7210/84 – lei de Execução penal¹⁹ no seu artigo 1º²⁰ traz como objetivo do confinamento não somente o dado temporal, mas reitera o objetivo de ressocializar o indivíduo, ou seja, transformá-lo num indivíduo capaz de viver em sociedade. A evolução social do país, no entanto, não parece transformada, pois a sociedade brasileira continua a caracterizar-se pelas disparidades sociais e pela massificação da pobreza, que ao se combinarem, explodem num movimento crescente de violência criminal, de acordo com Wacquant.²¹

Para Wacquant (2001), no seu estudo sobre as prisões americanas, a propagação de uma cultura de armas de fogo e o desenvolvimento econômico fundamentado no tráfico torna tênue a linha que separa a polícia do bandido e faz pairar no espaço público a sensação de medo diante do crime. Ainda o mesmo autor, acredita que a vulnerabilidade desses indivíduos e a invisibilidade diante das políticas públicas que permitem um mínimo de acesso à educação, saúde e segurança os colocam num estado que se pode chamar de *ditadura sobre os pobres*.

Segundo dados da Rede de Informação tecnológica Latino-americana,²² os jovens são as vítimas potencializadas dentro deste processo de exclusão no que tange ao índice de desenvolvimento juvenil (IDJ). Esses dados confirmam que 19,9% dos 34 milhões de jovens brasileiros não frequentavam a escola nem exerciam atividade profissional, o que permite concluir que no ano de 2006, quando cruzados os dados entre educação, saúde, trabalho e renda, sete milhões de brasileiros entre 15 e 24 anos estavam desocupados.

Essa ditadura imposta sobre a população jovem e pobre revela-se não só como retrato do país, revela, ainda, os contornos do rosto dos personagens e de seu novo cenário. Seria por assim dizer uma nova versão de *campo de concentração para pobres* (WACQUANT, 2001) nas prisões do país que estão abarrotadas, superlotadas e, por conseguinte, sem estruturas mínimas para cumprimento de sua função de reinserção, relegados a todo o tipo de violência, desde a institucionalizada a possíveis matanças em rebeliões, rotinas que tornam o sistema carcerário ainda mais instável. A preocupação em torno da ampliação do sistema e da modernização do aparelho, na formação de equipes de trabalho e na sistematização de mecanismos tecnológicos, segundo Wacquant (2001) não remediará a incapacidade da prisão em exercer algum efeito sobre a criminalidade.

¹⁹ A lei de execução penal, nº 7210 de 11 de julho de 1984 institui o direito do reeducando nas penitenciárias do Brasil e sua reintegração à sociedade.

²⁰ Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

²¹ WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

²² Dados publicados na edição do jornal Correio Braziliense, de 24 de dezembro de 2007, p. 14, seção “opinião”.

O Brasil é o quarto país que mais encarcera no mundo, ficando atrás somente dos Estados Unidos, Rússia e China. Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (2011) o Brasil possuía 514.582 presos, uma população de mais de meio milhão de encarcerados, distribuídos em 1863 unidades penais.²³ Dos quais 360.000 em completa ociosidade, sem nenhuma atividade educacional ou profissional.

Tabela 1 – População carcerária Brasileira – Grau de escolaridade

ESCOLARIDADE	TOTAL
Analfabetos	26.434
Alfabetizados	58.417
Ensino Fundamental incompleto	216.870
Ensino Fundamental completo	59.101
Ensino médio incompleto	52.907
Ensino médio completo	36.353
Ensino superior incompleto	3.766
Ensino superior completo	1.910
Ensino acima de superior completo	152
Não informado	19.879

Fonte: Sistema de informações Penitenciárias. Dados referentes a dezembro/2011

A população carcerária cresceu vertiginosamente de 2000 a 2010 101,73%. Os estudos sobre o perfil do interno penitenciário nos últimos seis anos (2005 a 2011) indicam que esta clientela é formada por 71,49% de jovens entre 18 a 34 anos, idade economicamente produtiva, 85% de homens, informação corroborada pelo gráfico 2. Indicam ainda, 53,29% são pretos ou pardos como observado no gráfico 3, e quanto ao grau de escolaridade, a tabela 1 demonstra que 65,71% tem instrução deficiente (sem o ensino fundamental completo). A representação feminina no cárcere responde por 15% da população total.

²³ Disponível em: www.mj.gov.br. Acesso em: 25 maio 2012.

Gráfico 2 – Quantidade de presos por faixa etária

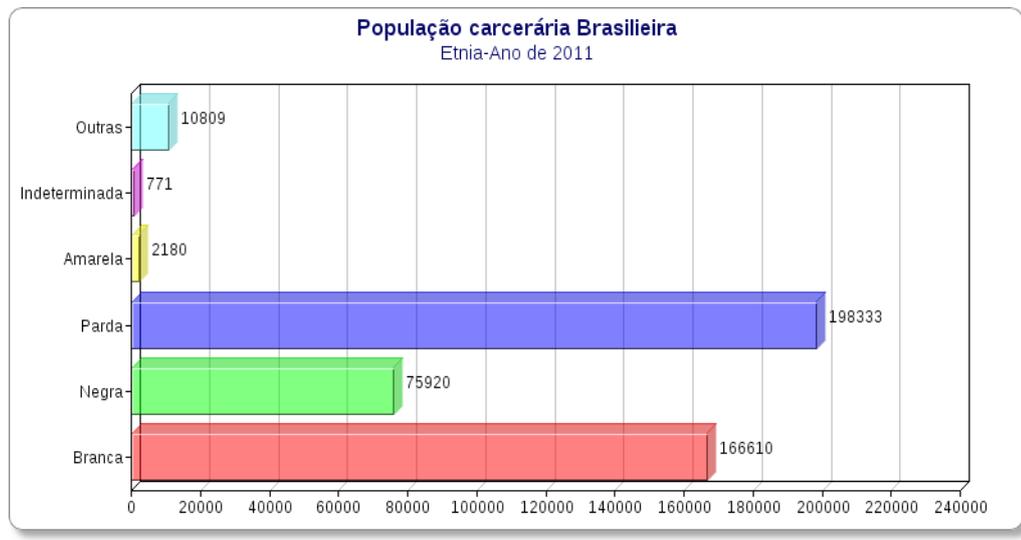


Fonte: Sistema de informações Penitenciárias. Dados referentes a dezembro/2011

Segundo dados do Depen,²⁴ 7 (sete) em cada 10 (dez) apenados depois de soltos retornam a prisão. A reforma da lei de 1984, do código penal de 1940 define que a progressão de regime. Isto significa que o apenado aos poucos retorna à sociedade, pois não há como um indivíduo durante longo período excluído de um mundo social, ser libertado e imediatamente fazer a conexão com o mundo social anterior, ou seja, sair da condição de homem cativo para homem livre.

²⁴ Disponível em: www.mj.gov.br. Acesso em: 25 maio 2012.

Gráfico 3 – Quantidade de presos por etnia



Fonte: Sistema de informações Penitenciárias. Dados referentes a dezembro/2011

Goffman (1990) nomeia este processo de desculturação, causado pelo afastamento temporário, pois na prisão não se permite ao interno acompanhar as mudanças recentes no mundo exterior e, portanto, este sente dificuldades de adaptação à rotina diária do mundo externo. A ruptura das atividades rotineiras como levar os filhos para a escola, trabalhar ou até mesmo relacionar-se afetivamente com a mulher e/ou marido conduzem o indivíduo a sua “morte civil”, ou seja, a uma perda temporária dos seus direitos e a dissolução do seu papel social.

As frustrações advindas das penas restritivas de liberdade apontam para um sujeito condicionado a vida no ócio e, conseqüentemente, com comportamento agressivo, sem perspectivas de mudanças de vida, acentuando os casos atingidos pela descontinuidade da vivência social anterior à prisão. O afastamento do convívio social remete a preocupação do Estado com a ordem pública e impelem o sujeito a outras práticas delituosas. Ao longo dos anos, a população carcerária brasileira aumentou, mas a criminalidade não diminuiu uma equação que não obedece à lógica matemática. O recrudescimento da lei numa busca de justiça associada ao tempo de permanência no cárcere superlota as cadeias, mas não aponta para uma solução do aumento da criminalidade.

O ambiente prisional se constitui atualmente como *habitat* natural do criminoso, não havendo alternativas de ressocialização do indivíduo, de acordo com os princípios de humanização da pena. Contrária ao que indica a LEP no seu artigo 10 sobre as assistências

garantidas a todo indivíduo em encarceramento, a realidade prisional está bem distante do preconizado pela lei.

Na tabela 2, observa-se que com um corpo funcional deficitário, o sistema penitenciário brasileiro contabiliza em seu quadro 400 médicos para o tratamento à saúde do apenado quando se tratam de problemas de clínica geral, 221 psiquiatras, 1103 psicólogos e para as 34.058 mulheres presas, 16 ginecologistas. Para auxiliarem tais profissionais, ainda registra-se a presença de 2.602 enfermeiros e técnicos de enfermagem e 436 assistentes sociais para encaminhar todas as demandas. O cenário educacional guarda suas semelhanças com a saúde, além de contar com 1800 professores.

Tabela 2 – Sistema Penitenciário Brasileiro – Servidores

FUNÇÕES	QUANTITATIVO
Psicólogos	1.103
Professores	1.800
Terapeutas	74
Enfermeiros	603
Técnicos de enfermagem,	1.999
Assistentes Sociais	436
Médicos (Clínico Geral)	400
Médicos (Psiquiatras)	221
Médicos (Ginecologistas)	16

Fonte: Sistema de informações Penitenciárias. Dados referentes a dezembro/2011

A preocupação da sociedade em aplicar uma pena retributiva, ou seja, em que o preso pague pela falta cometida, reduz a possibilidade da punição servir como instrumento de desenvolvimento deste indivíduo. Num país que tem um sistema moderno de punição, do ponto de vista legal, reconhecido pela ONU, não parece caminhar neste mesmo sentido quando se fala da aplicabilidade destas leis. A pena máxima no Brasil é de 30 anos, em vários casos, a lei define penas muito altas (cf. tabela 3), como também se verifica nos Estados Unidos, causando a superlotação e o aumento dos gastos públicos. A manutenção de uma pessoa presa, em alguns casos, custa o mesmo que mandar alguém para a Universidade.

A proteção da sociedade está diretamente associada à construção de penitenciárias, aumento da segurança, no entanto, verifica-se no interior destes espaços abandono jurídico,

superlotação, violência e corrupção. A dialética relação entre proteção e eficiência do sistema prisional sugere a ideia de um Estado a serviço do crime, dado o alto nível de reincidência.

Tabela 3 – Quantidade de penas impostas no Brasil

PENAS	Nº DE PRESOS	%
Até 04 anos	54.928	10,6
Mais de 04 anos até 08 anos	86.680	16,8
Mais de 08 anos até 15anos	63.952	12,4
Mais de 20 anos até 30anos	30.325	5,89
Mais de 20 anos até 30 anos	23.763	4,61
Mais de 30 anos até 50 anos	9.632	1,8
Mais de 50 anos até 100 anos	3.139	0,6
Mais de 100 anos	618	0,1

Fonte: Sistema de informações Penitenciárias. Dados referentes a dezembro/2011

O discurso do aprisionamento em defesa da sociedade não encontra mais lugar na práxis rotineira de rebeliões, motins e fugas. A análise do confinamento deveria perpassar por trabalho do conceito de liberdade como exercício, sem esvaziamentos, nem abstrações. A punição expiatória dissociada de uma política penitenciária de reafirmação do sujeito e de sua autonomia remete aos suplícios de outrora, neste momento, não mais físicos, mas contingenciados pelo caráter psicológico que maltratam também a alma, anulando as possibilidades de regresso do indivíduo com a consciência do poder de liberdade, e, portanto, impedido de apropriar-se do seu destino.

Chies (2008) destaca o processo da prisionização,²⁵ em menor ou maior grau, sofrido pelos indivíduos que ingressam no sistema penitenciário e, naturalmente, absorvem as regras institucionais, bem como toda a dinâmica cultural e social do ambiente prisional. A incorporação de condutas, do vocabulário e das normas internas para uma convivência pacífica entre os diversos grupos sinalizam a adaptação e a modulação do sujeito à estrutura social destes espaços de confinamento.

Toda a movimentação vertical do indivíduo neste espaço de sujeição formal e informal, no que concerne às normas institucionais e ao código de leis internas delinea o seu papel social. O trabalho no ambiente prisional representa a retomada deste papel social e de

²⁵ Processo de aculturação do preso que passa a adotar os hábitos, a linguagem, toda a cultura geral da prisão.

uma possível construção dos laços com a rotina inerente a sociedade moderna, no entanto, verifica-se que num universo de 514.582 presos, apenas 17% trabalham em atividades internas nas penitenciárias, o que equivale dizer em números reais, 89.125 presos.

Mesmo com um aumento de 55,5% da população carcerária, observa-se uma diminuição no número de presos envolvidos em algum trabalho interno no ano de 2005 quando este número representava cerca de 20% de presos envolvidos em algum trabalho interno na penitenciária. Configura-se neste cenário de superlotação e ausência de atividades e a rigidez da estrutura carcerária marcada pelo conflito entre a passividade do interno e a dependência diante do sistema (alimentação, vestuário, utilização do tempo) diante da necessidade de autoafirmação e definição de seu papel no convívio diário com os demais internos, constituindo sua identidade na massa carcerária.

A complexidade das relações interpessoais estabelecidas no cárcere advém de uma política excludente e de sujeições que colocam o indivíduo num movimento constante de contrários: desaprender a ser social, aprender a ser preso/ conviver com passividade, não agir com passividade na convivência interna/ desaprender a ser preso, retornar à convivência social.

Os efeitos mesmo que tardios deste processo de prisionização são verificados nos indivíduos quando postos em liberdade. Thompson (apud 1991 CHIES, 2008) destaca os fatores que ele nomeia universais da prisionização: aceitação de um papel inferior, acumulação da dinâmica organizacional prisional, desenvolvimento de novos hábitos de comer, vestir, trabalhar, dormir, bem como o uso de linguagem própria do ambiente prisional. Tais fatores podem também atingir o corpo funcional da instituição: administradores, agentes, profissionais de saúde, entre outros, que são relativizados dada a temporalidade destas relações, quebra da rotina carcerária com os momentos de socialização extramuros.

Não é objetivo precípua da pesquisa fazer a análise do sistema penitenciário brasileiro sobre a ótica da ciência do Direito, embora a discussão sobre o leitor no cárcere implique na condução da investigação sobre o espaço onde impera a lei. Assim, assentado sobre o discurso da evolução histórica da prisão e do tempo como medida para pagamento da dívida social, verificou-se como se formou esta sociedade e as suas relações construídas neste tempo e espaço como num velho traçado do mundo da prisão.

3 LITERATURA – MUNDO DA PRISÃO: ALEGORIA E REPRESENTAÇÃO

“A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer.” (RAMOS, Graciliano, 1980, p. 191).

A obra *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos retrata o período da Ditadura Militar no Brasil. Neste capítulo, porém a referida obra não será analisada apenas sob o viés político. Impõe-se na discussão, o mundo da prisão representado pela arte do testemunho do escritor, sequestrado pelo regime Vargasista. Além de questionar a historiografia oficial nas suas memórias, Graciliano mapeia a arquitetura prisional, lançando um novo olhar sobre aquele espaço e aquela sociedade. Quebra o silêncio. Observa-se no poder do Estado e nas prisões arbitrárias a miséria humana em meio à imundície. Como alegoria do inferno, a prisão se reafirma numa sociedade muito peculiar que dialoga com o mundo literário. A todo aquele que desconhece esta realidade, a literatura representa através das personagens e da geografia da prisão, senão a verdade, uma projeção de verdades.

3.1 MEMÓRIAS – ESCRITOS NO CORPO E NA ALMA

“Sensações de liberdade, somente as primeiras sensações: a saída, restos de prisão a acompanhá-lo em ruas estranhas”, segundo Ricardo Ramos, filho do escritor, este seria o último capítulo, de *Memórias do Cárcere*, obra póstuma, publicada em 1953 e inacabada ante a morte de Graciliano Ramos. O escritor mencionava uma revisão necessária, tarefa que levaria apenas uma semana, acreditava que a obra merecesse, ainda, preocupações quanto a questões de unidade e de estrutura, preocupações com a feitura de suas memórias, mas que diante da impossibilidade de revisão definitiva, poderiam deixá-lo insatisfeito, mas seriam registradas as observações iniciais e as repetições.

Graciliano Ramos foi preso em três de março de 1936, sem nenhuma explicação formal sobre os motivos reais de sua detenção e permaneceu, sem sabê-los, até o dia de sua libertação em 13 de janeiro de 1937. Ficou dez meses sob custódia do Estado durante o governo de Getúlio Vargas. Arbitrariamente, foi preso em Alagoas e enviado a Recife, no porão do navio Manaus seguiu para o Rio de Janeiro. Inicialmente, conviveu somente com presos políticos numa sala anexa à Casa de Detenção, no Pavilhão dos Primários, ainda, na mesma unidade prisional e depois foi para Colônia Correccional do Rio de Janeiro, na Ilha grande, lugar onde a convivência passou a ser com presos comuns. Ao final do

encarceramento, foi reconduzido à Casa de Detenção, onde permaneceu até o momento de sua libertação.

Dentre os espaços de encarceramento, a colônia penal Cândido Mendes merece destaque pelos relatos marcados pelo total isolamento, característicos da ilha-cárcere e pela degradação do indivíduo, reduzido à condição de animal que tem a morte, abertamente declarada, como sentença:

[...] enxerguei um tipinho de farda branca
 [...] O discurso, incisivo e rápido [...] dirigindo-se aos presos recém-chegados:
 – Aqui não há direito. Escutem. Nenhum direito. Quem foi grande, esqueça disto.
 Aqui não há grandes. Tudo igual. Os que têm protetores ficam lá fora. Atenção.
 Vocês não vêm corrigir-se, estão ouvindo? Não vêm corrigir-se, vêm morrer.
 (RAMOS, 2008, p. 69).

Nesta perspectiva, o falseamento da realidade seria tarefa impossível na construção da obra *Memórias do cárcere*, afinal, segundo o próprio autor “a cadeia não é um brinquedo literário” (RAMOS, 2008, p. 575), devido o comprometimento do escritor com a inscrição da verdade na tessitura literária. Dizer, contar, externar através da escrita de suas memórias um período da sua estória impresso em seu próprio corpo, “o admirável romancista precisava dormir no chão, passar fome, perder as unhas na sindicância” (RAMOS, 2008, p.575), remete a uma condição perigosa para o intelectual, pois o emburrecimento era necessário naquele contexto social. Sem ele, como se poderiam “aguentar políticos safados e gerais analfabetos?” (RAMOS, 2008, p. 20).

A estrutura narrativa confere a Graciliano a oportunidade de revisitar suas obras e seu processo de composição, num movimento de autoconsciência de sua trajetória literária, e para além da função estética da palavra enfeitar, utilizou a palavra para dizer de uma parte obscura da história do Brasil no governo de Getúlio Vargas, vivenciada nos porões da ditadura.

Da longa narrativa, pouco a pouco, estabelecem-se os pontos de contato entre o mundo das leis e a organização prisional impressos no corpo do prisioneiro Graciliano. A linguagem justa e exata do texto literário aproxima o leitor das memórias corpóreas: torturas, humilhações, doenças, degradação.

É inquestionável o valor documental e literário de *Memórias do Cárcere*. Alguns estudiosos destacam a importância dessa narrativa na história do Estado Novo pelo tom de denúncia dos abusos sofridos na prisão que trazem para discussão a precariedade da lei, o imperioso apagamento de qualquer marca de subjetividade do sujeito. Dessa forma a narrativa dá voz aos vencidos, consubstanciando a possibilidade de visibilidade destes personagens.

Graciliano permite a qualquer indivíduo mergulhar no universo carcerário do período da ditadura Vargas, entrecortado com momentos dilacerantes, no qual se integra ao corpo nauseante do homem o intelecto seco do escritor, numa impressão de *deja vu* da violência e degradação humana, características inerentes à história de nossas prisões:

Quem dormiu no chão deve lembrar-se disso, impor-se disciplina, sentar-se em cadeiras duras, escrever em tábuas estreitas. Escreverá talvez asperezas, mas é delas que a vida é feita: inútil negá-las, contorná-las, envolvê-las em gaze. (RAMOS, 2008, p. 12).

Ao leitor, torna-se possível portanto, a constatação evidente de que o poder da polícia no período Vargas suplantava o poder judiciário, superlotando as prisões com todos aqueles que de alguma maneira se opusessem ao regime, dessa forma o aparelho repressor do Estado exercia o controle institucional sobre os indivíduos e sob a égide da violência armada, a sociedade tinha conhecimento da realidade imposta no cárcere:

Certamente outros iriam cair, as prisões se encheriam a ditadura mal disfarçada que humilhava um congresso poltrão grimparia. Anos perdidos. E se a agressão fascista continuasse lá fora, teríamos aqui medonhas injustiças e muita safadeza. (RAMOS, 2008, p. 64).

Entrelaçado à realidade política brasileira dos anos de 1930, Graciliano Ramos (2008, p. 493) antevê no seu depoimento o alto nível de encarceramento naquele período provocado pelo fascismo tupinambá “o governo se corrompera em demasia; para aguentar-se precisava simular conjunturas, grandes perigos, salvar o país enchendo as cadeias”. O Estado Novo foi um período marcado por um governo ditatorial, representado por Getúlio Vargas que se aproveitando da instabilidade política e de um suposto plano comunista impediu a realização de eleições presidenciais em 1938. No golpe de 1937, contava com o apoio do povo e dos militares para assumir o poder. E ao fazê-lo, apagou qualquer registro de democracia, fechando o Congresso Nacional e impondo uma nova Constituição. Resguardadas as devidas proporções e com um traço “hiperbolizante”: o Brasil, por metáfora, era uma grande prisão!

Analisando os dados referentes ao encarceramento na década de 20, 30 e 40, pode-se entender a política de repressão exercida pelo estado. A proporção de pessoas, formalmente, condenadas não ultrapassava 0,0000103 por cento da população, eram 6.212 condenados num contingente populacional de 46.228.607 brasileiros, segundo Cancelli.²⁶

²⁶ CANCELLI, Elizabeth. Repressão e controle penal no Brasil: prisões comparadas. In: **História: questões & debates**. Curitiba: Editora UFPR, n. 42, p. 141-156, 2005.

Quatro anos depois, em 1938, a informalidade das prisões tornara-se uma constante, pessoas eram detidas para averiguações, sem condenação formal: “o interrogatório, as testemunhas, as formalidades comuns em processos, não apareciam. Nem uma palavra de acusação” (RAMOS, 2008, p. 68). Graciliano, assim como o personagem kafkaniano Josef K., foi levado à prisão sem saber qual a acusação formal, nem participou de nenhum procedimento processual, mesmo que alicerçado em fundamentações falsas, não figurou em nenhum processo. Considerando a matiz kafkaniana, Graciliano passa pela metamorfose da personagem, inicialmente, compelida às tramas de um *processo*²⁷ indefensável que acaba reduzida a *Colônia Penal*,²⁸ com o corpo sob a custódia do horror.

Em 1938, no Estado de São Paulo foram detidas 46.636 pessoas, segundo o Conselho Penitenciário, quadro que evoluiu, em 1939, para 48.742 pessoas detidas sob a acusação de alcoolismo, desordem e ócio, delitos informados como mais frequentes, depois das prisões por motivo de averiguação. Número que no interior paulista, em 1942, representou 34% das prisões, ou seja, das 35.039 pessoas presas, 11.761 foram detidas para averiguação. A aparente legalidade travestida na prática de detenção entendida por *averiguação* no governo Vargas cede ao impulso da escrita testemunhal de Graciliano Ramos com uma escrita fiel ao horror dos porões da ditadura nos idos de 1930.

Entre nós execuções de aparato eram exequíveis: a covardia oficial restringia-se a espancar, torturar prisioneiros, e de quando em quando se anunciavam suicídios misteriosos. Isso se aplicava a sujeitos mais ou menos comprometidos com o barulho de 1935. Mas que diabo tinha eu com ele Certamente me pregariam agulhas nas unhas nem me fariam saltar de andar alto. (RAMOS, 2008, p.76).

Dar conta dessa realidade política exige da testemunha o rigor da objetividade, mas neste caso, a testemunha, como apresenta Bosi (2002) se trata de um dos três ou quatro maiores prosadores da nossa literatura, e, portanto, o que esperar na construção da narrativa frente a esta realidade objetiva. A linha fronteira, entre a subjetividade da testemunha em relatar os fatos como ocorrem, e o compromisso em ser idôneo trazem à tona a complexidade do texto e a riqueza da capacidade intelectual de Graciliano, elementos imbricados nas situações evocadas no plano individual e coletivo das suas memórias.

²⁷ Romance, do escritor checo Franz Kafka, O processo narra a desventura de Joseph K. que acorda certa manhã, é preso, sem motivos e permanece um longo tempo na prisão, sem julgamento por um crime que não cometeu.

²⁸ O livro faz uma análise crítica sobre o instituto da pena, analisando os seus limites, a impropriedade das penas baseadas em castigos corporais e ilustra com clareza e precisão a barbárie que constituíam as técnicas medievais na aplicação desses castigos punitivos.

Antônio Cândido (2006) realça o desejo intenso do escritor Graciliano que no âmago de sua arte buscava fazer o testemunho sobre o homem, assumidamente projetado na criação de suas personagens e depois em si mesmo, como ocorridas nas suas recordações de menino, na sua obra *Infância* (1945) e de homem nas suas memórias da prisão.

A literatura mimetizada na descrição de um mundo apresentado nas páginas da obra *Memórias do Cárcere* e o discurso literário sobre essa realidade delinea corpos que perambulam em meio à degradação e situações aviltantes. Graciliano cumpre a promessa de escrever como forma de pagamento pela hospedagem, após dez anos livre do encarceramento, a sua obra póstuma representa a alegoria do mundo da prisão e a prisão como mundo, num espelhamento dialético de uma sociedade aparentemente civilizada. Num movimento de intersecção entre esses dois espaços: sociedade extramuros e sociedade intramuros, a literatura representa um instrumento público das memórias estilhaçadas pelo poder, pela destruição de arquivos, num silenciamento histórico da flagrante violência institucionalizada na história das prisões:

O diretor suplente recuou, esbugalhou os olhos e inquiriu carrancudo: – O senhor é jornalista? – Não senhor. Faço livros. Vou fazer um sobre a Colônia Correccional. Duzentas páginas ou mais. Os senhores me deram assunto magnífico. Uma história curiosa, sem dúvida. O médico enterrou-me os olhos duros, o rosto cortante cheio de sombras. Deu-me as costas e saiu resmungando: – A culpa é desses cavalos que mandam para aqui gente que sabe escrever. (RAMOS, 2008, p. 516).

Bosi (2002) assevera o desapontamento de alguns leitores das memórias de Graciliano ao se depararem com uma narrativa que se esvazia do sentido de luta partidária e aporta-se na maneira como o escritor sobrevive àquelas condições adversas de confinamento. O aprisionamento dera-lhe a real dimensão de seus limites e o surpreendente encontro com criminosos que, controversamente, inspiravam-lhe respeito:

Sempre me parecera que criminosos não se diferenciavam muito da gente comum, mas ali surgia um deles superior aos outros homens. Paulo Turco era se não me engano assassino e ladrão. Contudo inspirava respeito. E aquele procedimento levava-me a admirá-lo. A extraordinária antinomia me assombrou: um vivente nocivo, capaz de matar, roubar, sacrificava-se para manter e educar pessoas encontradas por acaso, diferentes dele. E perguntei a mim mesmo se a virtude singular não compensava as faltas anteriores. (RAMOS, 2008, p. 610).

Bosi (2002) destaca a quase ausência da discussão política e distanciamento do tom partidário, substituída pela construção de uma narrativa marcada pelo sofrimento. As *Memórias do Cárcere* maximizaram a precariedade de um Brasil, pobre e imerso numa

estúpida burocracia, apoiada por um estado de ditadura, uma polícia terrorista. Cumpre destacar o sutil contraponto lançado na discussão: a imagem política de uma sociedade incapaz de seguir uma liderança revolucionária. Essa constatação fazia com que Graciliano se sentisse um *revolucionário chinfrim* diante das injustiças sociais. Excluído político e socialmente, Graciliano faz da escrita, a sua narrativa sobre o passado e as relações construídas no espaço do seu testemunho.

Os limites dessa fronteira entre a literatura e o testemunho que, inicialmente, interpõem-se pelo formato “depoimento” são eliminados pela diluição do texto em várias narrativas, estetizando a obra. O enfraquecimento enraizado na diluição das narrativas avança como fortalecimento concreto desse amálgama- testemunho e arte. O universo da ficção, segundo Bastos (1998) parece comprometer a capacidade da obra literária na sua realização enquanto crítica social, daí o tom memorialístico de *Memórias do Cárcere* como suporte documental sobre a “página do fascismo tupinambá”.

As discussões em torno da literatura de testemunho encontram ressonâncias desfavoráveis a sua prática, dada a possibilidade iminente de comprometimento da história diante da carga emocional do testemunho. Já no campo jurídico sobre o papel do testemunho, o entendimento aponta para um elemento esclarecedor dentro do processo de discussão que porventura possa impetrar a dúvida. Na Literatura, o testemunho configura-se como a possibilidade de externar a voz do sobrevivente, do sujeito que vivenciou momentos de grande tensão, de trauma, reivindicando para si o papel de mártir.

Os espaços para a dor e para o sofrimento colocam o escritor diante dos conflitos sociais, até então inaudíveis, numa espécie de real traumático, estabelecido pela tensão entre a necessidade de dizer e a incapacidade linguística para demonstrar o que precisa ser dito, de acordo com Kiffer.²⁹ A literatura, representação estética da escrita, encontra solo fértil nas discussões de experiências-limites no cárcere, trazendo do depoimento literal o compromisso com a representação do real, mas num gesto claro e confesso de impossibilidade de abarcamento de toda essa realidade “não conservo notas: algumas que tomei foram inutilizadas, e assim, com o decorrer do tempo, iam-me parecendo cada vez mais difícil, quase impossível redigir esta narrativa”. (RAMOS, 2008, p.11) e que escapa ao poder da linguagem.

²⁹ KIFFER, Ana. **Corpo, memória, cadeia: o que pode o corpo escrito?**. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 set. 2011.

Selligman-Silva (2003) assinala que a testemunha torna-se um veículo de uma ocorrência, de uma realidade, de uma posição ou dimensão para além dela mesma. Nos debates contemporâneos, o conceito de testemunho encontra-se associado ao trauma, um dos conceitos-chave da psicanálise, numa representação metafórica de ferida na memória.

O contato com a dor e o sofrimento desencadeado pelo cenário de violência das guerras fizeram do século XX, a era das catástrofes, pois foi transposto para a realidade do cotidiano e se encontram materializadas, também, no ato de escrever. Para Freud (apud SELLIGMAN-SILVA, 2003) os eventos da linguagem e seus testemunhos apresentam-se como uma modalidade de realização da verdade, ou seja, não se trata apenas de um enunciado, mas da possibilidade de acesso àquela verdade.

O modelo paradigmático dessa literatura anti-irônica – que poderíamos chamar [...] de literatura do “real” – é representado pela literatura de testemunho. [...] é mais que um gênero: é uma face da literatura que vem à tona na nossa época das catástrofes e faz com que toda a história da literatura – após 200 anos de auto-referência – seja revista a partir do questionamento da sua relação e do seu compromisso com o “real”. [...] esse “real” não deve ser confundido com a “realidade” tal como ela era pensada [...] pelo romance realista e naturalista [...] deve ser compreendido na chave freudiana do trauma, de um evento que resiste à representação (SELLIGMAN-SILVA, 2003, p. 372-373).

Como recurso narrativo, a sentença de morte determinada pelo diretor da Colônia Correcional remete a “catástrofe”, a “virada para baixo”, ou numa outra possível tradução deste termo: “desabamento”, traduzidos na situação em que se encontrava o escritor Graciliano. Ao testemunhar o horror nos subterrâneos da prisão, sendo o seu local de fala privilegiado, expõe a ferida e a verdade velada pela política varguista.

O choque provocado pelo contato com a atmosfera prisional na condição de preso político leva Graciliano ao desabamento pessoal de intelectual. Sob diversos ângulos, percebe o homem enjaulado num mundo desconhecido, de incongruências que associado ao controle, ao exercício exaustivo de repetição permitiu-lhe desenhar a realidade do “rebanho” num cenário absurdo da miséria humana: “Deficiência de tratamento, nenhuma higiene, quatro ou seis chuveiros para novecentos indivíduos. Enfim não nos enganavam. Estávamos ali para morrer”. (RAMOS, 2008, p. 434).

Segundo Cândido (2006), Graciliano Ramos dedicou os últimos quinze anos de sua vida na feitura desta obra, um testemunho sobre o mundo da prisão visto sob o ângulo da sua experiência pessoal, tornando o livro desigual por associar ao formato documental a sua arte narrativa. Enfim “Impossível conceber o sofrimento alheio se não o sofremos” (RAMOS, 2008, p. 575).

Para Graciliano (2008), o indivíduo livre não entende a vida além das grades, as oscilações de caráter e da inteligência, o desespero sem causa aparente, a covardia que era substituída por atos de coragem doida. Assim observado, eram “animais desequilibrados” transformados em “almas incompatíveis”, e portanto, corpos esvaziados de significação social.

3.2 A GEOGRAFIA DA PRISÃO – ENTRE GRADES E GAIOLAS

Segundo Carlos Nelson Coutinho (1967), Graciliano era um “soldado hábil e perigoso” à guerra instaurada no Estado Novo e poderia “influenciar cabeças pensantes” por esse motivo o afastamento do escritor alagoano da vida social parecia a melhor saída, no entanto, a sua exclusão da vida social não foi a solução mais inteligente, tê-lo como “a vítima mais ilustre do governo de Getúlio Vargas” (MIRANDA, 2004, p. 61) imprimiu à história do Brasil “um retrato não coincidente com o retrato oficial” de um povo custodiado pelo seu próprio país.

Bento (2008) destaca o espaço como elemento articulador nas *Memórias do Cárcere* e não o tempo como comumente utiliza-se na análise autobiográfica do escritor. Observa-se no texto de *Memórias do Cárcere* que a temporalidade se submete ao espaço, configurado desta maneira nos títulos de cada volume, como a autora reitera, com exceção de “Viagens” que se refere ao período passado no quartel e no Rio de Janeiro, os demais consagram os espaços prisionais: “Pavilhão dos Primários”, “Colônia Correccional” e “Casa de Correção”. A cada cárcere há um emparedamento da vida aos espaços fechados, portanto, reduzidos à segregação e à degradação humana.

Do menino ao homem, Graciliano conhece a violência e as diversas formas de poder que avultam na voz do narrador e das suas memórias, ora representadas pelo pai, ora representadas pelo Estado, nesse caso, cabe citar as lembranças do cárcere, mas nada impede de caminhar pelas tristes lembranças do menino. Para compreensão da análise, será destacado um fragmento da obra *Infância* (1945) intitulado “Um Cinturão” no qual o pai interroga o menino acerca do sumiço de tal objeto:

As minhas primeiras relações com a justiça foram dolorosas e deixaram-me funda impressão. Eu devia ter quatro ou cinco anos, por aí, e figurei na qualidade de réu. Certamente já me haviam feito representar esse papel, mas ninguém me dera a entender que se tratava de julgamento. Batiam-me porque podiam bater-me, e isto era natural. (RAMOS, 1995, p. 35).

Para Graciliano (1995) na sua infância “tudo é nebuloso”, mas a naturalidade da violência é clarificada pelo direito dos pais de castigá-lo seja pelo cinto, seja pela corda nodosa. Suplantada pela linguagem das palavras, a força imperiosa na condição de prisioneiro da sua própria existência confere ao escritor alagoano a compreensão de que “pessoas grandes não levavam pancadas”. Bastide (2001) destaca que foi para lutar contra “o aprendizado da injustiça” que Graciliano se tornou escritor, objetivo cumprido à risca em suas Memórias do Cárcere. O menino Graciliano viveu uma infância difícil no chamado polígono da seca, num mundo marcado pela hostilidade, “no mundo do sol assassino”.

Dessa forma, a melhor saída para o menino seria esconder-se do pai “num canto, para lá dos caixões verdes” em silêncio quase totalmente rompido apenas pela sua “tremura infeliz” e pelos “sons duros desprovidos de significação”. A percepção limitada do menino frente à complexidade de acontecimentos e o registro dessa experiência da infância são entrecortados pelo pavor, pela fúria e, sobretudo, pela compreensão desértica do seu mundo como “casa escura, triste”, “pessoas tristes”:

Penso com horror nesse ermo, recordo-me de cemitérios e de ruínas mal-assombradas. Cerravam-se as portas e as janelas, do teto negro pendiam teias de aranha. Nos quartos lúgubres minha irmãzinha engatinhava, começava a aprendizagem dolorosa. (RAMOS, 1995, p. 35).

Num aprendizado doloroso, ao menino é ensinada a concepção de lei e de justiça enviesadas pela violência, maus tratos, humilhações que são marcadas na narrativa pela ausência da linguagem. O silenciamento é potencializado pela dor, a linguagem do corpo grita em meio às torturas sofridas. Na plasticidade da cena, na construção do texto exato, Graciliano funde a sensação de “garganta apertada, a casa a girar, a queda lenta” à imagem do voo de todas as abelhas do cortiço e ao zumbido da pergunta perturbadora: “onde está o cinturão?” O escritor dá um contorno literário à emblemática cena de pavor do protagonista diante do interrogatório do pai:

Onde estava o cinturão? Hoje não posso ouvir uma pessoa falar alto. O coração bate-me forte, desanima, como se fosse parar, a voz emperra, a vista escurece, uma cólera doida agita coisas adormecidas cá dentro. A horrível sensação de que me furam os tímpanos com pontas de ferro. (RAMOS, 1995, p. 36).

A nebulosidade do relato da infância carregada da violência representada pela figura paterna, sobretudo, pelo instrumento de repressão “um cinturão” traduz um mundo de

incongruências impostas à subjetividade infantil do protagonista. Num misto de esperança e covardia, ao menino cabe lutar com as armas que possui, assim faz o homem Graciliano, mesmo que tais armas pareçam insignificantes: “Sozinho, vi-o de novo cruel e forte, soprando, espumando. E ali permaneci, miúdo, insignificante, tão insignificante e miúdo como as aranhas que trabalhavam na telha negra.” (RAMOS, 1995, p. 36).

Tomando por recorte o fragmento da obra *Infância*, pode-se entendê-lo como metonímia do sentimento de aprisionamento de Graciliano, em primeiro momento pelo pai e, a seguir pelo Estado. Mesmo com instrumentos coercitivos diferentes, mas numa clara alusão à violência de seus direitos, tanto em um caso como noutro, o julgamento não se fazia necessário, sem nenhuma palavra foi o menino/homem castigado. Entende-se, então, o sentimento de liberdade no mundo social ou fora dele que é relativizado pelo escritor em suas memórias: “liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social, mas nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer.” (RAMOS, 2008, p.12).

No começo de 1936, Graciliano Ramos era funcionário da Instrução pública de Alagoas, passara dois anos e oito meses nesta função. Sentia-se agradecido por ter sido conservado no cargo durante tanto tempo. Por tentar se mexer recebera “telefonemas misteriosos, com veladas ameaças”, não se intimidou, avisou do seu horário de trabalho, afinal não empreenderia fuga.

Na casa em Pajuçara consertava as últimas páginas do romance, tratava-se do livro *Angústia* que mesmo sem pretensões freudianas é carregado pela análise da frustração sexual que culmina num crime, de acordo com Bastide.³⁰ Foi finalizado durante sua prisão. Mas o que naquele momento o incomodava era o ciúme da esposa, a falta de dinheiro para uma viagem providencial e os filhos. Os problemas se agravariam, afinal ficaria desempregado e vislumbrava momentos de várias discussões e de produções escassas. Desejava fugir, mas como?

Naquele momento a ideia de prisão dava-me quase prazer: via ali um princípio de liberdade. Eximira-me do parecer, do ofício, da estampilha, dos horríveis cumprimentos ao deputado e ao senador; iria escapar a outras maçadas, gotas espessas, amargas, corrosivas. Na verdade suponho que me revelei covarde e egoísta: várias crianças exigiam sustento, a minha obrigação era permanecer junto a elas, arranjar-lhes por qualquer meio o indispensável. (RAMOS, 2008, p. 24).

³⁰ BASTIDE, Roger. Graciliano Ramos. In: **Teresa**: Revista de Literatura brasileira 2. São Paulo: Editora 34, 2001.

Avisado da sua prisão, decidiu esperar. Naquele momento, mesmo numa atitude egoísta, a prisão despontava como “princípio de liberdade” e a cadeia representava a possibilidade de término do seu livro, talvez contasse ainda com a possibilidade de “escrever um romance além das grades úmidas e pretas”. Ironicamente, preparou-se para ser preso:

Afinal, cerca de sete horas, um automóvel deslizou na areia, deteve-se à porta e um oficial do exército, espigado, escuro, capuz ou mulato, entrou na sala.

- Que demora, tenente! Desde meio-dia estou à sua espera.
- Não é possível, objetou o rapaz empertigando-se.
- Como não? Está aqui a valise pronta, não falta nada. (RAMOS, 2008, p. 23).

Graciliano lembrava-se da inércia e da facilidade de se deixar levar, se todos agissem dessa forma, não haveria revolução no mundo. Considerava-se um *revolucionário chinfrim*, suas armas eram outras, fracas e de papel. A invisibilidade, natural a todo sujeito em confinamento, apontava para o velho Graça, não era mais, funcionário público respeitado, aos poucos, operava-se seu apagamento social, o silenciamento nas relações e no meio: “soldado imóvel”, “mecânica chateação”, nada de interrogatórios, acusação, carta apreendida.

Conduzido ao 20º Batalhão dos Caçadores, em Maceió e depois para Recife, aos poucos, o escritor alagoano experimentava a inquietação física, a fome, as ideias desagregadas associadas à saleta nua, sem lavatório e mictório que davam um novo contorno a concepção de mundo. A imprecisão das horas na narrativa indica a quebra da rotina, do controle pessoal sobre a vida, sublinhado pela permanência involuntária no mesmo lugar. O movimento consciente de levantar-se, andar, sentar, dormir, fumar represados num mesmo espaço traz ao autor a verdadeira dimensão da palavra prisão.

No volume intitulado “viagens” vem a constatação de que a ideia de liberdade na prisão diluía-se à medida que “ausentava-se do mundo”, Graciliano frustrava-se com a impossibilidade de “arranjar um livro” para quebrar a monotonia da prisão. O deslocamento de trem, a chegada ao quartel puseram-no em contato com “um mundo bem estranho”, afinal tinha se livrado do quartel do exército que acreditava se tratar de uma organização inútil e maléfica:

Certos há outros deveres, mas desse gênero, tendentes à mecanização do recruta. Decoradas certas fórmulas, aprendidos os movimentos indispensáveis, pode o soldado esquecer as obrigações, até princípios morais aprendidos na vida civil. O essencial é ter aparência impecável. (RAMOS, 2008, p. 56).

Segundo Bento (2008) a prisão representa espaço de segregação, de corte das relações, familiares ou dos seus afazeres, retirando-lhe a lógica habitual. Num espaço de 24 horas, um

muro se levanta em torno do prisioneiro-narrador, fora classificado, etiquetado e só poderia se recolher a local preestabelecido. O uso do banheiro coletivo, a presença ostensiva e frequente de vigilância provocava “náuseas, aperto no diafragma” o que fizera com que o escritor permanecesse dois dias em jejum. O contato com a prisão dava ao escritor impressão de envelhecimento, de fraqueza mental experimentados na leitura de um livro, pois não conseguia se concentrar. Por outro lado, não compreendia por que seu companheiro de cela, numa atitude contrária, passava o dia a contar anedotas, rindo, cantarolando, acreditando ser tratado com muita consideração. Graciliano viria, com certeza, a entender essa atitude esdrúxula quando enviado à ilha-cárcere.

A literatura surgia como possibilidade de distração, de quebra da monotonia. As horas passavam devagar e a “inteligência baixava”, talvez a composição de uma narrativa dos casos diários pudesse ocupar os dias. Com muito custo conseguiu produzir um volume que esconderia se houvesse busca. Neste sentido, Bento (2008) aponta para o resgate da tradição literária da escrita autobiográfica em períodos de confinamento, mesmo identificando a possível incompatibilidade entre a vigilância ostensiva e a intimidade inerente ao processo da escrita, é imperiosa a vontade de produzi-la no cárcere como instrumento de combate ao ócio, a falta de liberdade.

Na ausência de distração, curiosamente, Graciliano contempla o registro pouco comum feito por Capitão Lobo da falta grave cometida por ele, remetendo o leitor ao entrecruzamento das lembranças do menino e as memórias do homem. Pensar que a utilização do banheiro dos oficiais em vez do banheiro dos sargentos levasse o escritor a um possível castigo causou-lhe espanto e fez com que lembrasse as “brutalidades e castigos suportados na infância” sem motivo ou gesto aparente:

- O senhor cometeu uma falta muito grave.
- Uma falta grave, capitão? respondi aturdido. Nãoentendo.
- Muito grave. Na sua chegada eu lhe disse que usasse o banheiro dos oficiais. O senhor ontem tomou banho no banheiro dos sargentos.
- Era verdade, mas achei graça na repreensão e sosseguei:
- Ora capitão! Foi essa a falta grave? Julguei que se tratasse de coisa séria, assustei-me. (RAMOS, 2008, p. 70).

Nesse episódio, o escritor sente-se advertido como uma criança, apesar da singularidade da situação, cabia-lhe explicar tais fatos, esqueceu-se que não haveria diálogo, estava lidando com um oficial e, mais uma vez, deveria submeter-se às ordens superiores como nos tempos de infância. A figura do Capitão Lobo, ainda assim, era admirável e fizera o velho Graça entender que a “desgraça ensina muito”. (RAMOS, 2008, p. 94).

A previsão em permanecer apenas alguns dias, quiçá semanas na prisão foi abandonada pelo escritor. Agora, o limite do mundo se reduzira ao banheiro, a ociosidade estava presente na rotina, saía da “gaiola” apenas uma vez por dia:

Permaneceremos civilizados vestindo pijama, calçando chinelos, deixando a barba crescer, palitando os dentes com fósforo? Pouco a pouco vamos caindo no relaxamento. Erguemos a voz, embrutecemos, involuntariamente expomos a rudeza natural. Ignoramos que isto acontece, suprime-nos meios de comparação quando voltarmos estaremos transformados. Afinal a transferência não era ruim: quebrava a monotonia. (RAMOS, 2008, p. 96).

A transferência para outra prisão: um navio. Para Bento (2008) esta é uma das narrativas mais impactantes na literatura pelo ambiente sórdido e pelo princípio de animalização das personagens. A convivência obrigatória se dá não só com presos políticos, mas com militares. O contato com o soldado e com o “ferro” a tocar-lhe as costelas para forçar a sua entrada rápida no navio impôs ao escritor a sua real condição de custodiado do Estado, sob “os olhos vermelhos do miserável” soldado compreendeu como a compreensão sobre o espaço de confinamento pode ser ampliada nas sujeições e na degradação:

Experimentamos raiva fria e impotente, desejamos fugir à humilhação e nenhuma saída nos aparece. Temos de morder os beiços e baixar a cabeça, engolir a afronta. Nunca nos vimos assim entalados, ainda na véspera estávamos longe de supor que tal fato ocorresse. O absurdo se realiza e não vamos discuti-lo. (RAMOS, 2008, p. 103).

Envolto nesta nova realidade de total despersonalização do sujeito “preso” e do sujeito “soldado” ambos condenados à convivência obrigatória, “no clima de inferno”, o escritor já se enxergava como integrante de “uma boiada numerosa”. Não havia mais a opção de incorrer em falta grave, no navio não havia mais dois banheiros, nesse ambiente em alto mar, junto à multidão, como num “vasto curral” estava misturado ao suor, ao cheiro horrível, perdera a noção de tempo:

Experimentei com a resposta verdadeira decepção, realmente insensata. Pois não via muitos indivíduos, talvez centenas de indivíduos no curral flutuante? Escapou-me a observação e lá fui ziguezagueando num labirinto de redes, altas, baixas, do solo ao teto, a emaranhar-se, a balançar com o movimento do navio. (RAMOS, 2008, p. 112).

O tempo e sua medida de futuro e de realizações estavam restritos à convivência obrigatória com os roncões, a tosse, os vômitos, com o outro a coçar os escrotos num espaço exíguo de camas e redes. Associados à perda da noção das horas, a loucura passava a fazer

parte da rotina de Graciliano “talvez me visse num manicômio, a criar fantasmas” e a chegada a Maceió trouxe-lhe uma nova configuração de si mesmo: era um morto em estado de decomposição.

Bastide (2001) lembra que no porão do navio Manaus, em meio a sujeira, Graciliano enrijece seu corpo, decide não ingerir alimentos como manifestação de resistência às normas e encontra autonomia espiritual nas folhinhas de papel em que escreve. Entende ainda este estudioso que nesse momento de fracasso se configura o signo da vitória do alagoano sobre todo o sofrimento, pois escreveu uma das obras mais importantes da Literatura brasileira.

A consciência do apagamento social se deu no momento de chegada à Maceió diante da atitude de afastamento das pessoas, ao medo que tinham de se comprometer com os presos “uma palavra à toa, largada com bom propósito, avivaria suspeitas”. O julgamento social levou-o a admissão da culpa, da punição devida pelo erro que ele próprio desconhecia, mas que lhe davam a real dimensão da prisão e de todos os efeitos provocados pela segregação.

Figura 8 – Cena do filme Memórias do Cárcere



Fonte: PEREIRA, Nelson (1984)

No Pavilhão dos primários, primeiro local fixo experimentado pelo escritor, Graciliano se deparará com a imundície peculiar à arquitetura prisional, neste espaço permaneceu por quatro meses. A diferença em relação aos demais espaços prisionais se deu pela convivência com presos políticos, num espaço impregnado da atmosfera política, onde partilhou todos os ganhos com os colegas socialistas. Esse princípio tornou o cárcere um espaço diferente: palestras, aulas, xadrez, uma emissora de rádio, momentos de recreação. Todos num esforço coletivo que advém do engajamento político e social da ala de intelectuais do país. Interessa

investigar nesse momento a dinâmica espacial. Chegando ao pavilhão, “alto edifício de fachada nova” com salas à esquerda e à direita, homens bem postos, com seus sapatos lustrosos, camisas de seda, suspensórios, segundo Graciliano (2008), revela um contraste com a simplicidade dos seus inquilinos: homens de pijamas tamancos e alguns só de cuecas. Era cerca de trinta ou quarenta pessoas em confinamento.

O pensamento que, inicialmente, lhe ocorreu foi a necessidade em tomar banho, mas nesse espaço o problema não se restringia apenas ao pouco número de banheiros, chegara tarde, e portanto, esperaria até o dia seguinte para se banhar. Um jovem companheiro, muito simpático, lhe apontou uma solução:

Estou imundo faz uma semana que não me lavo. [...]

– Dispa-se.

Nem me deu tempo de recusar. Minutos depois achava-me coberto de espuma a receber açoitões líquidos em todo o corpo. Enxuguei-me com uma toalhinha de rosto, encabulado por incomodar o solícito homem, que passava a borracha no chão molhado. (RAMOS, 2008, p. 190).

Instalado no cubículo 35, reduzido a duas camas, junto à porta, um guarda-vento que escondia o banheiro e a pia, com mais um companheiro conseguia deitar-se como gente, longe das redes do navio. Experimentou a refeição, não havia mesas, era necessário comer sobre a cama na cela, o que lhe deixava atrapalhado, mas havia ali organização. Conseguira um lugar para os livros e seus pertences.

A convivência pacífica, cercada de amabilidade, pessoas a lhe interrogarem sobre possíveis necessidades, causava estranhamento ao escritor. Mais tarde entenderia que uma comissão formada por cinco membros administrava a prisão, tratava-se, pois, de uma forma de manter o equilíbrio, a ordem e a higiene do local:

À testa dele, uma comissão formada por cinco membros, eleitos por alguns meses, zelava a ordem, a higiene, entendia-se com o mundo lá de fora utilizando as visitas, levava à administração do estabelecimento exigências e protestos. (RAMOS, 2008, p. 198).

A ausência do diretor na rotina da prisão e nas demandas dos presos legitimava a presença de uma organização³¹ que lutasse pelos direitos dos apenados, uma tentativa de estabelecer o diálogo em meio ao cerceamento de qualquer espécie de direito. Observa-se

³¹ Alguns estudiosos afirmam que durante o regime militar, a convivência entre presos políticos e presos comuns resultou em aprendizado das táticas de guerrilha, forma de organização, hierarquia de comando e clandestinidade. É por esta razão que se convencionou chamar de crime organizado as práticas com métodos avançados de organização.

ainda, a presença de outros segmentos sociais (operários, estivador, gente simples) existentes na prisão, no entanto, como maioria (engenheiros, médicos, bacharéis, homens cultos) e organizada, o primeiro grupo se submetia às regras estabelecidas pelo segundo. Os conflitos inerentes a qualquer sociedade eram também vistos nesta microssociedade por mais que se tentasse uniformizar os discursos, a diversidade cultural e social minavam a ideia de uma sociedade mais igualitária: “comunicação difícil, quase impossível: operários e pequeno-burgueses falavam línguas diferentes. Não nos entendíamos, não nos podíamos entender.” (RAMOS, 2008, p. 230).

Numa outra escala, não mais de equilíbrio social, verifica-se no interior da obra, a passagem de Graciliano pelo Pavilhão dos Primários, marcada por outro fator determinante às relações de poder: a sexualidade. Visto sob esse ângulo, os mais fracos deveriam se submetem às regras ditadas pelos mais fortes. A homossexualidade aparece na obra sobre forma de estupro, violência que absorvia todo o sistema penitenciário:

Os gritos daquela noite, eram de um garoto violado. Essa declaração me estarreceu. Como podia suceder tal coisa sem que atendessem aos terríveis pedidos de socorro? Muitos guardas eram cúmplices, ouvi dizer e alguns vendiam pequenos delinquentes e velhos presos corrompidos-vinte, trinta, cinquenta mil reis, conforme a peça. [...]. Na ausência de mulheres, consente-se o homossexualismo tacitamente. (RAMOS, 2008, p. 296).

Desde os pederastas calejados até a polícia, todos contribuía ou participavam para a violência sobre o corpo do mais fraco. “Meninos, abandonados, vagabundos, pivetes que desde cedo se estragaram” não se surpreendiam, nem manifestavam repugnância aos serem metidos em celas de pederastas e àqueles que demonstravam não servir a tais propósitos bastavam alguns dias de maus-tratos, fome e sede para anularem a sua resistência:

O sistema carcerário não só isola o macho da espécie, ele cria uma escala de poder que envolve os carcereiros, os presos mais antigos e os mais novos, e que também-está é a questão importante se estende à própria sociedade, fora da prisão. (GLEDSON, 2006, p. 312).

A permissividade atingia ainda, o jogo que era proibido e jamais suspenso, a venda de cigarros, os pequenos favores a políticos, tudo isso muito bem pago, pois o dinheiro circulava livremente, e aos poucos se via “a anormalidade na existência comum.” (RAMOS, 2008, p. 296).

Gledson (2006) sublinha que o autor faz uma nova leitura sobre si e suas convicções enquanto animal social, portanto, o nojo de Graciliano Ramos poderia ser um produto social

tanto quanto a homossexualidade entre os presos. Inicialmente avesso a esses desvios, afinal era nordestino, macho, criado na aridez do sertão, não suportava tocar esses indivíduos, sendo impingido a lavar-se imediatamente. Todo o asco físico se devia ao contato com estes tipos que pareciam ter sido amputados pela vida em acidentes que levam braços ou pernas, e por isso mereciam piedade. Graciliano, no espaço da prisão compreende o mundo a partir do olhar do outro, num princípio de alteridade, relativiza aquelas conclusões que pareciam definitivas. Ramos não poderia deixar de tocar nesta ferida, expô-la para que o leitor refletisse sobre a não aceitação das diferenças que fora alicerçada sobre uma cultura machista e que naquela sociedade também se reproduzia:

As minhas conclusões eram na verdade incompletas e movediças. Faltava-me examinar aqueles homens, buscar transpor as barreiras que me separavam deles, vencer esse nojo exagerado, sondar-lhes o íntimo, achar lá dentro coisa superior às combinações frias da inteligência. Provisoriamente, segurava-me a estas. Por que desprezá-los ou condená-los? Existem – e é o suficiente para aceitá-los. (RAMOS, 2008, p.298).

A degradação no espaço da prisão contaminava o homem ao ponto de animalizá-lo. À luz da irracionalidade e da violência, o mundo da prisão vai sendo descortinado a cada viagem pelos cárceres brasileiros, sendo apresentado ao leitor de forma direta, pois não era possível envolvê-la em “gaze”, enfim o mundo era feito de “asperezas”, “inútil negá-las” era esse o aprendizado duro do sertão nordestino, herança relegada ao menino: não havia onde se esconder do sol escaldante, do sol assassino. Seria ele, produto social do meio, criado artificialmente para preservação do homem ou seria esta uma forma de protegê-lo de si mesmo?

O encontro com um vagabundo sórdido ainda no Pavilhão dos Primários o colocara de novo em contato com a violência sexual. Inicialmente, compreendido como encontro, na realidade tratava-se de reencontro, pois o tal vagabundo para surpresa do escritor era Francisco Chermont, filho do senador Abel Chermont, que viera cair na prisão graças aos discursos do pai contra a ditadura, por esse motivo interrompera o curso de Direito no último ano. Graciliano conheceu o menino prodígio, rapaz de futuro promissor num espaço de uma semana e fora o rapaz mais elegante por ele visto naqueles subterrâneos, bem diferente do rapaz que encontrou pela segunda vez:

Não lhe precisaríamos a idade-vinte ou cinquenta anos. Um ar de fadiga inquieta, a pele baça, o olhar esgazeado, e completo desleixo, indiferença de quem desceu muito e já nem tenta causar boa impressão. A barba atestava ausência regular de navalha e sabão; no crânio rapado a máquina, de lividez cadaverosa, protuberâncias

avultavam. A fala abafada entrecortada de hiatos. Lembrei-me vagamente de ter ouvido aquela voz [...]. (RAMOS, 2008, p. 311).

Mais assustador que a figura desconcertante de Chermont era o seu relatório. À princípio, contou que foi transportado com outros para um navio, no porão do *Campos*. Neste espaço colocaram dois grupos distintos: intelectuais e toda espécie de vagabundos. Quinhentas pessoas exprimidas no porão de um navio que confiara toda a administração do local a um preso comum chamado de “Moleque Quatro”.

Moleque quatro num processo, misto de julgamento e execução, determinava quem era culpado ou inocente e, imediatamente, cumpria-se a sentença. O réu constante no relatório de Chermont, era um delator que pedia incessantemente pela clemência do “Moleque Quatro” e que num estranho julgamento, sem defesa e sem a declaração do júri, fora condenado à morte. Assombrosa a ideia de haver uma execução frente a homens fardados, mas imperiosa era a vontade do negro “Moleque Quatro” em cumprir sua sentença. Subitamente, Moleque Quatro demoveu-se da sentença de morte e decidiu comutar a pena: “– Está bem, não vai morrer. Vai sofrer trinta enrabações”. (RAMOS, 2008, p. 315).

Dito isto, a sentença se estabeleceu: “trinta vezes o paciente serviu de mulher”, a morte, se houvesse neste caso, não faria parte do cadastro oficial, numa clara indicação de normas absurdas e a triste constatação de “indivíduos postos fora da sociedade, achatavam-se numa prensa, ódio em cima e embaixo.” (RAMOS, 2008, p.18).

Na promiscuidade do cárcere, na degradação do espaço e na contaminação do homem pelo próprio homem-lobo de si mesmo, a animalização do sujeito era demonstrada por Graciliano em pinceladas de terror psicológico sobre uma tela negra, marcando o trágico na tessitura literária. Graciliano não poupou seu leitor das intempéries do cárcere, carregou nas tintas e narrou todas as suas memórias, sem pudores, resgatou a história e as relações de poder sobre o corpo do condenado. Importa destacar, a constituição desse poder sendo partilhado por várias instâncias prisionais, desde os presos até o diretor. Causa estranhamento pensar em instrumentos punitivos relegando a sua condição de aprendizado à perpetuação de vicissitudes.

Ampliados, foram os dias passados na Colônia Correccional Cândido Mendes.

Figura 9 – Instituto penal Cândido Mendes antes da destruição



Fonte: Colôniadoisrios-ilhagrande.blogspot.pt

Ironicamente, Graciliano sentira falta do Pavilhão dos Primários, da estabilidade da cela 35, das atividades e dos companheiros políticos. O contato com o companheiro Newton Freitas assustara o velho Graça, não encontrava naquele farrapo humano nenhum resquício do que fora a alma alegre e ruidosa que habitara aquele corpo em tempos de Pavilhão. Newton Freitas regressara da Colônia, iria se restituir, mas naquele instante era apenas um sobrevivente.

Fazia dois meses que Graciliano estava ali preso num movimento de autoconsciência de si mesmo, imaginara estar semelhante a Newton Freitas, pois não se alimentava bem, um homem travestido “num pijama curto e rasgado.” (RAMOS, 2008, p. 378). Numa narrativa clara e seca, segundo Miranda (2004) é estabelecido um confronto do corpo físico do prisioneiro Graciliano com o corpo político-social, balizador do duro aprendizado da posição marginal. À medida que na sua teimosia, o prisioneiro-narrador luta por manter-se livre e fiel a si mesmo, o espaço ganha contornos assustadores: “rebanho de criaturas humanas em curral de arame farpado”. (RAMOS, 2008, p. 379).

Pinto (1998) destaca que foi na construção das narrativas que o escritor revelou o aparelho ideológico do Estado e seu processo de alienação do sujeito, e é neste momento quando revela esta estrutura, é o exato momento que conduz o leitor a um processo de desalienação: um homem livre das cadeias da alienação, livre das prisões da ideologia.

Não seria fácil para o velho Graça manter-se livre, a caminhada era longa, a chegada à ilha-cárcere compreendia exatos doze quilômetros de serra, carregava na valise restos de si:

um bloco de papel inocente e branco, bilhetes, fotografias, cartas de sua mulher. Fora avisado para esconder os últimos contos de réis no cós do pijama, bem amarrados, afinal seria longa a caminhada:

Refletiu, decidiu:

– Vou pedir um cavalo.

Isto me aborreceu: desagrada-me incomodar alguém.

– Talvez não seja preciso. Qual é a distância?

– Doze quilômetros de serra.

– Que horas são?

– Dez.

– A que hora devo chegar?

– À tarde. Chegando às seis, chega bem.

– Obrigado, sargento. Não é necessário o cavalo. Vou à pé. (RAMOS, 2008, p. 407).

Sob o sol assassino da ilha-cárcere, sentia o corpo ceder às picadas de mosquitos, ao enorme esforço, com respiração curta e falhas na visão, Graciliano aos poucos se ambientava. Alcançava o pátio branco, “um enorme galpão fechado, e junto a ele cercas de arame” (RAMOS, 2008, p. 412) as paredes baixas e o telhado de zinco finalizavam a etapa mais complexa do confinamento:

O ar nauseabundo e empestado, havia certamente nas proximidades um bicho morto a decompor-se. Juntei os cotovelos às pranchas, segurei a cabeça fatigada, comprimi as narinas com os polegares, fiquei um minuto a arfar, respirando pela boca. Um sujeito se avizinhou, manso, quase invisível na escuridão. Arriei os braços, ergui os olhos inúteis: impossível enxergar as feições do homem. (RAMOS, 2008, p. 418).

Há neste capítulo final, um profundo entendimento da imposição do espaço sobre a conduta do indivíduo que se enxerga fraco, reduzido a um alto grau de animalização e disciplinado no cotidiano para não deixar essa condição ser abandonada: “Com efeito, lá os melindres de consciência embotam-se, alteram-se os valores morais-e o nosso dever principal é existir”. (RAMOS, 2008, p. 499). A sujeira do ambiente, a alimentação precária, os furtos constantes de cigarros são complementos da visão cadavérica a que os presos são condenados: crânio liso, pijamas rasgados, seminus no meio do vazio. E nessa dimensão de vazio, situam-se quase mil pessoas destruídas aos poucos, sentenciadas à morte: “Vocês não vêm corrigir-se, estão ouvindo? Não vêm corrigir-se: vêm morrer”. (RAMOS, 2008, p. 429). Viviam como bichos, com “as roupas pelo avesso, o bolso para dentro” em função dos furtos. (RAMOS, 2008, p. 431).

A saúde debilitada não permitia que trabalhasse carregando tijolos, parecia um homem de sessenta e cinco anos, mas contava com apenas quarenta e cinco. Nenhuma higiene no local, os piolhos, enfim estava ali realmente para morrer:

Era uma sala quadrada, o chão de cimento. Pendiam do teto alguns chuveiros, quatro ou seis, e junto a uma paredes e alinhava igual número de latrinas, sem vasos, buracos apenas, lavados por freqüentes descargas rumorosas. Em todas viam-se homens de cócoras, e diante deles estiravam-se filas, esperando a vez, cabisbaixas na humilhação, torcendo-se, a exibir urgências refreadas a custo. Essa mostra indecorosa, a falta da mínima dignidade, encheu-me de vergonha e medo, tolheu-me a ação. (RAMOS, 2008, p. 441).

A narrativa esquadrinha cada espaço de degradação e reducionismo do ser humano, num relato que beira o inverossímil, o escritor dá ao leitor doses intensas de realidade: “Sentia-me num enxurro, nivelava-me ladrões, vagabundos, malandros, escórias das favelas, reduzida a apanhar no chão pontas de cigarro [...]”. (RAMOS, 2008, p. 449).

Gorender (1995) confere ao relato de Graciliano um poder de impacto sobre o sistema repressivo no qual vivia, chama atenção pela secura do estilo e a sobriedade de adjetivações quando o escritor esmiúça a sujeira das condições físicas e do comportamento humano, reproduzindo o mundo carcerário nas suas minúcias, potencializadas na conexão mútua entre a consciência moral e a arte.

O sentimento de insegurança, de desconfiança pairava pela prisão. A corrupção do agente que numa “cortesia desdenhosa” resultava suborno, os olhos sempre abertos a todos que se achegassem bem intencionados ou não, cabia-lhe desconfiar. “É estranho um indivíduo perceber que não tem meio de ser digno.” (RAMOS, 2008, p. 499).

– É isto, expliquei. Uma carteira que os senhores me furtaram no dia da chegada. Estão aqui os porta-níqueis e o cinto, com monogramas. Há na carteira um monograma igual.
 – O senhor tem recibo? perguntou o sem-vergonha.
 – Não, homem. Você já viu ladrão dar recibo do que furta?
 – Ah! Não fui eu.
 – Então foi um colega seu. Vocês todos se entendem. (RAMOS, 2008, p. 514).

A dignidade se apresenta de várias formas e pode ser corporificada num episódio que Reis (1984) destaca a obstinação do escritor em encontrar sua carteira subtraída na prisão como um momento de luta contra a despersonalização. Sugere ainda, que a obra é instigante quando indica o conhecimento dos atos repressivos, pois se sente na pele seus resultados, mas há uma ignorância completa quanto à lógica interna dessas decisões. A prisão de Graciliano

Ramos seria mais uma dessas incoerências legitimadas pelo Estado, inscrita em sua vida, num tempo e espaço em que veio a descobrir, em meio a jaulas e grades, seres ainda humanos.

3.3 PERSONAGENS – FICÇÃO E REALIDADE: UM MUNDO DE VERDADES

A experiência-limite vivenciada por Graciliano na cadeia deu uma nova dimensão ao seu mundo “pequeno burguês”. Fez com que mergulhasse profundamente na sua subjetividade, a partir da compreensão do outro, “no exíguo universo em que o amontoam como bicho, o homem preso pode se humanizar estranhamente” (CÂNDIDO, 2006, p. 127). O contato com indivíduos tão singulares em situação adversa transcendia a sua realidade, pareciam-lhe inverossímeis os personagens e suas histórias:

A medida exata da prisão dava-se pelo espaço que o ser humano passava a ocupar em comunhão com o outro e as relações impostas pelo dinheiro. Se fora da prisão o dinheiro era muito importante, dentro ele passa a ter um outro valor. A relativização do que seria essencial à vida ganha novo tônus (greve de fome e pitacas de cigarro no chão, pequenos furtos). (RAMOS, 2008, p. 471).

A linha fronteira do submundo é apagada pela prisão e, surpreendentemente, é nesse limite que se passa a ter esperanças no outro. A singularidade da experiência e a especificidade do humano problematizam as velhas verdades de Graciliano:

Nas Memórias do Cárcere, podendo confrontar o seu modo de ser e o dos outros, numa situação em que de todos era solicitado um desvendamento completo, pondo as claras qualidades e lacunas doutro modos refreadas, essa visão do mundo encontra a mais perfeita expressão, unificando realmente o que parece inconciliável: pessimismo e imparcialidade, condenação e confiança no homem. (CÂNDIDO, 2006, p. 86).

O cotejo entre os conceitos formados e a experimentação da realidade produz no sujeito uma redefinição de pré-conceitos a respeito de si próprio e sobre o mundo que o cerca. O escritor reconhece a superficialidade dos seus julgamentos na imposição da prisão como representação de um mundo totalmente desconhecido e diverso da sua concepção, assim o escritor alagoano vê-se limitado às grades de uma prisão, não mais a sua prisão, bem demarcada e conhecida.

O encarceramento potencializa a ideia de espaço individual e o desejo claro de se ter alguns momentos de privacidade. A coletividade imposta pela realidade na prisão contraria a menor hipótese de espaços vazios. O narrador se surpreende com as descobertas de si e do

mundo. Por meio de extensas descrições vai dando ao leitor a oportunidade de refletir sobre a sua dimensão de mundo a que Cândido (2006, p. 124) assevera:

O livro é desigual. A longa elaboração foi possivelmente entrecortada de escrúpulos, vinculada pelo esforço de objetividade e imparcialidade, em conflito com a ânsia subjetiva da confissão, ressecando nalguns pontos, e sob certos aspectos, a sua veia artística.

Ainda na construção das personagens, Cândido (2006) percebe o ressecamento artístico nos diálogos entre os personagens reais e os fictícios, antes perfeitos passam à condição de insatisfatórios, por vezes, constrangidos, faltando discernimento na manipulação de algumas cenas. No entanto, como bem observado ainda pelo estudioso, permanece intacta a visão do conjunto que marca e dá sentido aos atos e sentimentos das pessoas. A vontade em fazer de suas memórias os registros de todos que passaram pelo cárcere converge para uma visão justa do real, expressa no painel de personagens e na própria escrita na primeira pessoa do plural como mais uma tentativa de apagamento pessoal:

Desgosta-me usar a primeira pessoa. Se se tratasse de ficção, bem: fala um sujeito mais ou menos imaginário; fora daí é desagradável adotar o pronomezinho irritante, embora se façam malabarismos por evitá-lo. Desculpo-me alegando que ele me facilita a narração. Além disso não desejo ultrapassar meu tamanho ordinário. Esgueirar-me-ei para os cantos obscuros, fugirei às discussões, esconder-me-ei por trás dos que merecem patentear-se. (RAMOS, 2008, p. 18).

Preocupava a Graciliano a forma como apresentaria pessoas na sua obra, afinal tinham uma identidade social. Diferente dos personagens dos romances, as pessoas na sua trajetória pessoal construíram suas próprias narrativas de verdades, fora dos limites esquadrihados pelos livros. No processo de escritura da obra, coube ao mestre Graça o equilíbrio no distanciamento das pessoas. Para tanto, contou com o recurso da ficção para reinventá-las, evitando o comprometimento dos fatos reais vivenciado:

Também me afligiu a ideia de jogar no papel criaturas vivas, sem disfarces, com nomes que têm no registro civil. Repugnava-me deformá-las, dar-lhes pseudônimo, fazer do livro uma espécie de romance, mas teria eu o direito de utilizá-las em história presumivelmente verdadeira? Que diriam elas se se vissem impressas, realizando atos esquecidos, repetindo palavras contestáveis e obliteradas? (RAMOS, 2008, p.11).

Cândido (2006) destaca os “lampejos de confiança na vida” na obra de Graciliano que são descobertos, a partir do filtro natural encontrado no “sujo viveiro do cárcere”, onde seria possível diferenciar “o genuíno do falso” e dos brutos esmagados “uma límpida componente

humana”. A primeira figura que se destaca na narrativa é o Capitão Lobo, presente nos primeiros dias de prisão de Graciliano. A postura do militar demonstrada pela coerência em respeitar outras opiniões chamou atenção do escritor, parecendo confundi-lo, sobretudo, no episódio de oferta de dinheiro.

As inquietações presentes na narrativa curta impregnam as impressões do leitor, sobretudo, no momento de inusitada atitude humana e desprogramada do militar que oferece ajuda material ao prisioneiro. Segundo Cândido (2006) há em cada um de nós, a existência de um João-teimoso que a qualquer preço “em meio à degradação mais profunda”, tenta afirmar “aspirações de limpeza”.

A compreensão da humanidade na prisão resvala na rotina diária de sobrevivência que surpreende o escritor como no episódio do Capitão Lobo. Neste momento, o narrador compartilha suas dúvidas com o leitor. Outra atitude que não se coaduna com o momento vivido no porão do navio Manaus, momento em que o soldado lhe traz água:

Estranho, estranho demais [...] Precisamos viver no inferno, mergulhar nos subterrâneos sociais, para avaliar ações que não poderíamos entender aqui em cima. Dar de beber a quem tem sede. Bem. Mas como exercer na vida comum essa obra de misericórdia? Há carências de oportunidade, as boas intenções embotam-se, perdem-se. Ali havia surgido uma alma de verdade misericordiosa. Ato gratuito, nenhuma esperança de paga; qualquer frase conveniente, resposta de gente educada, morreria isenta de significação. Na véspera outro desconhecido, negro também, me havia encostado um cano à espinha e à ilharga; e qualquer gesto de revolta ou defesa passaria despercebido. Esquisito, os acontecimentos desprovidos de razão, as coisas não se relacionavam. (RAMOS, 2008, p. 135).

Entre muitas pessoas na Colônia Correccional, Graciliano é apresentado a Gaúcho, “ladrão, arrombador”. As palavras que, a princípio, seriam entendidas como insulto, agigantam-se na caracterização do personagem:

Wanderlino me interrompeu cálculos difíceis e apresentou uma delas apagão espadaúdo, simpático, olho vivo, de gavião. Uma curiosa madeixa de cabelos brancos enfeitava-lhe a testa e o lábio superior se erguia, descobrindo os dentes, num sorriso sarcástico. Fisionomia aberta, ar decidido. (RAMOS, 2008, p. 424).

O encontro pouco inusitado poderia se converter em amizade, admite o escritor: “confessei a mim mesmo que poderia tornar-me sem esforço amigo do ladrão”. (RAMOS, 2008, p. 425). Gaúcho, tipo anormal que falava gírias e desenvolvia teorias. Uma delas é que os homens se dividiam em duas classes: malandros e otários. Sutilmente, incorporava a figura do malandro, era esse o seu ofício, casado com uma rata de valor “trinta e duas vezes deu entrada na Casa de Detenção”, fazia pouco. Queria manter-se vivo nas páginas de um livro,

contar suas histórias. Diante da teoria do ladrão, ao velho Graça, restava a contestação: só existiam duas classes? Portanto, não caberia dúvida, seria classificado como otário.

Durante a noite, Gaúcho contava suas aventuras, de cócoras, próximo à esteira do escritor. Interrogado por Graciliano, cedia e contava as curiosidades das estratégias do ofício de ladrão e a funcionalidade da imprensa que não escapava às suas narrativas:

- O gaúcho, como é que você consegue destrancar uma fechadura?
O paciente indivíduo não se espantava da minha ignorância, mencionava a caneta, usava expressões técnicas obscuras. Aproximava-me do rosto o indicador e o polegar, manjava delicadamente uma pinça imaginária [...]
- Mas isso faz barulho, Gaúcho.
- Não senhor. Eu estiro um número do Jornal do Brasil por baixo da porta. Puxo o jornal e trago a chave. Se ela não vier, meto a gazua na fechadura. Explicava a maneira de cortar uma vidraça, com diamante. Dava um murro no vidro, que se deslocava, batia sem rumor em cima do jornal do Brasil.
- Ó Gaúcho, informei-me estranhando a repetição, por que está preferência? Outro jornal não serve?
- O ladrão refletiu e esclareceu, muito grave:
- Vossa mercê compreende: o Jornal do Brasil tem mais páginas, é mais grosso. (RAMOS, 2008, p. 456).

Outro personagem que se destacou na narrativa foi Cubano, organizador das filas, homem generoso, mas contaminado pelo vírus mutante, responsável pela animalização na prisão. Embrutecido pela rotina diária contava com a habilidade do escritor para se tornar um homem conhecido, personagem de livro. Era um genuíno cão de fila. Substituiu o Moleque Quatro que não dera conta do recado: “Cubano dispunha de autoridade enorme. Na falta do guarda ou do aspençada Aguiar, mandava e desmandava; submetia-nos a disciplina rigorosa e uma denúncia dele trazia os castigos mais duros a qualquer um”. (RAMOS, 2008, p. 436).

A autoridade de gaúcho era tamanha que se podia entender porque os presos levantavam-se por mais de trinta vezes à ordem: “Formatura geral”:

- Ergui-me trinta vezes e andei como barata, da fila para a esteira, da esteira para a fila. As idéias baralhavam-se em confusão doida, um torvelinho; diluíam-se pensamento e vontade, a consciência falhava. Tentando agarrar-me a qualquer coisa, absorvia-me na contagem mecânica dos exercícios inúteis. (RAMOS, 2008, p. 438).

A mecânica habitual de “formatura geral” foi substituída pela rotina diária da escrita, graças à generosidade de Cubano. Aos poucos, ao escritor é dada deferência, o que indicava “distinção perigosa”, sofria agora, um processo de personalização. O zelo do negro amigo, a preocupação com a alimentação e a contravenção dos maços de cigarro e do queijo representavam mecanismos de sobrevivência na prisão que eram subsidiados pelo “soldadinho prestativo”:

Ele tinha razão era preciso enganar o estômago. Assim, mandei comprar um queijo pelo soldadinho que, à noite da chegada, se oferecera, por influência do sargento, para os negócios clandestinos. O rapaz trouxe-me a encomenda e recusou gorjeta. Se o queijo ficasse em meu poder, os ladrões o abafariam; por isso Wanderlino apossou-se dele, trancou-o na mala e durante algum tempo me submeteu a duas, três rações diárias, feitas quase transparentes, insignificâncias cortadas a gilete. (RAMOS, 2008, p. 471).

A diversidade humana no painel de personagens apresentadas por Graciliano limita-se ao espaço prisional, mas representa também, uma realidade nova para o escritor: o contato com os homossexuais. No hospital recebia o cuidado destas pessoas, misturada à gratidão coabitava o nojo “nunca me vira na presença de um sujeito assim cara a cara, sabendo-lhes as tendências”. (RAMOS, 2008, p. 467). Compreendia assim, a impossibilidade de transformação, de superação do nojo que esses “desvios” lhe causavam.

Já os criminosos causavam-lhe uma admiração “Fiz o possível por entender aqueles homens penetrar-lhes na alma, sentir suas dores, admirar-lhes a relativa grandeza, enxergar nos seus defeitos à sombra dos meus defeitos”. (RAMOS, 2008, p. 15). Seguindo esta análise, conheceu Paraíba, um técnico na linguagem, apresentava-se como mais um personagem do futuro livro, viera prestar-lhe informações. Afinal, sabia muito sobre o ofício, mas cercava-se por formalidades “não devemos confessar a leigos os mistérios da nossa profissão”. (RAMOS, 2008, p. 486), jogava com armas psicológicas e, assim, também enganava a otários, centenas de colegas do escritor. Com um tom de provocação, explicava qual a melhor estratégia para enganar estes tais sujeitos, utilizava o golpe da velha:

Sou um roceiro ingênuo: trago-lhe ocasião de liquidar a letra na minha ausência e guardar tudo. O senhor afasta a idéia ruim, ela aparece de novo. Percebo na sua cara a luta dos dois sentimentos. A sua inteligência baixou, as suspeitas adormeceram: tenho probabilidade forte de arrancar-lhe o cobre. (RAMOS, 2008, p. 488).

Ao final da narrativa, o próprio autor, discordava de Paraíba. Mesmo contando com armas tão poderosas como as psicológicas, segundo o escritor, Paraíba não lhe atingiria, pois não se preocupava com a ambição, daí o desinteresse automático pelo dinheiro. Por outro lado, não se comoveria com a figura da velha, enfim “o fim das velhas doentes é a morte, não tenho meios de evitar isso”. Não se sentia inspirado pela compaixão, pois para ele, a invisibilidade era a marca destas personagens. “Enfim, há desgraças em toda a parte.” (RAMOS, 2008, p. 490).

Não lhe seriam atrativos, nem o dinheiro, nem a comoção em torno da velha, portanto, não seria presa fácil. A narrativa de Paraíba apoia-se num golpe bastante comum, alicerçado

na piedade e na cobiça humana, mas Graciliano revela o motivo da inoperância do mesmo golpe quando aplicado a pessoas como ele. Não abandonaria jamais seus afazeres: “Vivo sempre ocupado e as ocupações dos outros não me interessam”. (RAMOS, 2008, p. 490) revela, pois, na experiência a condição de quem não se preocupa com as ocupações do outro. O torpor anestésico ao qual é condenado, diariamente, nega-lhe a possibilidade de cobrança ao outro ou, até mesmo o crédito pela sua existência.

3.4 DESPERSONALIZAÇÃO – LITERATURA E IDENTIDADE

Segundo Goffman (1990), ao adentrar nas instituições totais, o indivíduo é despidido de toda concepção de si mesmo, de todas as referências sociais estáveis, inicia-se um processo de *mortificação do eu*, balizado pelas degradações, humilhações, rebaixamentos como estratégias de controle e disciplina. A padronização das ações que conduzem a mortificação do eu visam romper toda e qualquer relação com o mundo exterior, com o papel social deste indivíduo e a rotina vivenciada anteriormente:

A barreira que as instituições totais colocam entre o internado e o mundo externo assinala a primeira mutilação do eu. Na vida civil, a sequência de horários dos papéis do indivíduo, tanto no ciclo vital quanto nas repetidas rotinas diárias, assegura um papel que desempenhe não impeça sua realização e ligações com outro. (GOFFMAN, 1990, p. 24).

Portanto, o papel desempenhado nas instituições totais não se assemelha com o qual o indivíduo desempenhava. No compasso de tempo da nova rotina, as repetições moduladoras de comportamento não permitem a interpenetração de várias funções inerentes à dinâmica social de um indivíduo livre: escola, trabalho, família. A realidade fica vazia desse sentido diário de pertencimento e função sociais, o sujeito se transforma em um número, num prontuário, sem nome, seguindo a cadência modular destas instituições: “A minha vida anterior se diluía, perdia-se além daquele imenso espaço de vinte e quatro horas”. (RAMOS, 2008, p. 48).

Goffman (1990) assinala que a perda desta significação social vai além da restrição do direito de ir e vir, do direito ao voto ou do uso de cartões e cheques, entre outros. O afastamento social pode levar a uma *morte social*, percebida no retorno à sociedade, momento em que o indivíduo pode restabelecer alguns papéis, mas outros parecem irrecuperáveis.

O sujeito no confinamento passa por um processo de desprogramação, pouco a pouco é reduzido a mais uma peça na engrenagem existencial do sistema, torna-se parte integrante da massa, e, portanto, perde todo o traço de individualismo e sua identidade.

Comumente verifica-se que no cárcere encontram-se indivíduos de origem pobre, sem instrução, excluídos socialmente e com identidades potencialmente prejudicadas. O desajustamento social advém da inexistência de modelos econômicos inclusivos e, dessa forma, sujeitos já postos à margem e num processo contínuo de despersonalização. O estereótipo do “marginal”, do “bandido” é massificado de tal forma que ao ser engessado neste processo, observa-se que os exíguos laços de identidade existentes no indivíduo sofrem um intenso processo de desconstrução.

Ao internado cabe adaptar-se às “regras da casa” como condição primária para não sofrer sanções que tornem sua estada, ainda mais complicada. O cumprimento de regras está intimamente ligado ao conceito de “bom comportamento” e, conseqüentemente, um indivíduo em processo de ressocialização. Segundo entrevista de um funcionário da Penitenciária do Distrito Federal I (PDF I), observa-se essa preocupação:

Ele procura seguir as regras que a gente impõe, regras de bom comportamento: não se envolver com nenhum tipo de crime aqui dentro, não ofender a integridade física de nenhum interno, não atentar contra as instalações. (Entrevistado da PDF1)

Justapostas ao conjunto de regras formais da casa, ainda, ao interno cabe adaptar-se às informais, normas ditadas pela massa carcerária e indispensáveis a boa convivência.

Goffman (1990) destaca que o processo de despersonalização atinge diretamente a relação de interação entre os indivíduos através de um elemento natural na condição humana: a fala. O grau de invisibilidade do internado revela-se em escala extrema quando não lhe é permitido responder a uma pergunta ou completar uma sentença, suprimindo a liberdade de expressão e qualquer vestígio da sua condição humana. Graciliano Ramos vivencia o paradoxo da existência: caminhar por entre os vivos e não ser considerado mais um deles. Passou a não figurar no discurso, não interessava o que pensava, todas as decisões eram tomadas a partir do olhar do dominador, ao escritor resta a consciência de que não é ninguém: “Logo ao chegar, notei que me despersonalizavam, o oficial de dia recebera-me calado. E a sentinela estava ali encostada ao fuzil, em mecânica chateação, como se não visse ninguém”. (RAMOS, 2008, p. 31).

As relações de poder são reguladas pelos castigos ou privilégios que norteiam a interação do preso com “a casa”, podendo ampliar ou, até mesmo, reduzir o seu período de

estada. A desconstrução da identidade desse sujeito vai ganhando relevo nas medidas receptivas da instituição total: registro das impressões digitais, fotos, coleta de dados, o ato de raspar o cabelo até o momento significativo de colocar o uniforme. Esta etapa reveste-se da aniquilação total do indivíduo, passa a ser mais um preso, restrito no seu direito de ir e vir, restrito na sua linguagem e, sobretudo, restrito em todas as suas vontades. Graciliano narra em suas memórias às restrições vividas, os constantes deslocamentos e as ausências de explicações como estratégias de despersonalização:

“– Viajar.” Para onde? Esta idéia de nos poderem levar para um lado ou para outro, sem explicações, é extremamente dolorosa, não conseguimos familiarizar-nos com ela. Deve haver uma razão para que assim procedam, mas ignorando-a, achamo-nos cercados de incongruências. Temos a impressão de que apenas desejam esmagar-nos, pulverizar-nos, suprimir o direito de nos sentarmos ou dormir se estamos cansados. Será necessária essa despersonalização? (RAMOS, 2008, p.43).

Observa-se, portanto, um indivíduo esvaziado de sua essência. Ecoa o sentimento de Graciliano: “*Não sou um rato, não quero ser um rato*”. A despersonalização, em Memórias do Cárcere, atinge seu ápice na Ilha Grande quando Cubano, responsável pela disciplina na fila, chama atenção do escritor para a sua nova identificação:

Um grito e um aceno levantaram-me, aproximaram-me do negro que fizera a chamada e ordenara a organização das filas. -O seu número é 3535, anunciou. Fiquei um momento absorto, pouco a pouco me interei da supressão do meu nome. (RAMOS, 2008, p. 435).

A experiência limite vivenciada por Graciliano no cárcere eclode no interior da obra. Cândido (2006) assinala que a experiência é a condição para a escrita. Nesse momento, unem-se os fios da tessitura literária e da descoberta da escrita como elementos de identificação do sujeito. Recuperando-se a desconstrução da linguagem, da fala como marca da invisibilidade e a debilidade do indivíduo na interação social, encontrarão na escrita uma forma de reafirmação da sua fala no discurso e o resgate da sua identidade. Quando se analisa o papel da literatura, Cândido (2000) considera a função primeira como um tipo de função psicológica, elencada ao lado das necessidades elementares da existência do homem, no plano individual e coletivo, a partir dos conceitos de produção e fruição.

4 CELA DE LEITURA: UM NOVO OLHAR POR ENTRE AS GRADES

“Do pássaro prefiro o vôo ao canto, porque nem todo o canto é de felicidade, mas todo o vôo é de liberdade.” Frase anônima escrita numa cela da PDF1.

Sabe-se que há poucas atividades e programas educacionais consolidados (LEMGRUBER, 2004), voltados à realidade carcerária, com espaços apropriados e que associados a condições precárias de encarceramento, comprometem diretamente o objetivo central do cumprimento da pena que é a ressocialização do indivíduo. Dessa forma, resta ao preso aguardar o tempo previsto de pena se completar, seja ociosamente nas celas ou no pátio das prisões. Ainda é inexpressivo o número de pessoas presas que tem acesso à educação (YAMAMOTO, 2009), dada a incompatibilidade – sistêmica e conjuntural – entre a pedagogia da segurança e da educação cristalizada na própria arquitetura panóptica, que com mecanismos de observação asseguram a automaticidade de poder sobre o detento que nunca deve saber se está sendo observado, mas deve ter certeza de que sempre pode sê-lo (FOUCAULT, 1997).

A postura preventiva do Estado de vigilância austera não impede que essas duas vias, ainda que com objetivos específicos em tal estrutura de ressocialização, podem bem convergir para um processo de cumprimento penal menos traumático e mais produtivo: o de oferecer melhores condições laborais e de aprendizagem, ainda dentro da prisão, para quando se retornar ao convívio social.

4.1 SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL – MITOS E VERDADES DA RESSOCIALIZAÇÃO

Localizado a 25 km do Palácio do Planalto, o centro do poder, na capital do Brasil, está localizado o Sistema Penitenciário do Distrito Federal, numa área destinada a uma antiga fazenda, vulgarmente, chamada de Papuda. Este nome se deu em função de uma deformidade física de uma mulher que habitava essas terras – provavelmente bócio. Após a desapropriação da fazenda, foram inauguradas em 16 de janeiro de 1979, as primeiras unidades prisionais do Sistema penitenciário da Capital, inicialmente inaugurado para receber cerca de 240 internos.

O Ministro da Justiça, Armando Falcão, inaugura hoje às 16:00hs, a nova penitenciária de Brasília, na estrada que liga Brasília à cidade mineira de Unaí. Entre as inovações implantadas com a reforma do presídio, estão os apartamentos onde os

superlotação, ausência de investimentos públicos, instalações sucateadas pelo tempo e extrema preocupação com a segurança inerente ao processo de confinamento e a possibilidade constante e real de fugas,³³ motins e rebeliões.

No ano de 2006, foi inaugurada mais uma unidade prisional – Penitenciária do Distrito Federal II, inicialmente projetada para regime fechado, onde hoje atende internos do regime semiaberto, com a capacidade para 2000 internos com quatro blocos projetados para 500 presos.

Atualmente, o Sistema Penitenciário do Distrito Federal conta com seis unidades prisionais classificadas segundo os regimes prisionais: Penitenciária do Distrito Federal I (fechado), Penitenciária do Distrito federal II (fechado e semiaberto), Penitenciária Feminina do Distrito Federal (fechado e semiaberto), Centro de Detenção provisória (presos provisórios) e Centro de Progressão Penitenciária (Semiaberto).

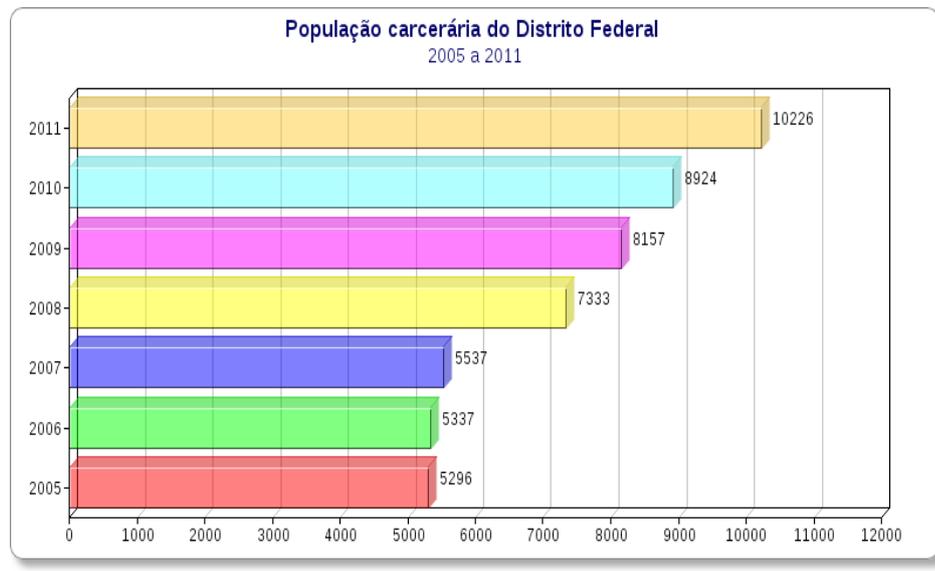
Em julho de 2011, constatou-se que havia cerca de 9.700 presos, então distribuídos em seis unidades prisionais quando na realidade havia espaço apenas para 6.500 presos, o que já representava um déficit de 3.200 vagas.³⁴ Desse universo apresentado, 1.800 presos na condição de presos temporários, detidos em caráter provisório. Segundo LEP, a pena imposta tem caráter individualizante, e, portanto, deve ser cumprida em estabelecimento penal apropriado de acordo com os regimes prisionais.

No gráfico 4, verifica-se a evolução do Sistema prisional do Distrito Federal e a necessidade da construção de novas penitenciárias para a resolução da superlotação, além do monitoramento eletrônico de detentos do regime semiaberto. Provavelmente, essas medidas desafogariam as unidades prisionais e permitiriam uma economia significativa no custo da permanência no cárcere, que é de aproximadamente R\$ 1.800 por mês para manutenção do indivíduo em restrição de liberdade.

³³ Segundo reportagem do Correio Braziliense, de 27/03/2011, na seção “cidades” seis presos considerados de alta periculosidade da PDFII cerraram as grades de aço de quatro celas, iniciando às 20h e conseguindo fugir às 0h daquela unidade.

³⁴ Dados publicados na edição do jornal Correio Braziliense, de 03 de julho de 2011, p. 29, seção “cidades”.

Gráfico 4 – Evolução da População Carcerária do Distrito Federal

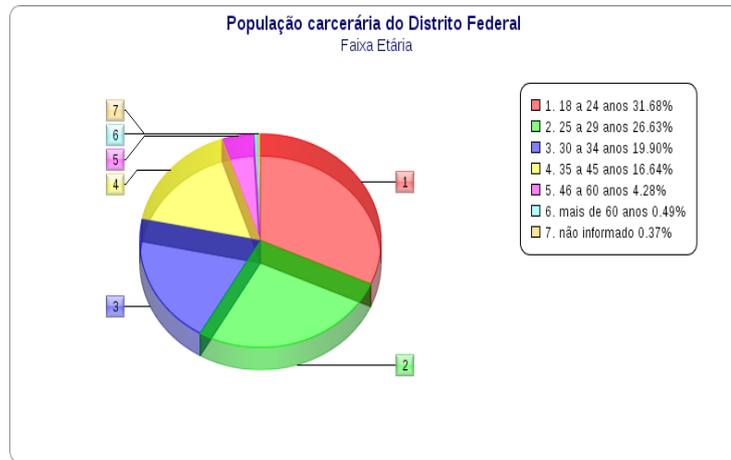


Fonte: Secretaria de Informações Penitenciárias. Dados de 12/2011

A problemática inerente a todo o sistema penitenciário se estende ao Distrito Federal. Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional, em dezembro de 2011, havia 10.226 pessoas presas e, portanto, um déficit de 3.700 vagas, o que equivale dizer que seriam necessárias a construção de pelo menos três penitenciárias para acomodar todo este grupo. No Distrito Federal, a equivalência do percentual de privação de liberdade a cada 100.000 habitantes é de 0,42%, superando a média nacional que é de 0,26%. A taxa de aprisionamento, no Distrito Federal, cresce desproporcional ao número de livramentos.

Avaliando-se o tempo de pena no ambiente prisional, em regime fechado encontra-se cerca de 40% da massa carcerária nesta situação, ou seja, algo em torno de 4.587 pessoas permanecerão em confinamento durante um longo tempo. No gráfico 5 verificou-se a presença de uma população jovem, entre 18a 34 anos, constata-se que 78,1% da população carcerária do Distrito Federal é formada de mão de obra jovem, no entanto, verificou-se que menos de 0,5% teve acesso a cursos técnicos ou profissionalizantes no ano de 2011.

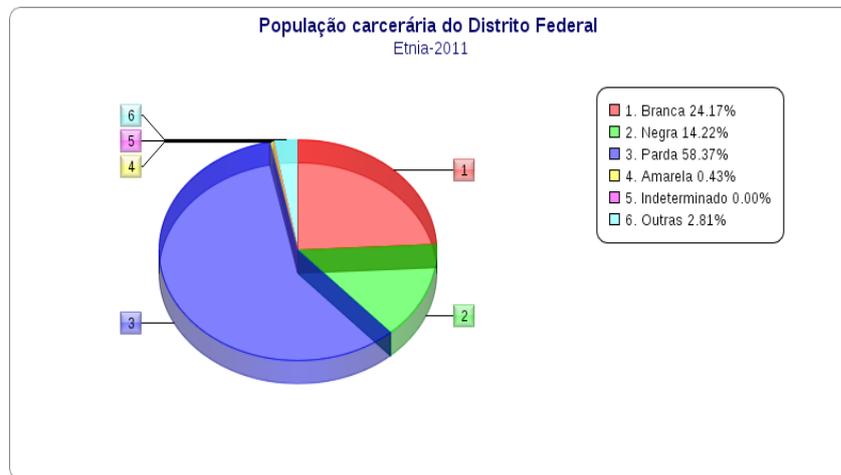
Gráfico 5 – Quantidade de presos por faixa etária no Distrito Federal



Fonte: Secretaria de Informações Penitenciárias. Dados de 12/2011

Predomina nesta população a etnia negra e parda conforme indicado no gráfico 6, que é de aproximadamente, 72,05%. Verificam-se problemas resultantes de políticas sociais excludentes em nível de educação e preparação técnica para o trabalho, fatos comuns na sociedade brasileira, pois 60% apresentam baixa instrução, ensino fundamental incompleto.

Gráfico 6 – Quantidade de presos por etnia no Distrito Federal



Fonte: Secretaria de Informações Penitenciárias. Dados de 12/2011

Nesta perspectiva, a literatura representa no ambiente prisional a possibilidade de resgate da identidade social do indivíduo encarcerado que parece já não mais existir. O sujeito passa a ter uma nova compreensão de quem realmente é, e do seu lugar no mundo: “todos lemos a nós e ao mundo a nossa volta para vislumbrar o que somos e onde estamos. Lemos

para compreender ou para começar a compreender. Não podemos deixar de ler”, de acordo com Manguel.³⁵

4.1.1 Casa, barraco, condomínio, buraco e leitura

Para Goffman (1990), as instituições totais são a representação de um mundo muito particular, misto de uma comunidade residencial e uma organização social, portanto um híbrido social. Pode-se considerar a prisão um lugar de passagem ou de longa passagem, utilizando-se a variável tempo ou mesmo se utilizada a representação que cada dia no cárcere pode causar ao indivíduo. A partir da representação do tempo como fator de longa duração, o espaço habitado da prisão admite a simbologia da “casa” na construção da narrativa de Dostoiévski, nas suas recordações de uma casa dos mortos. Será desenvolvida então, a imagem da “casa” trabalhada por Bachelard (1993), como forma de melhor se entender a dinâmica da prisão como espaço de leitura nesta construção híbrida.

Sob a metáfora de inferno ou a concepção de Casa dos Mortos, em ambas as terminologias encontram-se indicação de que a prisão é uma sociedade muito fechada e pouco conhecida pelo público, cujo desejo é continuar sem conhecê-la. “[...] alcançávamos o banheiro, o limite do mundo, regressávamos à sonolência e à imobilidade”. (RAMOS, 2008, p. 96). Enclausurado sob estes limites, Graciliano reafirma o abandono dos hábitos sociais indispensáveis como instrumento de transformação involuntária do indivíduo num ser rude, embrutecido, relaxado, mas necessário a esta sociedade. Segundo Goffman (1990), “o fechamento” em si é uma característica inerente às instituições totais. Daí a importância da descrição do ambiente prisional como escopo principal para a contextualização da degradação humana e da compreensão sobre a redução dos espaços desse leitor *in formação*.

Na prisão, Dostoiévski (2006, p. 108) chama atenção para a natural movimentação das pessoas como se estivessem em casa:

Mexia-me dentro do presídio como dentro de minha casa, instalava-me na tarimba quando me dava vontade, acostumava-me às coisas e às injunções, fenômeno de adaptação esse que antes me parecera vir a ser impossível. Uma vez por semana me apresentava como o regulamento impunha, para que raspassem metade da cabeça.

³⁵MANGUEL, Alberto. **Uma história de leitura**. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 20.

Mesmo diante dessa naturalidade, o escritor realça que o detento não considera sua sorte definitiva e acredita-se apenas um hóspede. Por isso, nota-se que o ato de morar e o ato de deslocar-se no espaço revelam a necessidade de interação neste ambiente. A interação social obrigatória e o frenesi da rotina carcerária nos relatos desse autor rompem com os paradigmas prisionais imaginados pela sociedade, pois se acredita num espaço monótono. O ócio é característica marcante no sistema prisional, dada a pouca ou nenhuma existência de atividades para o encarcerado, no entanto, o convívio social desenlaça um emaranhado de ações que põe em movimento a dinâmica destes espaços.

O conflito de realidades no cárcere transita pela ideia de casa ou um lugar de passagem, conforme o estado de alma do sujeito em confinamento. A simbologia da casa e as imagens recuperadas da infância, da saudade dos momentos felizes vivenciados na casa natal, segundo Bachelard (1993, p. 17) deflagram a explosão da carga imaginativa poética lançada no inconsciente: “Todo o espaço verdadeiramente habitado traz a essência da noção de casa”. Dessa maneira, são suscitados no indivíduo conceitos de proteção, abrigo, segurança; a casa seria por assim dizer o “nosso canto no mundo” (BACHELARD, 1993, p. 17), nosso primeiro universo. A permanência no espaço da prisão leva o indivíduo a acreditar que aquela será a sua casa por muito tempo, surgindo um sentimento de resignação e a necessidade de se construir laços que o façam sobreviver neste ambiente.

Para Bachelard (1993), quando se evocam as lembranças da casa, acrescentam-se valores de sonho, devaneio, e se torna permitido sonhar em paz. Sem o elemento “casa”, o homem seria um ser disperso, pois a casa na vida do homem multiplica seus conselhos de continuidade: “Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. Ela é o corpo e a alma. É o primeiro mundo do ser humano” (BACHELARD, 1993, p. 18), no entanto, as relações de poder e a ausência de autonomia do sujeito rompem com a ideia de ambiente pacífico ou, absurdamente, onírico.

Segundo entrevistas, os conflitos espaciais no cárcere são percebidos no período inicial do confinamento, uma vez que o indivíduo deve morar no “condomínio”³⁶ e nos “barracos”³⁷ dividir o espaço reduzido das celas com mais alguns moradores. Passado algum tempo, sente incontrolável vontade de sair da jaula, quer ir para a “rua”, o “mundão”.³⁸ Mesmo que inconscientemente, o sujeito em confinamento, num primeiro momento se mostra conformado em pagar sua dívida social, mas com o passar do tempo, a desumanização e a

³⁶Na linguagem carcerária, espaço coletivo maiores destinado ao confinamento.

³⁷Na linguagem carcerária, espaços coletivos menores destinados ao confinamento.

³⁸Segundo os entrevistados, referência a sociedade extramuros, carregada do símbolo “liberdade”.

degradação não justificam a segregação imposta. A restrição de liberdade somada a sua despersonalização o tornam desejoso de voltar para casa.

Bachelard (1993) ressalta que estes valores de proteção imperiosos na imagem “casa” estão inscritos fisicamente em nós, profundamente enraizados no inconsciente, daí o conflito na movimentação dos prisioneiros siberianos, em *Recordações da Casa dos Mortos* (1849) que inicialmente, comportavam-se como moradores, mas acreditavam-se apenas hóspedes.

É certo que a imagem da casa não seja pertinente para uma associação com as prisões, pois se assemelham a mansões do horror, dadas as condições de degradação, citadas anteriormente. A utilização do símbolo *casa* remete diretamente a ideia de permanência em dado espaço, talvez seja este o conflito inerente, inicialmente, ao sujeito encarcerado, mas desconstruída muito ao largo de sua estada. Nestes termos, a prisão, a posteriori, poderia ser simbolizada pela inversão da função de habitar, e segundo a concepção de Bachelard (1993) passaria a buraco convencional ou lugar geométrico, como todo espaço sem impressões oníricas, mas calculado apenas para ser ocupado. Estas imagens de “buraco” recuperam imediatamente o espaçamento das celas, reservadas a uma multidão de pessoas. Contrária a função de habitar e nesta perspectiva de “buraco convencional”, seria mais apropriada à configuração de outro lugar da casa: o porão. O mesmo autor assinala que tal espaço traz no seu bojo a imagem da obscuridade, do subterrâneo, espaço destinado a ratos e ao medo.

Apesar da existência de bibliotecas nas instituições penais, não são estes os espaços de leitura. É no porão que o detento-leitor inicia sua prática. A cela representa o buraco convencional reservado à leitura, mas acredita-se que num alargamento desse espaço de sonho e devaneio, o texto poderia ser entendido como o espaço de leitura, e, portanto, a casa do detento-leitor, seu espaço de paz e privacidade. Segundo Bachelard (1993, p. 46) a imaginação aumenta os valores da realidade:

Portanto, há um sentido em dizer, no plano de uma filosofia da literatura e da poesia em que nos colocamos, que se "escreve um quarto", que se "lê um quarto", que se "lê uma casa". Assim, rapidamente, desde as primeiras palavras, à primeira abertura poética, o leitor que "leu um quarto" suspende sua leitura e começa a pensar em qualquer antiga morada. Você quereria dizer tudo sobre o seu quarto. Quereria interessar o leitor em você mesmo no momento em que você entreabre a porta do devaneio. Os valores de intimidade são tão absorventes que o leitor não lê mais seu quarto: revê o quarto dele.

Percebe-se que o trânsito deste sujeito por espaços outros se dá por intermédio da leitura, visto que se encontra limitado no seu direito de ir e vir. Nas oficinas de literatura, algumas produções corroboram para esta possibilidade:

Muros cercam o meu corpo
 Minha mente não
 Ela voa o tempo todo
 E não falta imaginação[...]
 Pátio e sol
 Voltas sem fim
 Fico atordoado
 Ajude-me anjo Serafim
 Que tudo isso acabe
 E logo tenha um fim [...]
 (OLP – texto produzido por aluno das oficinas literárias)

A decadência do sistema prisional impõe sobre o detento o peso da instituição total, num movimento contrário, este passa por um processo de reificação que se contrapõe ao objetivo primeiro do cumprimento da pena – a ressocialização.

O trânsito entre esses dois mundos, o real e o da prisão, anteriormente analisados, permiti ao indivíduo a recuperação da sua condição de pessoa e a reconstrução da sua identidade social. Não significa dar à literatura a função de ressocializar o encarcerado, mas sim retomar o valor intrínseco à arte de levar à reflexão:

A poesia é cultural
 É também educação
 São muitos os escritores
 Que falam sobre o coração
 CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE
 As escreve com emoção [...]
 (A. J.; E. J.; F. M.; M. M.; R. T. e W. P. S. – texto produzido em oficinas literárias)

Não se pode afirmar que a literatura seja a salvação por si só, mas talvez pudesse ser consignada como a tábua de salvação. Retomando a discussão de Foucault no capítulo anterior sobre espaços heterotópicos, a conexão com o mundo real se configura por intermédio da leitura. Na esteira do conhecimento, a literatura permitiu ao detento-leitor romper as conexões com a sociedade intramuros e estabelecer novos laços, mesmo que distante da sociedade real. As experiências limítrofes do cárcere convivem paralelamente com aquelas habitadas no mundo desse leitor, mas já não são os únicos referenciais existentes. Quanto mais adaptado à vida no cárcere, percebe-se seu afastamento social e dificuldades de retorno ao convívio.

É perceptível no detento-leitor a marca indelével do elemento casa impressa no ato de leitura. A ideia de proteção e abrigo avulta à medida que se apropria do texto como espaço de leitura e, conseqüentemente, sua casa. Bachelard (1993) deixa clara a força que a representação da casa traz no sentimento do indivíduo de ser um habitante do mundo, apesar

do mundo que se apresenta. Pode-se compreender a literatura, então como a abertura para o prazer e o contentamento, levando o indivíduo a um estado de euforia:

[...] nos últimos anos de reclusão, arranjei uma livros. O primeiro livro que li produziu uma impressão singular, enorme e diferente. Referir-me-ei a tais impressões mais adiante. Para mim tiveram grande interesse; acho, porém, que em quaisquer outras pessoas nada demais despertariam. (DOSTOIÉVSKI, 2006, p. 77).

Na sociedade extramuros, imagina-se o ato de ler como um momento de liberdade, sentado no sofá, durante o almoço, num intervalo do café, cercado por pessoas ou no silêncio do quarto. Nestes espaços, a prática de leitura apresenta-se como prazer. Segundo Barthes (2002, p. 21) “texto do prazer é aquele que contenta, dá euforia”. Os espaços de leitura indicados inicialmente convergem para a possibilidade de prazer imediato do texto. A formação do leitor no espaço de leitura do cárcere indica um sujeito fragmentado, prejudicado na sua totalidade, por ter seus laços naturais rompidos, sem nenhuma perspectiva aparente de reconstrução destes laços sociais. Na geografia da prisão, a inexistência de espaços de leitura e a violência nas relações institucionais representam a dialética na formação desse leitor.

Estava só com a ponta dos dedos e do nariz para fora. Todo coberto, deitado na cama e lendo *Luzia Homem*, um romance que me prendia a atenção demais. [...] Repentinamente a cela foi aberta de supetão e invadida por uns dez guardas, todos armados de cano de ferro nas mãos [...] Determinaram que me vestisse e os acompanhasse.³⁹

4.1.2 A leitura e a rotina do ócio

Num ambiente com superlotação, como outras unidades da federação, o Distrito Federal enfrenta dificuldades em aplicar a política de ressocialização e a garantia de assistência ao preso, segundo preconiza a LEP. Com isso, estudar ou trabalhar nessa sociedade é um privilégio, e somente alguns são considerados merecedores desse prêmio. Os critérios para seleção perpassam pelo bom comportamento e a inexistência de problemas disciplinares no convívio diário com o grupo.

O Sistema penitenciário do Distrito Federal conta com onze salas de leitura divididas em suas unidades prisionais. Algumas contam com internos que catalogam o acervo disponível, cuidando do registro e da distribuição das obras para leitura dos interessados. No

³⁹ Trecho do conto *Cela Forte* de Luís Alberto Mendes, presidiário e escritor que ficou preso por 30 anos no estado de São Paulo.

entanto, falta a devida profissionalização desses internos, senão pelo menos muito melhor conhecimento técnico, e recursos tecnológicos para melhor execução dos trabalhos.

O momento para o acesso dos internos ao acervo é restrito e, de acordo, com a disponibilidade da segurança no local, realizada de maneira rápida e pouco sistematizada. Assim, o interno não tem acesso ao catálogo para escolha do título e, em alguns casos, repete a leitura de algumas obras em função da pouca oferta de títulos e da grande demanda de leituras por obras estrangeiras.

A prática de leitura nas instituições penais, como aqui se analisa – mirando nas condições sócio-históricas de um “leitor real” –, não se resume ao simples ato de escolher este ou aquele livro; antes, é o exercício de superar preconceitos, de superar pretensas limitações de entendimento e compreensão do que se lê; é ler com prazer, sempre tirando algum proveito, mesmo de textos que não parecem dizer muito. Segundo Onofre (2007) ler e escrever na prisão é fundamental, pois implica a não-dependência do companheiro, representa ter mais liberdade, autonomia e privacidade num ambiente onde são imperiosas as sensações de desconfiança e muita tensão.

Segundo dados do DEPEN (2011), em todo o complexo penitenciário do Distrito Federal foram assistidos 937 internos na área educacional, aproximadamente 9% da massa carcerária. Dos alunos registrados, 18% estavam cursando o ensino médio e 1,8% o ensino superior. A grande maioria, cerca de 60% se encontrava no ensino fundamental. No ano de 2005, o atendimento educacional se restringia, também, a 9% desta população. Num período de seis anos, conclui-se que tais indicadores evidenciam a ausência de políticas públicas que viabilizem e democratize o acesso do interno à educação.

A Penitenciária do Distrito Federal I foi construída conforme uma arquitetura padrão pré-estabelecida pelo DEPEN. O Bloco E, um dos espaços de pesquisa é privilegiado dentro da unidade por abrigar a escola. Composto por celas de 18m² com capacidade para 08 internos, atualmente, conta com cerca de 15 internos em cada cela. A superlotação é uma característica peculiar no Sistema penitenciário Brasileiro, e não seria diferente, no Distrito Federal que tem uma população carcerária de quase 10.000 presos.

A rotina inicia-se logo cedo, com a conferência dos internos mediante chamamento nominal; posteriormente, é feita a distribuição do café da manhã por cela; depois, os internos são encaminhados para o pátio, único ambiente coletivo, no qual há uma cantina onde são vendidos produtos diversos e podem fazer refeições diferentes daquelas oferecidas normalmente. O almoço é distribuído em “quentinhas” e depois, ao serem recolhidos no final da tarde, é distribuído o jantar. O dia termina com mais um chamamento nominal, uma

reconferência dos internos. O uso do pátio acontece apenas três vezes por semana, nos demais dias os internos ficam reclusos em suas celas, por cerca de 100 horas semanais. Os internos passam cerca de 20 horas em cela e 2 horas em banho de sol, momentos intercalados por atividades educacionais. No período de recesso escolar, os internos ficam nas celas sem nenhum tipo de atividade.

Essa é a rotina-padrão de presídios do Distrito Federal. A prática de atividade educacional ou laborativa poderia trazer alguma quebra dessa rotina, no entanto, percebe-se um decréscimo na participação do preso em alguma atividade interna na penitenciária. Segundo dados do DEPEN (2011) apenas 14% dos presos participavam de alguma atividade laborativa, quando em 2005 este percentual representava cerca de 18%. Com relação às atividades educacionais nos últimos seis anos, não houve aumento quanto à acessibilidade do preso, mantendo-se o percentual de 9% de atendimento a massa carcerária.

Além de garantir momentos de privacidade, o livro estimula o ato de escrever. A partir do ano de 2000, o olhar da sociedade voltou-se para a produção literária no cárcere. A obra *Estação Carandiru*, de Dráuzio Varela, mostrou a rotina da, então, maior penitenciária da América Latina, desencadeando um interesse sobre o tema. Verificou-se que havia presos que eram escritores e, portanto, leitores em potencial. A literatura em um ambiente tão violento e formado por pessoas que transgrediram a lei não parece combinar com o processo de formação do leitor. Varela (1999 apud GIRON, 2006, p. 35) chama a atenção para esse público: “[...] é ser humano, não lobisomem. É preciso olhar para a prisão como um universo humano e literário”.

Segundo Luís Antônio Giron (2006), em seu artigo “Vozes da prisão”, para a *Revista Cult*, muitos críticos consideraram os sentenciados escritores contemporâneos da Língua Portuguesa e lhe dedicaram estudos e seminários. Isso se deve ao impacto da linguagem que se aproxima da violência e da rotina diária desses presídios. A leitura surge como a necessidade de ocupar a alma. É preciso entender o que leva um presidiário a submergir na arte literária e enfrentar os desafios do texto, chama atenção Giron (2006).

A literatura surge como uma chance de sobrevivência, mas, muitas vezes, quem lê é marginalizado e enfrenta a hostilidade de um ambiente heterossexual, devendo, portanto, apresentar um comportamento próprio desse grupo, ou seja, exercitar o corpo e não a mente, conforme depoimento de um ex-detento, André du Rap: “Se eu pedia um livro emprestado a um carcereiro, este respondia: ‘Pra quê ladrão? Você vai virar veado!’ E emprestava histórias açucaradas ou livros de Paulo Coelho, só de sacanagem”. (GIRON, 2006, p. 37).

Como estética, a literatura transfigura a realidade, permitindo ao indivíduo criar mundos imaginários, bem diferentes das sociedades modernas de ritmo bem acelerado, sem espaços para convivência e fantasia. Neste sentido, a leitura no cárcere atinge em escala bem maior de criação a realidade do preso, restrito a outra sociedade bem particular e, portanto, apresenta-se como espaço de resistência pacífica e produtiva diferente de todo àquele quadro de ócio, submissão e prisionização vivenciado. Com efeito, a prática da leitura como indica Manguel (1997) conduz a essa compreensão do mundo ao nosso redor e percepção de quem de fato somos. Nesta análise, no momento da compreensão da própria existência, o livro surge como instrumento de interação do indivíduo com o meio e dessas relações existentes e também como seu espaço privado, seu canto da casa: “cada livro passa a ser um mundo em si mesmo”, Manguel (1997) destaca o espaço de refúgio que este mundo da leitura representa.

4.1.3 A Formação do detento-leitor

Para análise da formação do leitor no cárcere, foi selecionado um grupo de internos, inicialmente, selecionados pela segurança, com bom comportamento e com acesso às atividades educacionais, portanto, um grupo privilegiado dentro da dinâmica prisional por ter o tempo completamente ocioso. Então, foram aplicados 200 questionários com questões fechadas.

No tocante à análise quantitativa, do público pesquisado, concluiu-se que 95% são oriundos de escolas públicas do Distrito Federal. A motivação à iniciação à leitura no ensino público parte da premissa de que é necessário o estudo do texto para que o aluno responda a questões pertinentes à compreensão da disciplina de Língua Portuguesa. O texto é explorado segundo os aspectos gramaticais, lexicais e outros, assim o leitor cede lugar ao aluno. Desenvolve-se uma espécie de leitura mecânica, com outros propósitos, esvaziando-se o texto de todo o seu conteúdo frutivo.

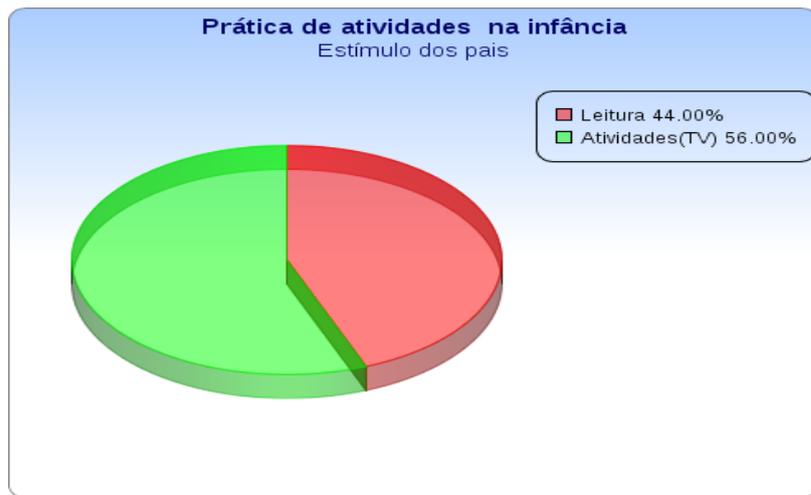
Da clientela investigada, 94% confirmam que o aprendizado na escola era voltado para os aspectos linguísticos, sendo os textos explorados apenas nesse âmbito. Durante a adolescência, os jovens pouco se interessam pela escola e pela leitura, passavam o tempo utilizando drogas, cometendo pequenos furtos.

Na primeira infância é fundamental a presença de um leitor na família, alguém que estimule a criança e a coloque em contato direto com o livro: “Se conseguirmos fazer com que a criança tenha sistematicamente uma experiência positiva com a linguagem [...], estaremos promovendo o seu desenvolvimento como ser humano” (BAMBERG, 1987, p. 11).

Se quando criança, o preso não tinha o hábito de leitura em casa, a família na prisão passa a ter um papel fundamental na formação deste novo leitor, pois cabe à família a responsabilidade de levar um livro para o interno que depois será doado para a biblioteca da instituição para ser compartilhado com os demais.

Nota-se no gráfico 7 que o estímulo à leitura faz parte da realidade familiar de 44% do grupo pesquisado, sendo, porém, predominante a televisão como veículo disseminador de conhecimento para 56%. A televisão é vista como entretenimento, com o objetivo de ocupar a criança em casa. No caso da leitura, pelo seu caráter dialógico, ela leva a criança a pensar e compartilhar o conhecimento, dessa forma, deixa de ter o status de ocupação. Observa-se que mesmo sendo menor o percentual, revela-se significativa frente a realidade social da ausência de leitores.

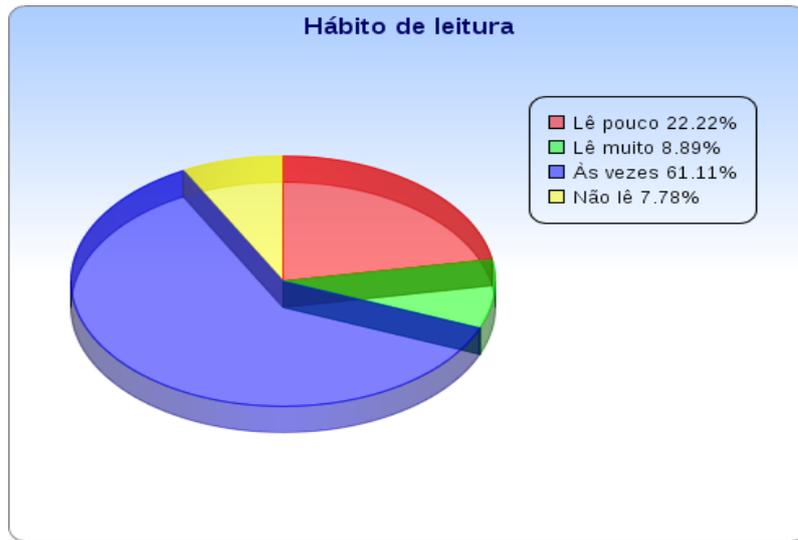
Gráfico 7 – Estímulo dos pais à prática de leitura na infância



Fonte: Dados coletados por meio de questionários durante a pesquisa

A literatura apresenta-se como espaço de resistência pacífica e produtiva diferente de todo àquele quadro de ócio, submissão e prisionização vivenciado. Com efeito, a prática da leitura como indica Manguel (1997) conduz a essa compreensão do mundo ao nosso redor e percepção de quem de fato somos. Nesta análise, no momento da compreensão da própria existência, o livro surge como instrumento de interação do indivíduo com o meio e dessas relações existentes.

Gráfico 8 – Hábito de leitura – PDF I

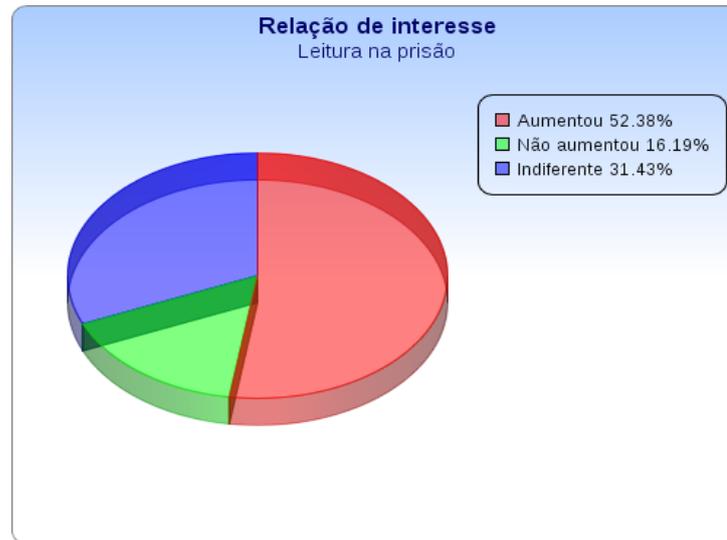


Fonte: Dados coletados durante a pesquisa por meio de questionários.

No universo carcerário, os conceitos relacionados à prática de leitura se diferenciam dos conhecidos na sociedade extramuros. Basta saber que, é considerada uma pessoa que lê, às vezes, todo aquele que lê, em média, 2 a 3 títulos mensalmente, nota-se que segundo o gráfico acima, esse dado representa, aproximadamente, 61,11% do grupo pesquisado. É relevante saber que, por sua vez, o indivíduo considerado um leitor assíduo lê mais de 04 títulos, o que representa 8,89% dos internos. Somados os dois percentuais, constata-se que 70% tem o hábito de ler em média 2 a 4 livros, mensalmente, o que representa um alto percentual de leitores assíduos.

Quanto à relação de interesse pela leitura associada ao ambiente prisional, percebe-se que há um aumento da leitura para 52,38%. Pode-se inferir no gráfico 9 que já se existia o hábito de leitura entre estes leitores, antes da prisão, mas o confinamento intensificou o hábito de leitura.

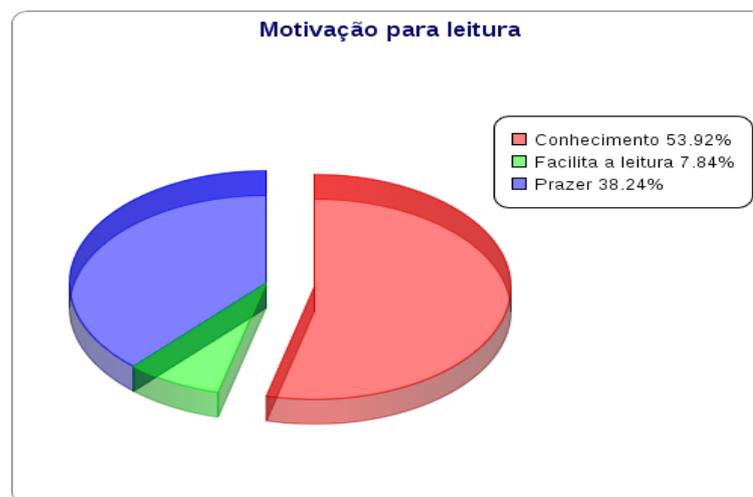
Gráfico 9 – Relação de interesse – Leitura na prisão



Fonte: Dados coletados durante a pesquisa por meio de questionários.

No tocante à motivação para a leitura, no gráfico 10 percebe-se que esta prática é associada ao conhecimento formal para 53,92% e, é vista como a ampliação da visão de mundo, facilitando a convivência com as outras pessoas. É uma atividade que para 38,24% do grupo representa prazer.

Gráfico 10 – Motivação para leitura

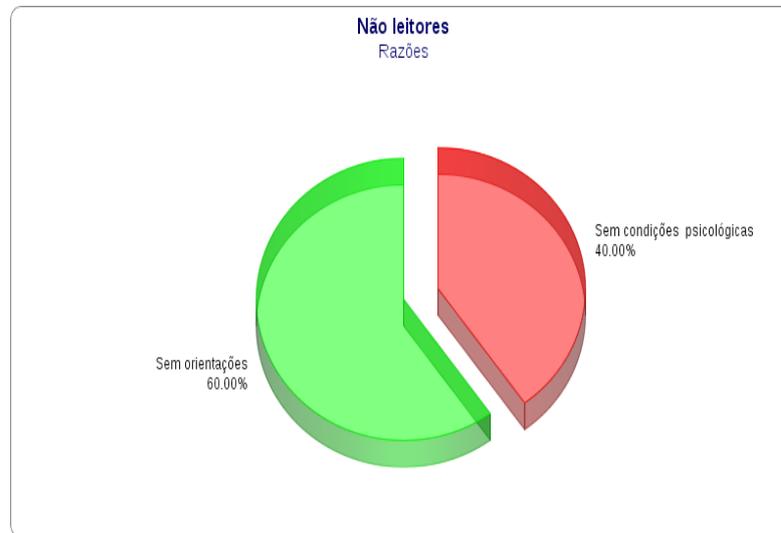


Fonte: Dados coletados durante a pesquisa por meio de questionários.

Constatou-se que a maioria lê, em média 04 livros por mês, no gráfico 11 percebe-se que aqueles que não leem relacionam este fato a ausência de orientação e a falta de estrutura

psicológica devido a prisão. Quanto às preferências de leitura, a maioria apontou o gosto pelos livros de ficção como os policiais e de aventuras.

Gráfico 11 – Razões para a não leitura



Fonte: Dados coletados durante a pesquisa por meio de questionários.

Observando-se a frequência das repostas, constatou-se que a literatura além de ser vinculada ao conhecimento, também significa a possibilidade de se escrever melhor e ter sucesso profissional. Ainda, uma parte significativa do grupo acredita que uma pessoa bem informada se torna menos agressiva e, conseqüentemente, se relaciona melhor com os outros. Verifica-se, também, no discurso do interno, a visão da literatura como uma forma de se acalmar, diminuir a tensão do ambiente prisional. Afinal, como apontado pela maioria, a literatura tem como exigência estar consigo mesmo.

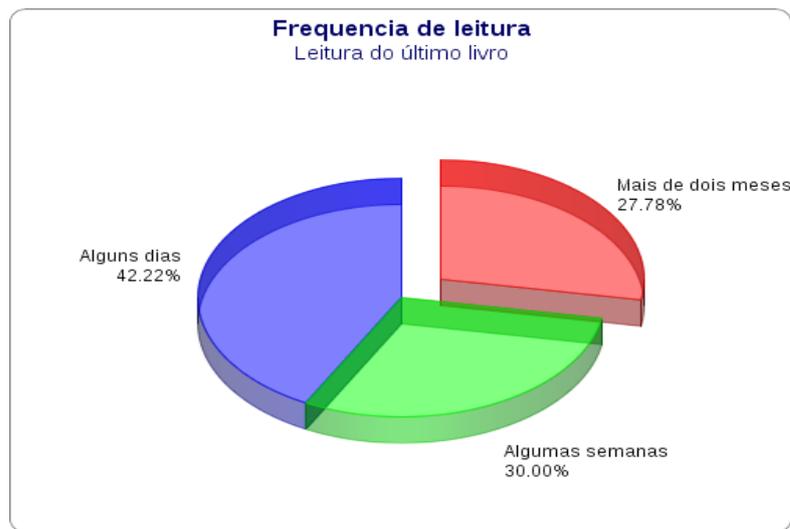
A leitura rompe com as possibilidades de alienação do sujeito e da modulação do seu pensamento, deve-se destacar que os elementos moduladores impõem-se sobre os comportamentos e vontades como indicadores da boa convivência. Goffman (1990) chama atenção para o processo de “desculturamento” a que o indivíduo é submetido numa instituição total, ou seja, após uma longa estada distante do mundo exterior demonstra incapacidade de enfrentamento de alguns aspectos da vida diária.

Assim, é preciso ressaltar a importância da leitura como processo de vivificação do indivíduo, que, por alguns momentos, parece desconectar-se daquela realidade. As possibilidades de ausência ocorrem por intermédio da televisão, dos livros e, infelizmente, das drogas. A leitura, no entanto, não apresenta apenas esse aspecto de ausência, mas permite que

o preso se afaste desse mundo associado ao crime, aumentando sua capacidade crítica e o contato com outra realidade, daí o efeito ressocializador.

No gráfico abaixo, percebe-se que a frequência de leitura é compatível com o hábito de leitura verificado, pois 42,22% dos entrevistados teria feito sua última leitura há alguns dias e cerca de 50 % há menos de dois meses.

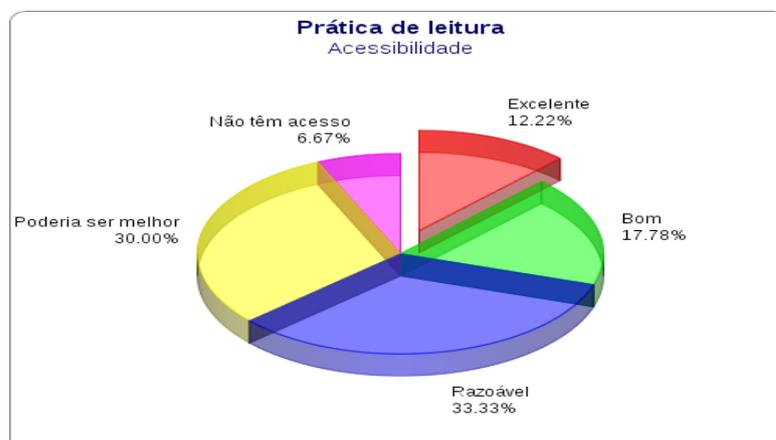
Gráfico 12 – Frequência de leitura – PDFI



Fonte: Dados levantados durante a pesquisa por meio de questionários.

Quanto à acessibilidade, observa-se no gráfico 13 que para 12,22% é excelente a proposta da penitenciária. Na ponta desta análise, se encontram 6,67 % que não tem acesso ao livro e 30% que acredita que a proposta de distribuição dos títulos poderia melhorar. Conclui-se que para a maioria, com o percentual de 36 %, a acessibilidade é um obstáculo à prática de leitura

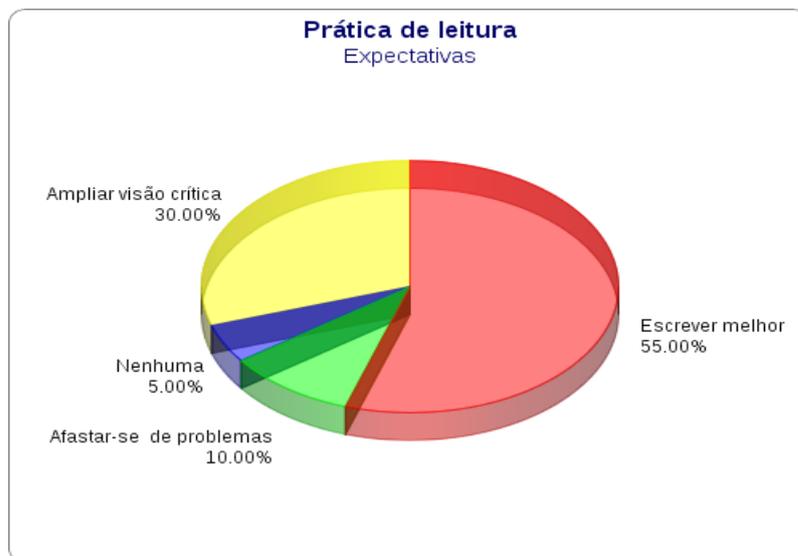
Gráfico 13 – Acesso às bibliotecas – PDFI



Fonte: Dados levantados durante a pesquisa por meio de questionários.

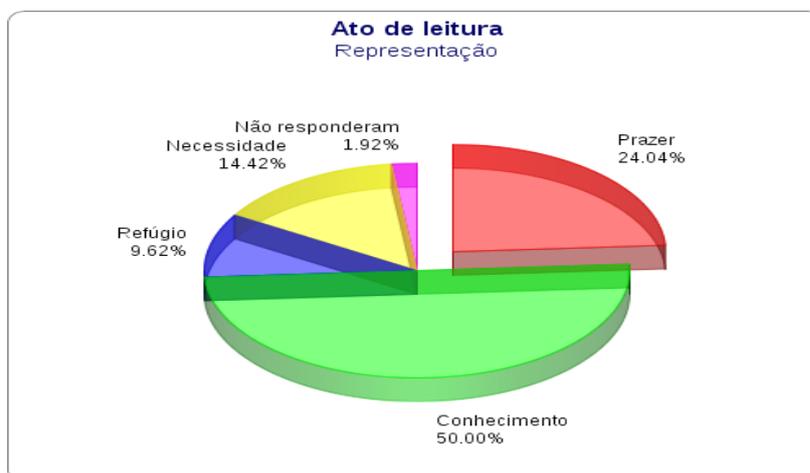
No gráfico 14, observa-se a relação entre a prisão e a prática da leitura. Combinada ao ócio, a prisão representa para muitos o primeiro contato mais próximo com o livro. Além de representar a oportunidade de se distanciarem dos problemas.

Gráfico 14 – Expectativas de leitura – PDFI



Fonte: Da autora

Gráfico 15 – Representação do ato de leitura



Fonte: Da autora

No cárcere, a apropriação do espaço de leitura está intimamente ligada a possibilidade de estar sozinho, de pelo menos neste instante, na cela, o detento não compartilhar o seu espaço de leitura com muitas pessoas. Corrobora tal afirmação, o percentual observado no gráfico 15 de 9,62% desses indivíduos entenderem a prática de leitura como uma forma de

refugiarem-se. Ainda, verifica-se que a leitura está associada ao conhecimento e ao desenvolvimento da escrita para 50% e 55%, respectivamente, demonstrando a preocupação da ampliação no seu horizonte de formação. O prazer representa para 24,04% o ato de ler. Um dado interessante é a representação do ato de ler, também, como uma necessidade para 14,42%. Infere-se desta análise que o confinamento impõe sobre o indivíduo a necessidade de imaginar-se livre, ter a sensação de que aquela realidade é temporária. Todos os valores introjetados neste ambiente e que, inevitavelmente, parecem aniquilar o que há ainda de humano no indivíduo, são anulados ou não sobrevivem por muito tempo frente à autoconsciência e ao processo de reconstrução de identidade social que, também, pode ser recuperado por intermédio da literatura.

4.2 ENTREOLHARES: A LITERATURA EM REVISTA

A experiência de leitura pressupõe uma prática cultural e plural na qual o leitor admite-se como sujeito ativo do processo e, portanto, como indivíduo capaz de assumir uma nova postura frente a uma realidade que vai sendo transformada a partir do acúmulo de conhecimento apreendido. Segundo observa Maria Helena Martins (2005, p. 17):

Esse seria, digamos o, lado otimista e prazeroso do aprendizado da leitura. Dá-nos a impressão de o mundo estar ao nosso alcance; não só podemos compreendê-lo conviver com ele, mas até modificá-lo à medida que incorporamos experiências de leitura.

Considerando a teoria do efeito estético de Iser (2002), não se pode reduzir o ato de leitura tão somente à apreensão de significados, esgotados na estrutura do texto. É necessário estabelecer uma interação entre texto e o leitor, e nessa convergência, de expectativa e experiência é desencadeado um momento de nova significação. As provocações estabelecidas pelo texto levam o leitor a uma posição ativa no jogo, a movimentação se dá pelos preenchimentos, observa-se a subjetividade impressa na estrutura textual. Para além da perspectiva de recepção primária de leitura, a compreensão do texto permite também a sua compreensão no mundo.

Uma experiência literária no cárcere subverte todo entendimento acerca de um processo comum de leitura. Muitas são as questões envolvidas na formação deste leitor, desde as relações sociais periféricas, enquanto homem livre, às relações sociais no submundo da prisão. A construção desse terceiro sujeito, produto de uma sociedade extra e intramuros

interfere diretamente na formação deste leitor, pois se encontra sob a égide da disciplina moduladora de comportamentos associada ao processo de constante de despersonalização.

Numa sociedade de leitores necessita-se diferenciar, colocar e estabelecer a comunicação entre dois lados da relação texto e leitor. O entendimento acerca do efeito do texto e a recepção da obra são momentos condicionados no ato da leitura e desencadeadores do sentido como duplo horizonte: o interno literário, implicado pela obra e o mundivivencial, trazido pelo leitor de uma determinada sociedade. (JAUSS, 2002, p. 73).

Lado a lado, encontram-se neste processo, a teoria da recepção e a teoria do efeito estético. Em período de confinamento, o sujeito não encontra, inicialmente, na literatura a sustentação necessária que o conduza a uma interação com o texto. Preencher os espaços vazios exige autonomia, e nesse sentido, aos poucos o tom emancipatório indicado por Cândido (2006) invade a realidade deste destinatário, criando, portanto, um espaço de liberdade. O leitor e a obra estão intimamente conectados, segundo Iser (2002) é dessa interação que é produzido algo que ,anteriormente, inexistia.

Da proposta do jogo como representação do processo textual, o mesmo autor dá um novo contorno ao texto, tornando-o um campo de jogo e, neste espaço os autores jogam com os leitores. O texto apresenta-se como um mundo a ser identificado e, portanto, imaginado pelo leitor. Caberá ao destinatário o empenho em visualizar as várias formas deste mundo e, por fim interpretá-las. Das diversas interpretações, importa destacar que nenhuma delas coincidirá como o mundo referencial do texto ficcional. Transgredidas as concepções deste mundo, o texto começa a sofrer modificações, e tão logo ao leitor é conferida a possibilidade de entender aquele referencial textual não como realidade expressa, mas como se fosse realidade.

A metáfora do jogo traz a ideia de movimento e liberdade, pois retomam possibilidades do leitor que no cárcere são largamente restritivas. A autonomia na construção de outros mundos nasce da leitura de outras realidades. As modificações causadas pelas diversas interpretações só serão possíveis, a partir da apropriação deste espaço de liberdade e do entendimento deste sujeito enquanto partícipe desta relação. O binômio texto-liberdade/jogo-identidade representa o produto desta interação, quando o leitor alcança uma nova significação, abre-se um novo horizonte de percepção do mundo. Com isso, a literatura se revela um instrumento contra a alienação, libertando o seu leitor da ignorância, conduzindo-o a um processo de reconstrução da cidadania.

O envolvimento no jogo é outro dado importante que deve ser vivenciado. Simplesmente acompanhá-lo como mero espectador não levará o leitor a produção desse novo

significado do texto. Já seria uma proposta instigante adentrar na discussão da experiência de leitura para um leitor comum, neste caso, o leitor em questão carrega consigo o estigma do transgressor, o que exige da instituição um olhar mais apurado. Ter o mundo ao alcance numa atitude ativa pode pressupor perda de controle da instituição e numa sociedade disciplinar é imperiosa a dominação sobre o outro.

Pensando nesta relação de dominação e controle entre a instituição total e seus internados, a prática da leitura ganha outros contornos:

A psicanálise enfatiza que tudo quanto de fato impressionou a nossa mente jamais é esquecido, mesmo que permaneça muito tempo na obscuridade do inconsciente. Essa constatação evidencia a importância da memória tanto para a vida quanto para a leitura. Principalmente a da palavra escrita – daí a valorização do saber ler e escrever –, já que se trata de um signo arbitrário, não disponível na natureza, criado como instrumento de comunicação, registro das relações humanas, das ações e aspirações dos homens; transformado com frequência em instrumento de poder pelos dominadores mas, que pode também vir a ser a liberação dos dominados. (MARTINS, 2005, p. 17).

Nessa perspectiva, a demanda por leitura pode representar o rompimento destas relações de poder, comprometendo toda a condução do sujeito dentro de um processo disciplinar, por isso requer uma revista em todo material que deve ser previamente selecionado e no comportamento desse leitor. Por outro lado, a experiência de leitura também é vista como possibilidade de transformação da visão de mundo deste sujeito, contribuindo para a manutenção de um ambiente pacífico na construção das relações interpessoais.

Dessa forma, a prática da leitura e o seu efeito no leitor são acompanhados segundo a organização e categorização dos grupos, assim como todas as outras atividades da instituição. A mediação é realizada por outro interno que compartilha suas leituras, formando uma espécie de comunidade de leitores, segundo oferta e autorização da instituição penal para liberação dos títulos.

Para análise dos conteúdos das entrevistas dos funcionários foi adotada a perspectiva relacional teórica, pois permite analisar o conteúdo da mensagem e o seu significado por deduções lógicas e passíveis de justificação. Precipuamente, os representantes institucionais foram separados em três grupos: Penitenciárias Federais, Penitenciária estadual masculina e Penitenciária estadual feminina. Logo depois foram observados os discursos e classificados segundo a visão individual desse profissional sobre a prática de leitura e por fim, se na prática diária, estes discursos influenciavam a experiência de leitura dos internos na rotina de funcionamento das bibliotecas.

Preliminarmente, buscou-se um interlocutor na esfera federal como forma de se obter uma visão mais ampla dos possíveis projetos de leitura e intervenções federais realizadas em outros estados e no Distrito Federal. Dr. Marcus Rito Coordenador dos estados e DF – Reintegração social e ensino do DEPEN relatou durante entrevista que há um incentivo para publicações e projetos na área de leitura e de educação no Sistema Penitenciário Federal, com vistas a reinserção do internado, inclusive para aqueles que recebem uma vigilância mais ostensiva e cautelosa, como os internos do Mato Grosso do sul. Assim participam do projeto *remição pela leitura* que tem como objetivo a remição dos dias de pena por meio da leitura de uma obra e da confecção de resenha. Segundo o entrevistado, uma forma de combater o ócio na penitenciária Federal de maneira segura com trabalhos individuais.

Ainda destacou, a existência do Concurso Nacional de redação “*Escrevendo para a liberdade*” realizado no sistema penitenciário com a participação de “mais de 400 internos”. O entrevistado considerou que as realidades plurais nas instituições comprometem a execução de atividades no âmbito educacional, com poucos espaços, poucas salas, além de não oferecer estrutura apropriada para a mulher presa.

Apontou alguns estados que apresentam avanços na área educacional como é o caso do Rio Grande do Sul e na área da saúde, o estado do Espírito Santo. Ainda destacou o projeto de leitura realizado no estado de Rondônia em parceria com uma organização não-governamental. No caso do Distrito Federal salientou que não há projetos de leitura ou educação em parceria com o DEPEN, pois as unidades da federação são independentes e a gestão dos estabelecimentos penais em alguns estados está vinculada à Secretaria de Segurança, em outros, à Secretaria de Justiça e direitos humanos e, ainda, em última análise, há estados que possuem uma superintendência que trata da administração penitenciária.

Diante deste cenário plural, verificou-se que no Distrito Federal, as seis unidades prisionais não compartilham de práticas comuns relacionadas ao funcionamento de suas bibliotecas. Cada instituição é dotada de bibliotecas, no entanto, a dinâmica de funcionamento não segue apenas a organicidade de um espaço de leitura comum com estantes e livre acesso aos livros. Desde a escolha do bibliotecário, que é um preso classificado para trabalhar internamente na biblioteca, até o empréstimo do livro são seguidas regras de segurança. Portanto, a prática de leitura está associada a cada gestão prisional e o olhar da instituição sobre o cumprimento do princípio da ressocialização.

Foram escolhidas duas unidades prisionais para essa pesquisa de campo, a Penitenciária do Distrito Federal I (PDF I) e a Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF) para que se tivesse uma análise por gênero. Durante toda a pesquisa, foram propostas

diversas atividades para a instituição penal masculina que foram amplamente discutidas, segundo o prisma da segurança. Estas propostas combinadas ao olhar de leitor do gestor ganhavam outro relevo. Nota-se que o entendimento e a vivência literária do gestor possibilitaram um diálogo profícuo na condução dos trabalhos.

A preocupação com a segurança era visível nas duas unidades, em especial, na instituição penal masculina que se configurava no quadro de “criações artesanais” dos internos onde estavam instrumentos utilizados para fuga ou outros fins. O diretor da PDF I fez questão de acompanhar todas as atividades realizadas durante a pesquisa, portanto foram várias reuniões para discussão da realização das atividades em consonância com as regras da segurança.

Nas unidades prisionais do Distrito Federal, os chefes de pátio são os responsáveis pela organização e manutenção dos prédios dentro da unidade. Os funcionários foram entrevistados de forma semiestruturada com questionários de perguntas fechadas e abertas para se ter uma visão mais ampla da dinâmica das bibliotecas e do discurso de cada um sobre literatura na prisão. Apresenta-se a seguir um perfil socioeconômico dos entrevistados.

De acordo com as entrevistas, verificou-se que os funcionários fazem parte de três carreiras presentes na unidade: policiais militares, agentes penitenciários da polícia civil e agente de atividades penitenciárias do Distrito Federal, destaca-se que a última carreira foi criada, recentemente, cerca de três anos e de formação técnica em nível médio. Quanto ao grau de instrução, todos os funcionários tinham nível superior em Direito, com exceção de um dos policiais que tinha formação em Teologia e que, curiosamente, administrava o bloco “F” destinado aos crimes sexuais ou presos com problemas de convivência, uma espécie de local de isolamento da massa carcerária.

Numa escala ascendente de tempo na função, os policiais tinham de 03 a 25 anos de carreira, destacou-se novamente, a presença do policial mais antigo na unidade destinada aos crimes sexuais. Percebeu-se a rotatividade nesta função de chefe de pátio e chefe do setor de ensino, responsáveis também pelas salas de leitura, o que provoca uma quebra constante na administração dos espaços, gerando problemas na acessibilidade e distribuição dos livros. Observou-se ainda que não há uma padronização na organização e funcionamento das salas de leitura e nem compartilhamento do formato de gestão. Cada prédio trabalha de maneira independente, e, portanto, os discursos influenciam as práticas de leitura, pois dependendo da formação desse sujeito, enquanto leitor, e do seu olhar sobre a possibilidade de ressocialização maior frequência e acessibilidade ao acervo.

Incluem-se ainda, os dados relacionados à PFDF, única prisão para mulheres no Distrito Federal. Foram entrevistadas duas funcionárias: uma da carreira agente penitenciário e outra da carreira agente de atividades técnicas. A agente penitenciária trabalha com as mulheres em regime fechado, neste espaço há duas bibliotecas, utilizadas diariamente pelas internas. Por sua vez, a agente de atividades penitenciárias trabalha na unidade reservada às presas de regime semiaberto, onde tem mais uma biblioteca. Ambas as funcionárias são pedagogas.

A partir de uma abordagem relacional entre as falas dos entrevistados, o quadro de referência teórico, mais as observações realizadas *in loco* foram elencados alguns eixos mais significativos ao processo de pesquisa:

- **Receptividade**

Um dado interessante na instituição penal masculina é a recepção do pesquisador *in locu*. Nota-se que onde não há uma organicidade ou o funcionamento é precário, fica estabelecido o compromisso de entrega de dados, a posteriori. Em alguns casos, a visita se restringe ao conhecimento físico do local de maneira distanciada e a valoração dos aspectos prediais, como pintura. Na instituição penal feminina, por sua vez, à época da entrevista, a funcionária responsável pela biblioteca localizada na unidade de regime semiaberto contou que por causa das chuvas fortes havia ocorrido uma inundação na sala que molhara grande parte do acervo, portanto, a sala encontrava-se interditada. Quanto à funcionária responsável pelas duas bibliotecas do regime fechado apenas disse que não era possível a visita *in loco*, não revelando a razão.

- **A literatura e as atividades de ressocialização**

A função do agente penitenciário não é a de ressocializar, cabe ao policial a função de segurança do local e de manutenção da integridade física dos presos e funcionários. Ao Estado cabe a responsabilidade pela contratação de funcionários que busquem executar tal função, no entanto, conforme observado os agentes penitenciários e de demais carreiras são os responsáveis pela organização e funcionamento destes espaços. Veja a esse respeito um depoimento:

O primeiro passo é a segurança, os policiais não estão dentro do presídio para ressocializar. Eles estão aqui para garantir o trabalho dos professores e de outros funcionários para que o trabalho de ressocialização flua com segurança. (Entrevistado da PDF1).

Verificou-se que mesmo sem a formação profissional, de forma artesanal, são estes agentes que fazem com que a leitura chegue até o leitor no cárcere. Fato comum em alguns prédios e que auxilia o leitor na seleção do livro é o acesso ao catálogo que é fixado no pátio, com exceção do bloco “E” destinado a escola. Destaca-se nesta organização de espaços, o bloco “F” que mesmo com o rigor na segurança, semanalmente o interno solicita o livro e existe uma ficha de controle para o empréstimo desta obra. Percebe-se uma busca na sistematização dos procedimentos adotados nesta sala de leitura, por não se tratar de um espaço privilegiado como a escola, voltado para uma prática inclusiva de leitura.

Observou-se que nas unidades prisionais não há política eficiente para a formação de novos leitores e as limitações espaciais combinadas com as regras de segurança inibem a prática de leitura. Mesmo no bloco “E” onde está a escola da unidade prisional, verificou-se que as práticas pedagógicas trabalham o conceito de leitura como decodificação dos signos linguísticos e apropriação dos saberes acumulados. Assim o livro é instrumento básico para mediação do professor e a leitura, um veículo de apreensão do conhecimento para fins didáticos. Verifica-se neste modelo pedagógico a reprodução do paradigma presente na sociedade extramuros que não privilegia a escola como espaço para formação de leitores.

- **O discurso da segurança e as práticas de leitura**

Nas entrevistas dos chefes de pátio, verificou-se a inclusão da literatura na rotina carcerária como “forma dos presos abrirem a cabeça para os estudos” e “saírem da vida do crime”. Quando do momento da execução de atividades relacionadas às pesquisas, os policiais da área de educação e trabalho mostravam-se interessados e colaboravam no sentido de deixarem as pessoas envolvidas menos tensas e mais seguras quanto a garantia de sua integridade física.

Contrária à visão dos policiais responsáveis pelas salas de leitura, os policiais que trabalham em funções dissociadas das atividades ressocializadoras, quando interrogados em entrevistas não estruturadas, sobre a leitura no cárcere revelam suas opiniões “esses *presos não querem nada*”, e continuam “na frente de vocês são bonzinhos, educados, mas nós é que sabemos como são de verdade”. Quando ainda interrogados sobre a rivalidade natural entre os

dois grupos estar interferindo na avaliação deste leitor, concluem “basta entrar na cela e ver que não querem nada. Pena que você não pode ver”. Importante mencionar que a carreira de agente de atividades penitenciárias foi criada recentemente, acerca de três anos e esses profissionais tiveram formação policial, no entanto, na sua formação não havia matérias relacionadas à ressocialização, nem ao papel dos agentes ressocializadores, no interior da prisão.

Em outro momento de pesquisa, quando se interrogou um policial que tinha o hábito da leitura nestas funções distanciadas da literatura e outras práticas de ressocialização, observou-se a cada visita ao local, o interesse dele em conversar sobre literatura com a pesquisadora. Quando perguntado sobre a importância da literatura no cárcere, respondeu “não sabia que eles liam”, o que completou “que tipo de leitura” e ao final concluiu “deve ser sobre violência”. Percebeu-se que este policial associava a prática de leitura a vivência criminosa do preso, e, portanto, este não seria capaz de ler “alta literatura”.

Por outro lado, observou-se que os policiais que atuam em atividades relacionadas à ressocialização têm uma melhor compreensão e uma postura mais receptiva com a prática de leitura *in cárcere*, dissociando a figura do leitor da figura do criminoso. Segundo Edgar Morin (2004), o fato de um indivíduo cometer um crime não subtrai deste suas capacidades intelectuais. Elas permanecem intactas, basta que o indivíduo queira utilizá-las novamente.

- **Acessibilidade em salas de leitura**

Durante a pesquisa, não foi observada em nenhum momento a ocupação da sala de leitura por parte dos presos, salvo momento de entrevistas da pesquisadora. A vigilância ostensiva não permite ao interno, no caso do bloco “E”, onde ficam salas de aulas próximas à biblioteca a livre circulação, no entanto, a circulação monitorada do preso pode ser realizada por professores para conhecimento do acervo ou mesmo o contato físico com o livro. Constatou-se que este contato fica restrito às alas das celas quando é realizada a distribuição de livros por outro preso.

- **Função da literatura na prisão**

Quando interrogados sobre a importância da leitura no cárcere, os policiais foram unânimes em apontá-la como “uma maneira de ocupar o preso”, “quebrar a ociosidade”, além de “deixá-lo mais calmo”. Em alguns casos citaram a leitura como uma forma de “ajudar o

interno a não ficar louco” como na prisão de segurança máxima, numa ala especial, onde os internos ficam isolados individualmente e permite-se apenas o uso de palavras cruzadas. Assim, corroborando a análise, mais um depoimento: “ocupar o interno é bom para o interno, é bom para o estado.” (Entrevistado da PDF I).

“Um comportamento diferenciado e a ampliação do vocabulário” é outra característica apontada pela funcionária da PFDF, além da quebra de ociosidade, também indicada na PDF1. A primeira observação não foi contemplada pela instituição penal masculina.

A gestão da penitenciária determina o bom funcionamento das salas de leitura, mas dentro deste escalonamento de trabalho e execução de atividades, serão determinantes a formação do policial, a sua visão do universo da prisão e do preso, além é claro da sua visão da leitura para condução da rotina deste leitor. Percebe-se que os discursos dos funcionários influenciam a prática de leitura

Ressalta-se que por se tratar de uma prisão, a pesquisa teve suas limitações quanto algumas informações, no entanto, se faz oportuno o registro das informações colhidas como instrumento norteador para a investigação e como forma de suscitar ideias para a resolução dos problemas encontrados.

A experiência de leitura com indivíduos em confinamento permite redimensionar o entendimento do próprio processo para além do prazer. Verifica-se no ato de ler a possibilidade de distanciamento dessa realidade, observado no registro de fala de um dos internos entrevistados: “ler é aliviar o tempo desse inferno que é a cadeia”. Assim, passam a enxergar-se como indivíduos capazes de reconstruírem suas histórias e no retorno à sociedade tornarem-se produtivos.

4.3 A TIPIFICAÇÃO PENAL NO PROCESSO DE LEITURA

Há séculos, os cientistas buscam explicar o comportamento criminoso, o que levaria alguém a praticar delitos de toda a natureza: matar, violentar, ameaçar, torturar? Segundo Azevedo (2009), numa perspectiva apontada por Lombroso (1835-1909), o crime estaria associado a características físicas: nariz achatado, mandíbula saliente e orelhas grandes, seriam por assim dizer indivíduos em estágio de evolução humana. A inconsistência na teoria e o absurdo das proposições geraram apenas atitudes preconceituosas e não levaram a nenhuma conclusão.

Estudiosos têm demonstrado que o comportamento violento não tem causa aparente é uma combinação de fatores biológicos e ambientais. Segundo Azevedo (2009) duas vertentes

intensificam os debates sobre as causas da psicopatia. Numa visão mais tradicionalista, o fator desencadeador poderia ser algum tipo de trauma na educação ou na infância, portanto, um indivíduo abandonado ou violentado poderia desenvolver mais algum tipo de psicopatia ou desvios de comportamento.

Outra vertente defende que qualquer ser humano em circunstância limite é capaz de atitudes horríveis. Segundo Azevedo (2009), o psicólogo americano Philip Zimbardo defendeu esta hipótese, a partir do experimento realizado em 1971 num laboratório, com alunos do curso de psicologia de Stanford, nos Estados Unidos. Neste ambiente de laboratório recriou-se uma prisão e foram escolhidos 24 estudantes e separados em dois grupos: agentes penitenciários e prisioneiros durante um período de duas semanas. O experimento teve que ser interrompido, pois se verificou que os alunos agentes se mostravam sádicos e alunos prisioneiros, depressivos.

Abastadas de teorias que poderiam ainda incluir descobertas recentes da psiquiatria e da neurociência, as discussões sobre o comportamento violento poderia adentrar em outra seara que aqui não se pretende evocar. As duas teorias serviram para ilustrar a dificuldade em entender o comportamento humano. A literatura quando observada em ambiente prisional, segundo o comportamento do indivíduo transgressor das leis proporciona uma nova leitura do perfil do leitor que escapa a uma verificação pragmática. Assim, observados os dados e relacionados os fatos que levaram os indivíduos ao cárcere foi traçado um perfil desse leitor. Seguem as descrições e observações.

Entre as seis unidades prisionais do Distrito Federal, foi escolhida a PDF I em função da forma do cumprimento de regime fechado, assim os sentenciados comumente permanecem por mais tempo neste ambiente, tornando a pesquisa contínua pela possibilidade de acompanhamento. Ressalta-se que foi essa categorização e disposição dos presos que possibilitou tal análise, pois não era objetivo desta pesquisa estabelecer este paralelo. Constatou-se, no entanto, que esta análise enriqueceria a investigação, pois foram levantadas novas hipóteses de pesquisa. Para assegurar a mostra feminina foram realizadas entrevistas na PFDF.

No primeiro momento da pesquisa, no mês de junho de 2011, buscou-se observar o espaço no que tange suas características físicas e as relações interpessoais estabelecidas. A PDF I tinha aproximadamente 2400 internos sob sua custódia, em regime fechado, presos já condenados pela justiça distribuídos em quatro blocos: D, E, F e G.

Cada bloco foi ocupado segundo a tipificação penal, assim no bloco D ficavam os homicidas e traficantes, não havendo registro de nenhuma atividade educacional ou laboral

neste espaço. No Bloco E, onde está localizada a escola, os internos têm acesso a atividades educacionais, dessa forma há uma composição mista quanto à tipificação penal. São atendidos 360 sentenciados, cerca de 50% dos internos do bloco, nos turnos matutino e vespertino, durante a semana, com exceção da quinta-feira, reservada à visita de familiares. Já no bloco G ficam todos os internos que cometeram crimes contra o patrimônio, finalmente, no bloco F ficam os internos que cometeram crimes sexuais e têm problemas nos outros blocos, seja por convivência, seja pelo fato de representarem liderança negativa na penitenciária.

Há apenas uma biblioteca que fica localizada no bloco E, nos demais espaços ficam estantes com livros que são distribuídos aos presos. Segundo o diretor da unidade, esta é uma atitude simples, mas uma tentativa de dar início a pontos de leitura, objetivando mais tarde a criação de bibliotecas. A lei de execução penal 7210/84 prevê a existência de bibliotecas nas unidades prisionais, no entanto não há projetos que estimulem o interno à prática de leitura, nem a existência desses espaços garante a sua acessibilidade. Conforme preconiza a lei no seu artigo 21: “Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos”.

Quanto à formação do acervo, cabe ao interno a escolha do livro que a família poderá trazer durante a visita, obviamente, excetuando-se todos aqueles que propaguem ou façam apologia à violência, ao uso de drogas, a pornografia, entre outros. Assim, torna-se possível associar as preferências literárias ao seu público leitor.

Em todos os blocos dessa unidade não há nenhuma padronização na organização destes acervos, nem tampouco na distribuição dos livros. É de responsabilidade do interno a catalogação e a distribuição do acervo que é previamente selecionado pela polícia e permanece sob supervisão dos agentes penitenciários. Não há um sistema informatizado para as bibliotecas, o registro é praticamente realizado de maneira artesanal. Há uma variação temporal na distribuição dos livros que pode ser semanal, quinzenal ou mensal, de acordo com a dinâmica de funcionamento de cada prédio.

À princípio, a análise será do bloco “D”, destinado à traficantes e homicidas, com 800 internos distribuídos em 56 celas. Neste bloco, as celas têm a dimensão padrão de 6 x 3m, com capacidade para 08 pessoas, contando atualmente com 15 a 16 presos. Não há nenhuma atividade educacional ou laborativa, o tempo ocioso em cela é de, aproximadamente, 20 horas.

Na sala do chefe de pátio, há uma estante com acervo de aproximadamente 500 livros, resultado de doação externa ou dos familiares dos internos, segundo sua solicitação e

aprovação da segurança. O fluxo de leitura alcança 35% de leitores neste grupo. A cada quinze dias, o interno solicita para outro interno, a partir de catálogo fixado no pátio o livro que deseja ler. Em média cada cela recebe cinco livros por semana, o que produz ao mês a leitura de 280 títulos. Observa-se que 90% dos títulos lidos são de autoajuda e religiosos. Uma das formas de combate à ociosidade é a leitura que movimenta cerca de 60% do acervo disponibilizado. A distribuição dos livros ocorre quinzenalmente.

As duas bibliotecas da unidade prisional estão localizadas no bloco E, reservado à educação, e, portanto, para assegurar o direito à educação a todos os presos tem um grupo misto quanto à tipificação penal. São 650 internos divididos em quatro alas e 55% tem acesso à escola da unidade. O acervo é composto por 6053 títulos, na sua maioria livros didáticos, semanalmente, distribuídos aos internos, segundo indicação da comunidade de leitores ou por intermédio de outro preso que faz a distribuição em cada cela. São movimentados em média cerca de 50 livros por semana, sendo ao total movimentados 185 títulos. Constatou-se, portanto, que ao mês, são lidos 3% do acervo. Verificou-se que é o local onde se tem a menor movimentação de títulos lidos. Considerando o acervo, se este fosse diminuído seguindo a mesma proporção dos títulos lidos nos demais espaços, ainda assim o percentual relacionado ao público leitor não superaria nenhum outro bloco.

No bloco G, ficam 820 internos que cometeram crimes contra o patrimônio. Desse grupo de internos, apenas 50 pessoas têm atividades laborais, ou seja, menos de 7%, o restante fica ocioso em cela. Os livros de autoajuda e religiosos movimentam cerca de 60% do acervo que tem em suas estantes 481 livros. A cada quinze dias, o interno por meio de catálogo solicita o livro que deseja ler. São lidos ao mês 240 obras. Neste bloco e no bloco F estão localizados os acervos mais variados e atualizados. Comuns a esses blocos são os *Best-sellers*, os mais lidos, representando cerca de 80% dos títulos movimentados. Verificou-se que não há incentivo à leitura e nem tampouco à leitura de livros nacionais.

Figura 10 – Biblioteca – Penitenciária do Distrito Federal I



Fonte: Secom – UNB

Na categoria autoajuda e religiosos, há uma diminuição significativa no fluxo de leitura nos blocos E e F que tem o registro de apenas 20%.

No bloco F estão os internos que apresentam maior grau de periculosidade, seja por representar liderança negativa ou por apresentarem problemas de convivência, além de abrigar os chamados presos do seguro, condenados por crimes sexuais e, naturalmente, apartados da massa. A arquitetura deste bloco se diferencia dos demais, são 120 celas individuais, de 2,5 x 2,5m, com 388 internos. O acervo apresenta 459 títulos que são movimentados semanalmente, a partir de catálogo fixado no pátio. Nesse bloco há uma maior movimentação de títulos, aproximadamente 260 livros, percebe-se um maior grau de organização quanto ao controle e distribuição. Além das celas indicada, há um pavilhão de segurança máxima com 07 internos que estão completamente isolados do restante da massa carcerária, e neste caso, a leitura fica restrita ao exercício de palavras cruzadas.

Numa análise comparativa entre os blocos e, conseqüentemente, entre as incidências penais, pode-se constatar que quanto maior o grau de segregação na unidade prisional, maior o fluxo de leitura. Dado observado no bloco F, local onde se encontra um grupo não aceito por outros internos. O fator tempo ocioso em cela serve de estímulo à prática literária por todas as razões já elencadas, no entanto a superlotação inviabiliza a leitura, visto que alguns internos dormem na “praia”, nome dado a toda extensão do chão, inclusive banheiro.

Verificou-se no bloco E destinado à escola, a reprodução do paradigma de educação formal comum à sociedade extramuros, de caráter didatista da leitura e, conseqüentemente, a

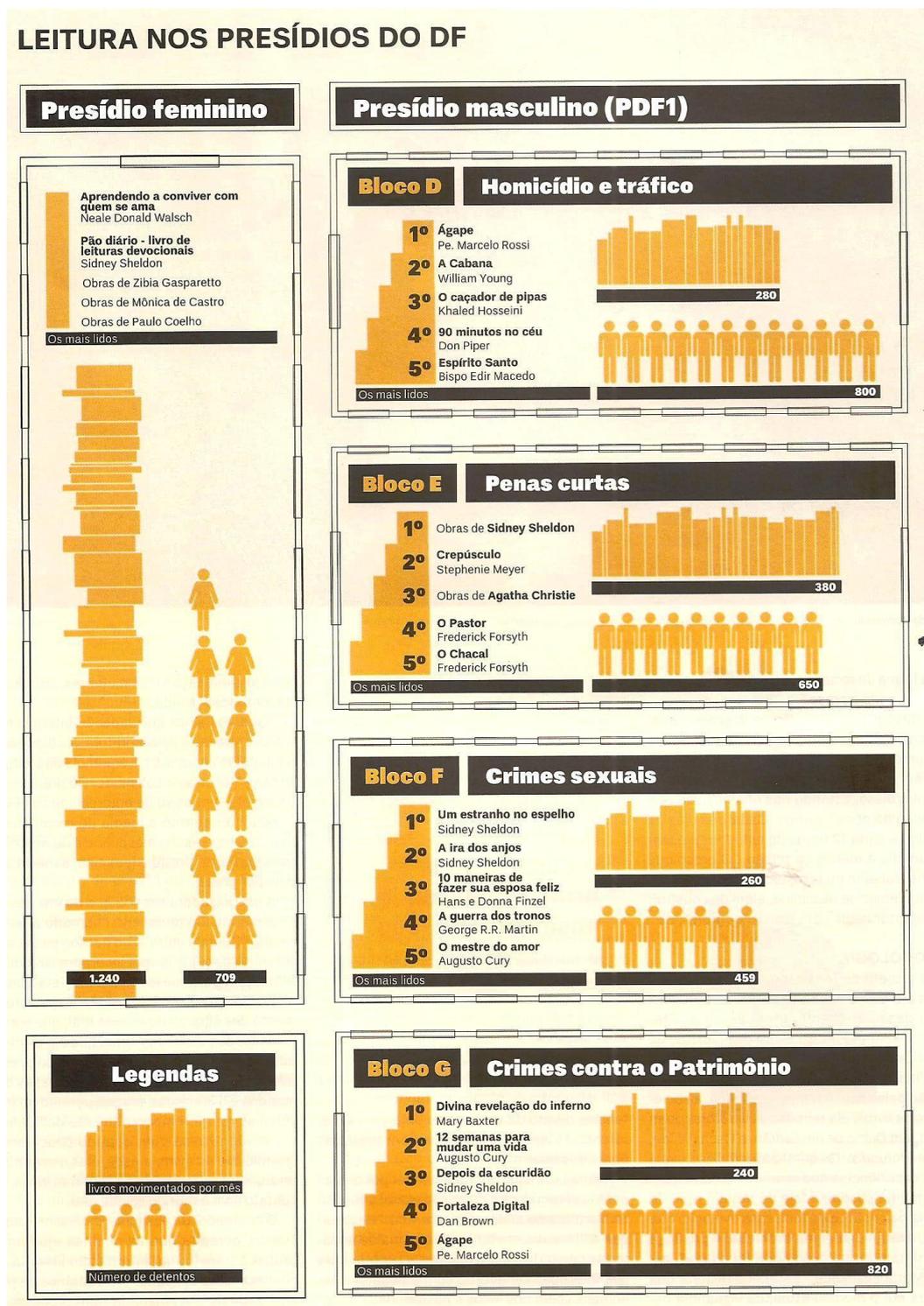
não formação de leitores, mas sim de ledores. A ausência de sistematização no funcionamento das bibliotecas e salas de leitura ocasiona várias rotinas que prejudicam o acesso e a livre escolha do livro pelo interno. Em todos os blocos com exceção do bloco dos estudantes (E), observou-se a fixação do catálogo no pátio, prática que garante ao leitor a oportunidade de conhecer o acervo à disposição, possibilitando a liberdade de escolha quanto ao livro a ser lido.

Nota-se que esse processo de livre-escolha desenvolve no leitor um interesse pela leitura num ambiente de extrema dominação. Partindo do pressuposto de que o ato de ler não é um processo linear, pois ao leitor é permitido fazer inferências, confrontar realidades, posicionar-se, e, sobretudo dialogar, a leitura possibilita a interação do indivíduo com o mundo que o cerca, quando este ultrapassa a leitura superficial do texto. Compreende-se no ambiente prisional a ausência do diálogo e do compartilhamento das leituras. É negada a possibilidade de socialização desta leitura, dado o ambiente de muita tensão e de muita desconfiança nas relações interpessoais. Ao que Cândido (2006, p. 83) enfatiza:

A literatura é pois um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se junta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo.

Mesmo em condições precárias e de superlotação em toda unidade prisional observou-se que 30% da massa carcerária desenvolve o hábito de leitura. Quanto à relação entre os títulos mais lidos em cada bloco e a incidência penal, constatou-se:

Figura 11 – Livros mais lidos no cárcere



Fonte: Secom – UNB

Segundo a figura 11, observa-se que a percentagem indicada aponta para algumas inferências. Aos homicidas, a leitura surge como possibilidade de reencontro espiritual e autoajuda, provavelmente por se tratar de um crime contra a vida e a necessidade de perdão.

Um percentual considerável de literatura estrangeira está presente na configuração apontada para o bloco G, destaque para o segundo título mais lido: “12 semanas para mudar uma vida” de Augusto Cury. A literatura estrangeira está presente em 80% dos títulos mais lidos pelo bloco F. O destaque é o título: “10 maneiras de fazer a sua esposa feliz” de Hans Donser, único bloco a indicar preocupação com a figura feminina, talvez por se tratar de um grupo em que há grande abandono por parte das esposas ou companheiras. Não foi considerado o bloco E nesta análise em virtude da condição de composição mista quanto à tipificação penal.

Ao término da pesquisa, no mês de dezembro de 2011, a PDF I contabilizava 2.729 internos em regime fechado, separados em quatro blocos D, E, F e G. Constatou-se que, em menos de seis meses, a população carcerária desta unidade aumentou cerca de 10%, sendo os internos acomodados no mesmo espaço físico. A média de tempo de permanência neste regime representa cerca de 8 a 10 anos, podendo em alguns casos chegar a 20 anos. Nesta perspectiva de totais ausências o dado positivo é a possibilidade de formação de mais um leitor.

4.4 ARTEMIS OU MINERVA? A CONDIÇÃO DA LEITORA NO CÁRCERE

Na mitologia grega, as figuras das deusas Artemis, Atena, Afrodite, Demeter, Hera, Perséfone, Pandora e Gaia representavam a mulher. A deusa Minerva representava o pensamento e a inteligência, no entanto, o seu nascimento, numa concepção machista, advém da cabeça de seu pai, Zeus e não do corpo de sua mãe, portanto, ao homem cabia a inteligência. Segundo Santana (2006), a concepção de Pitágoras sobre a mulher era de um ser que tinha origem nas trevas. Na idade média esta obscuridade quanto à figura da mulher estava atrelada ao seu comportamento que segundo a sociedade medieval não poderia ser dúvida, portanto, sendo passível de classificação: santa, pecadora ou bruxa.

Muitas mulheres foram condenadas à morte na fogueira por novas concepções que contestavam os dogmas da igreja e, portanto, deveriam ser exemplarmente punidas. No espaço público caberia à mulher manter uma conduta exemplar para ser considerada uma mulher “direita, temente a Deus”, caso contrário seria classificada entre as mulheres de “vida fácil”. Percebe-se que a criminalização da mulher está vinculada a condutas desaprováveis que feriam os padrões de comportamento estabelecidos à época. A figura da mulher ideal estava associada à docilidade, a proteção, o reverso do estereótipo de bruxa se prostitutas perseguidas pela concepção religiosa e social.

Até o século XIX, a leitura não era uma prática encorajada, sobretudo para a mulher, pois a razão ao ser aniquilada pela imaginação geraria pensamentos eróticos, causadores da desordem social. A leitura poderia ser perniciososa e, daí o monitoramento sobre o que poderia ser considerado como leitura boa e saudável. Imperiosa era a salvação, por isso não se indicavam frivolidades, romances que poderiam induzir a mulher a um caminho de perdição. Um arquétipo da transgressão feminina é madame Bovary, personagem de Flaubert. Na obra, madame Bovary é uma mulher casada, mas infeliz no casamento. A traição leva o marido à ruína e a leva ao suicídio, apenas pelo desejo de vivenciar aventuras romanescas diferentes da sua vida mais comum.

Segundo Dieguez (2010), dois livros do ensaísta Jules de Gautier: *Le bovarysme, lapsychologiedansl'oeuvre de Flaubert* (O bovarismo, a psicologia na obra de Flaubert), de 1892, e em seguida em *Le bovarysme, essai sur Le pouvoir d'imaginer* (O bovarismo, ensaio sobre a capacidade de imaginar), de 1902 personificam a ideia representada pela personagem madame Bovary: “uma doença da alma humana, imagina-se diferente do que se é fantasiar uma realidade que se distancia da real.” Para Dieguez (2010), o bovarismo levaria a mulher a se imaginar bem diferente de quem realmente é e demonstrar ausência de senso crítico com relação a um erro cometido.

À mulher eram reservados espaços domésticos e, portanto, o comportamento sacrossanto só cabia dentro de casa, sendo confinada ao espaço do lar. Daí o entendimento da ausência da figura feminina do espaço público, ao longo da história da humanidade, revelando o olhar de uma sociedade patriarcal na qual o poder estava associado ao homem. A invisibilidade da mulher atravessou séculos, amparada na sua fragilidade, na sua incapacidade de tomar decisões e, sobretudo, na sua impossibilidade de sobrevivência sem a proteção de um homem. Nesta linha de raciocínio, Souza (2005, p. 12) aponta:

Historicamente, a mulher teve uma identidade socialmente imposta que restringia a sua entrada na esfera pública. Locus da invisibilidade feminina e da privação dos seus direitos, o espaço privado era o lugar em que se legitimavam as desigualdades de gênero e a subordinação da mulher. Na outra ponta, na esfera pública, estava o lugar destinado aos homens, o espaço da liberdade e de tudo quanto possuía significado político.

Ainda segundo Souza (2005), mesmo com avanços ocasionados pela politização na esfera privada, ainda se encontra em processo de maturação a presença da mulher numa dimensão pública. Ressalta-se a necessidade de desconstrução da falsa imagem de que a atuação da mulher se restringe ao espaço doméstico nas funções de zeladora do lar e da família.

Constatou-se que nas camadas mais humildes, esta construção ideológica da mulher na sociedade patriarcal parece difícil de ser rompida. Isto se devia a baixa escolaridade, as poucas possibilidades de investimento cultural e, portanto, ausência de mecanismos capazes de romper com velhos paradigmas opressores. (SOUZA, 2005, p.12)

Nos relatos históricos mais antigos, a descrição dos crimes praticados pela mulher se restringia à prática de feitiçarias, de envenenamentos, de incestos, adultérios e infanticídios. Numa análise reducionista, eram crimes relacionados ao campo passional. Portanto, observa-se que desta combinação de fatores, compreendia-se a participação da mulher no crime:

acreditava-se que tanto os crimes cometidos por mulheres como seu papel na criminalidade estariam associados ao modelo de socialização das meninas. Daí a origem da participação subalterna das mulheres nos delitos e a característica não violenta dos crimes femininos. (SOUZA, 2005, p.12)

Redesenhando este traçado, Souza (2005) destaca que a mulher conquistou alguns direitos, mas permanecem presentes as desigualdades sociais e a discriminação de gênero na sociedade moderna. As mulheres continuam a ocupar funções subalternas em atividades mal remuneradas e irregulares. Desta maneira, a vulnerabilidade da mulher pobre diante do mundo do crime é bem maior por representar a possibilidade de ascensão econômica de forma fácil. A busca de soluções mais rápidas, a necessidade de sobrevivência da família acabam envolvendo a mulher no crime.

Ao passo que se deve, também, ponderar:

É preciso, porém, não perder de vista as razões de ordem extra econômica que concorrem para o cometimento do delito. A exemplo do que ocorre com os homens, elementos subjetivos podem igualmente influenciar a inserção das mulheres na criminalidade. (SOUZA, 2005, p. 13).

Nos anos de 1976, Julita Lemgruber (1999, p. 6) levantou a seguinte hipótese sobre o encarceramento feminino no Brasil:

[...] à medida que as disparidades sócio econômico-estruturais entre os sexos diminuem, há um aumento recíproco da criminalidade feminina. Levando se isto em conta é razoável supor que, muito em breve, a população de presas no Brasil revele crescimento acentuado.

No Brasil nos últimos anos, o número de mulheres encarceradas cresceu vertiginosamente. Segundo dados do DEPEN (2011), a população feminina no cárcere era formada por 34.058 detentas, número que equivalia a 6% da massa carcerária total. Parece

pouco significativo diante da totalidade de homens presos, mas num estudo comparativo entre o ano de 2005 e o registro apresentado no ano de 2011, verificou-se que quadruplicou esse número, passando de 7.780 para 34.058 mulheres presas.

No Sistema penitenciário brasileiro existem 79 unidades prisionais femininas, 49 destas apresentam unidades materno-infantil. O perfil da mulher presa, segundo indicadores nacionais quanto ao grau de instrução, indica que este público é formado de 38% que não concluíram o ensino fundamental e um quarto deste número ficará em torno de 08 anos presa.

Quanto à incidência penal, predomina-se o crime de tráfico de entorpecentes, cerca de 50% da população de mulheres presa. Segundo Santa Rita (2007) houve uma mudança significativa, desde a década de 1990, na tipicidade de infrações femininas que passou dos delitos contra o patrimônio para o tráfico de entorpecentes. Observa-se ainda, que 55% da massa carcerária feminina é formada por uma população jovem que tem entre 18 a 34 anos, portanto, em idade reprodutiva. Segundo Santa Rita (2007), as mulheres integram estatísticas de vulnerabilidade e exclusão social, pois na maioria dos casos, são chefes de família, têm pelo menos dois filhos, baixa escolaridade e conduta delituosa de menor gravidade.

Os estabelecimentos penais brasileiros seguem um padrão arquitetônico para o confinamento masculino, em muitos estados, observa-se a adaptação de espaços não mais utilizados pelos homens para abrigarem a mulher presa, sem berçário e com trabalhos que não permitem um crescimento profissional, pois reforçam a baixa escolaridade, resgatam funções típicas do lar: costura, alimentação e limpeza. Santa Rita (2007) destaca que em alguns estados, a situação da mulher presa é ainda mais precária, pois em função da ausência de estabelecimentos penais femininos, as presas ocupam alas ou celas no interior de presídios masculinos.

A pesquisa sobre a formação do leitor no cárcere do Distrito Federal buscou uma amostra de gênero para que se pudesse comparar o perfil da leitora e saber se o seu comportamento se assemelha ao comportamento do detento leitor. A unidade prisional observada foi a PFDF, com aproximadamente 583 internas, entre elas, mais 19 crianças cumprindo pena até os seis meses de idade.

Segundo dados do DEPEN (2011), esse percentual de mulheres representava apenas cerca de 5% da população carcerária. Seguindo a média nacional, quanto ao nível de instrução, 51,97% não tem o ensino fundamental completo. Quanto à incidência penal, observa-se, também, a frequência no crime de tráfico de entorpecentes, mas neste caso, superando a média nacional, alcançando 73% da população carcerária feminina. Quanto à faixa etária verificou-se que são mulheres jovens, entre 18 e 34 anos, com um percentual de 74% e com

uma maioria negra de 80%. Dados que corroboraram o perfil, inicialmente traçado, com alto grau de vulnerabilidade e com histórico de exclusão social: população jovem, de baixa escolaridade, envolvida com tráfico de entorpecentes.

Na unidade feminina existem três bibliotecas, duas localizadas no espaço reservado ao regime fechado e uma localizada no regime semiaberto, onde há presas que trabalham externamente e têm saídas temporárias. As responsáveis pela catalogação e distribuição dos livros são internas selecionadas pela polícia, no entanto, não há nenhuma exigência quanto à formação ou oferta posterior de curso de formação. Segundo informações coletadas por meio de entrevistas, o acervo das bibliotecas do regime fechado é formado por livros didáticos e literários, sem um número exato de títulos. Na biblioteca de regime semiaberto, o acervo apresenta mais de 3.000 títulos e, na sua maioria, de livros literários.

Um dado importante se refere ao funcionamento das bibliotecas que é diário, movimentando cerca de 40 títulos. A prática de leitura é comum a todas as internas, por isso ao final de um mês são movimentados, aproximadamente, 1.200 títulos. O catálogo fica com a interna responsável pela biblioteca à disposição das demais. Os livros mais procurados são os de romance, de literatura infantil e os de poesia. Segundo as internas, elas sentem falta de títulos espíritas, de palavras cruzadas e de gibis. A formação do acervo se dá por meio de doações.

Segundo dados do DEPEN (2011), a taxa de ocupação no presídio feminino é de 35% no que concerne ao trabalho interno. Não há dados oficiais sobre o número de internas em atividades educacionais. Verificou-se que 93% trabalham com atividades de manutenção e organização interna do presídio: limpeza, alimentação, costura artesanal. Apenas 7% têm atividades relacionadas à indústria e não foram citadas quais seriam tais atividades.

Pretendeu-se investigar, sob a perspectiva de gênero, até que ponto a experiência de leitura no confinamento aponta para a mesma direção. A metodologia aplicada privilegiou a observação participante com o preenchimento de questionários de questões abertas e fechadas. A pesquisa de campo se desdobrou em duas fases: coleta de dados quantitativos para levantamento do perfil sócio cultural das presas do DF e a realização de oficinas literárias com rodas de conversas, com objetivo de traçar um perfil da leitora e da mulher.

A seleção das presas obedeceu apenas um critério, foi exigido que soubessem ler e escrever. Solicitou-se um grupo de 30 internas para a participação da roda de conversas, assim haveria a possibilidade de escutá-las. Todas as participantes eram do regime fechado e ficarão internadas, em média, de quatro a oito anos. A pesquisa se desenvolveu durante cinco dias. Num primeiro contato, houve o comparecimento de todas as selecionadas, a partir do segundo

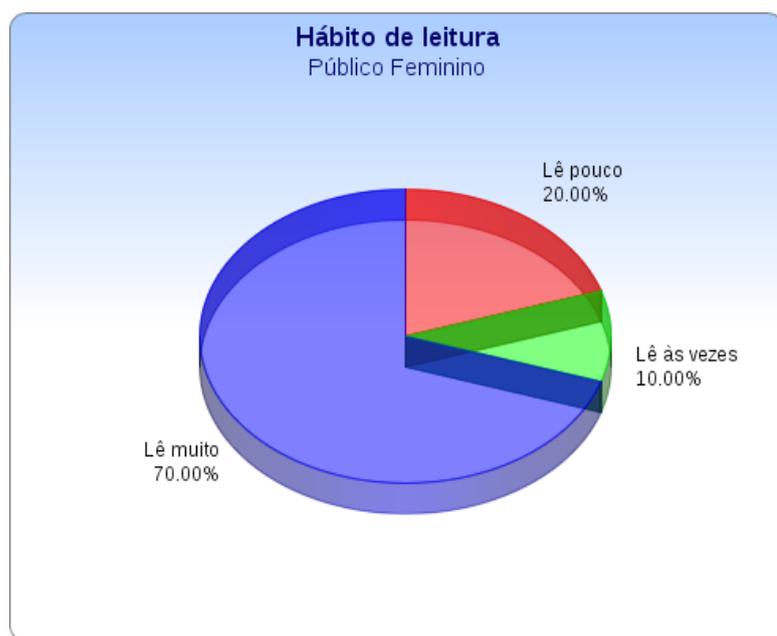
dia, a mostra caiu para dez selecionadas. Pensou-se, inicialmente, que haveria comprometimento da pesquisa em função da desistência, no entanto, concluiu-se que foi melhor para a observação e análise.

O questionário elaborado foi aplicado no mês de outubro de 2011 e não exigia identificação, no entanto, todas se identificaram. As questões se resumiam ao histórico do leitor e sua experiência de leitura na prisão, questões relacionadas ao hábito de leitura antes e depois da prisão, o número de livros lidos ao mês, a motivação da leitura, oferta e preferências de leitura, se recebiam algum estímulo para a leitura e quais os aspectos positivos à prática de leitura no cárcere.

Para dar início à análise dos dados, algumas características do grupo de entrevistadas: jovem, em idade reprodutiva, 80% com idades que variam entre 20 e 35 anos. Quanto ao estado civil, 90% solteira e apenas uma era viúva. Com relação ao número de filhos, 90% têm de 1 a 3 filhos, apenas uma tinha 4 filhos. Quanto a reincidência, 30% se reconheceram reincidentes, 60% são primárias, estão cumprindo primeira condenação penal e apenas uma não respondeu. Com relação ao tempo cumprido de pena até aquele momento, 80% tinha menos de um ano na unidade, 10% mais de dois anos e 10% mais de oito anos cumpridos.

Verifica-se no gráfico 16, a existência de um farto público leitor, a penitenciária feminina apresenta 70% de mulheres confinadas dedicadas à prática da leitura, observa-se, no entanto, que esse perfil não se deve à prisão e o tempo ocioso.

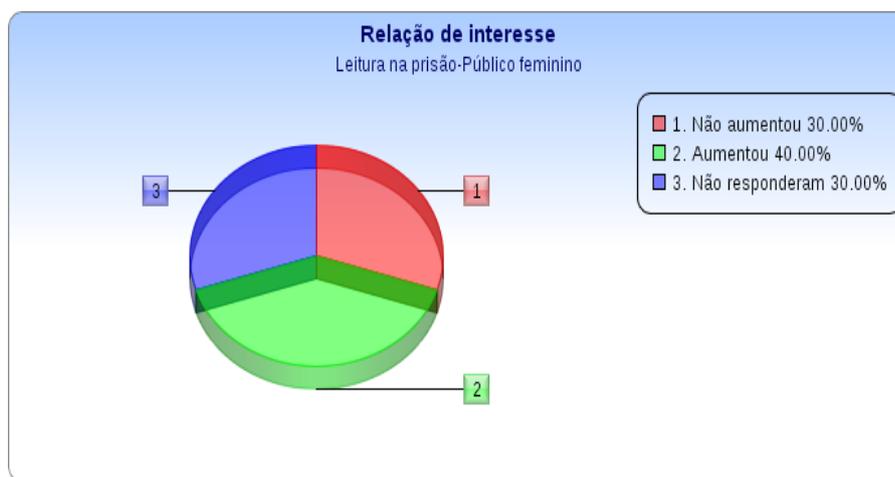
Gráfico 16 – Hábito de leitura – PFDF



Fonte: Da autora

No gráfico 17, observa-se que a experiência literária já fazia parte de um terço desse grupo antes da prisão. Verificou-se que 30 % das internas já tinham o hábito de ler, antes de serem presas, mantendo-se um equilíbrio com os 40% de internas que despertaram o gosto pela leitura no cárcere. Observa-se neste contexto, que as mulheres em situação de vulnerabilidade, já apresentam uma formação de leitor. Costumam ler, semanalmente, mais de dois títulos.

Gráfico 17 – Leitura na prisão – PFDF

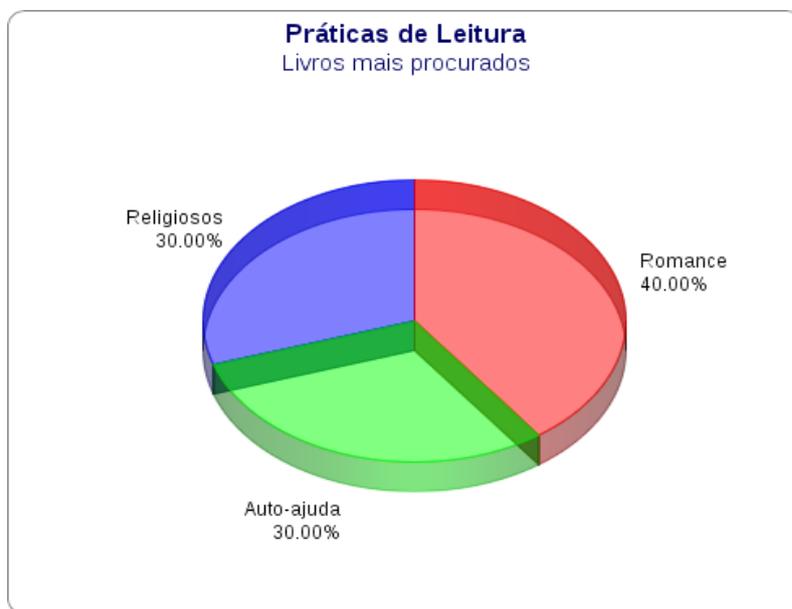


Fonte: Da autora

Segundo Oliveira (1997), a inserção da mulher no ambiente prisional é sentida como perda de tudo aquilo que se pudera construir, por isso o forte estado depressivo nos primeiros dias de encarceramento e as ideias de suicídio. Inicialmente, a mulher rejeita a ideia de permanência no cárcere, preferindo falar do passado aos dias atuais, mas com o passar do tempo, tenta adaptar-se àquela nova realidade, tentando burlar o tempo, a partir das possibilidades de ocupação. Assim, o trabalho assume um valor terapêutico na cadeia. Ainda destaca a mesma autora que no ambiente prisional feminino a artificialidade nas relações é marcante: “os pequeninos e tolos problemas adquirem uma grande proporção (são como preocupações substitutas que adormecem e acordam outras, mais difíceis)”. (OLIVEIRA, 1997, p. 85).

Um dos aspectos positivos da leitura no cárcere é a possibilidade de ocupação para a mente e diminuição do tempo, além de melhorar a convivência. O momento reservado à leitura é à noite, na cela.

Gráfico 18 – Livros mais procurados – PFDF



Fonte: Da autora

De acordo com a autoridade penitenciária vimos no gráfico 18 que dentre os livros mais procurados estão os livros de autoajuda e os religiosos. Entre os títulos mais movimentados estão os livros espirituais de Zilpa Gaspareto e os romances.

Oliveira (1997) destaca que a prisão tem um caráter mais subjetivo para a presa do que para o preso. A mulher se sente abandonada e precisa de proteção, assim passa a ter um comportamento infantilizado. A leitura de romances na prisão recupera a visão oitocentista de fragilidade da figura da leitora, marcada por suspiros e lágrimas. Observa-se que a teoria vinculada pelo bovarismo assenta-se sobre o gosto das presas pelo romance. É imperiosa a necessidade da mulher presa imaginar-se em outra realidade, como uma protagonista, personagem principal de um romance. Anestesiar-se com a leitura é uma das formas de “ocupar a mente”, não pensar nos filhos que estão em casa e na sua sobrevivência.

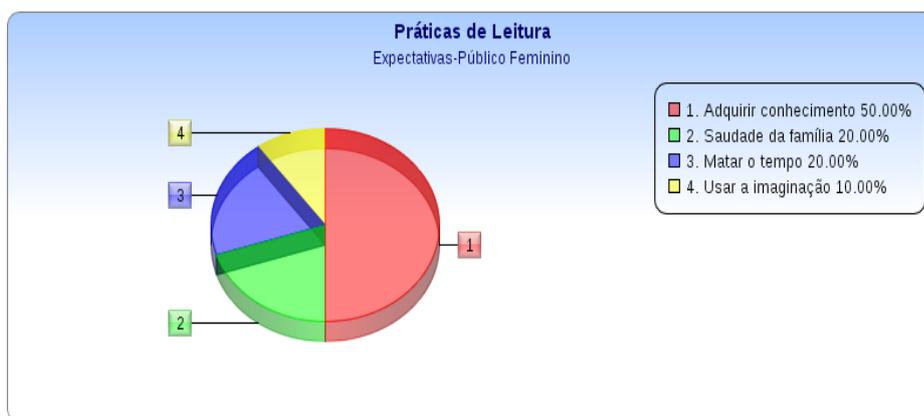
Nesta perspectiva, a motivação apontada no gráfico 19 indica que a prática da leitura para a presa se deve a vários fatores: o objetivo em adquirir o conhecimento faz parte das razões indicadas por 60% delas. O combate à depressão foi apontado por 20% como motivação para a leitura e apenas 10% pensa nesta atividade como ocupação do tempo. Indica ainda, 10 % que a leitura interfere nas relações interpessoais que são muitas vezes afetadas pela dinâmica do aprisionamento feminino.

Gráfico 19 – Motivação da leitura – PFDF



Fonte: Da autora

Gráfico 20 – Expectativas de leitura – PFDF



Fonte: Da autora

Cruzando-se os dados sobre a motivação da leitura presentes no gráfico 19 e as expectativas elencadas no gráfico 20, a partir do seu desenvolvimento, identifica-se como no público masculino a preocupação com o conhecimento que é representado por 50% do grupo pesquisado. Verifica-se ainda que estão correlacionados elementos subjetivos à proposta da leitura como ferramenta na construção do conhecimento. É possível inferir que 20% das presas sentem saudade da família, pois essas lembranças de casa são intensificadas a partir da leitura de alguns textos. Outro destaque da análise se refere a 20% que pretende matar o tempo ocioso, não apenas como ocupação, visto que os horizontes femininos estão entrelaçados ao universo imaginativo. Logo, entende-se o percentual de 10% que admite utilizara leitura como forma de imaginar outras realidades.

No século XIX, a compreensão da leitura, a partir dos gêneros, classificava a prática literária em leitura de mulher (passional) e a leitura de homem (profissional), delimitando compreensões estanques da medida de leitura. Nesta concepção, a leitura instrumentaliza o homem para uma carreira profissional e deixa claro que a sua herança é o conhecimento, continuando a estabelecer relações de poder e dominação sobre a mulher. Sob esta condição resta a mulher, o direito de imaginar, sonhar, devanear. Esta perspectiva de submissão perpetuada por uma leitura romanceada, ainda, é fomentada na prisão feminina, no entanto, constatou-se na pesquisa que surgem mudanças, ainda tímidas, mas que permitem retirar a mulher de uma posição alienante e reconduzi-la ao seu lugar de competência: a vida.

Figura 12 – Oficinas literárias do PFDf – Um encontro marcado com Adélia Prado



Fonte: Secom – UNB

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os entendimentos das origens da prisão e da aplicabilidade da lei nos espaços prisionais possibilitaram ampliar a visão da *prisão no mundo* social, sua representação para além da concepção de punição. Por sua vez, a compreensão da *prisão como mundo* se deu a partir da obra Memórias do Cárcere de Graciliano Ramos que perscrutou a cadeia e no seu interior viu a miséria humana imposta pela segregação e degradação do indivíduo. A prisão como bem afirmado por Cândido (2006) é “metonímia do mundo”. Quando excluído do mundo social, o indivíduo vivencia experiências e está submetido a normas sociais da prisão. Mesmo que num tempo periférico, conforme teorizado por Bogo Quies (2008), tem uma rotina prisional. O comprometimento deste modelo social é visto na ausência de atividades que deixam o sujeito passivo, desprogramado às ações do cotidiano e alienado, assim, não há uma preparação para sua saída do cárcere.

O Brasil, como já mencionado, é um dos países que mais encarcera no mundo devido à criminalidade e a sua realidade marcada pelas desigualdades sociais, no entanto, observa-se que os estabelecimentos prisionais enfrentam graves problemas de superlotação, não cessando contudo as altas taxas de violência. Portanto, o recrudescimento penal não inibe a criminalidade e essas instituições são verdadeiras universidades do crime. Socialmente, o indivíduo em confinamento, vem de uma rotina de exclusões, de privações e a prisão além de segregá-lo, despersonaliza-o.

Importa registrar que esta análise não se apoia nas diferenças sociais desse sujeito como provável justificativa para o cometimento de práticas delituosas, no entanto, traz à luz a execução da pena e a utilização do tempo no cárcere que deveriam ser potencializadas em favor do preso e, conseqüentemente, da sociedade.

Como espaço da aplicação da lei, a pena na sua execução parece distanciada de uma proposta de ressocialização, uma vez que, também, percebe-se na arquitetura prisional a rigidez quanto à segurança e a existência de poucos espaços para ressocialização. O objetivo desta investigação foi estudar o perfil do leitor no cárcere, especificamente, o preso do Distrito Federal e suas relações com a literatura. Além disso, a pesquisa suscita discussões acerca do comportamento deste indivíduo nesse contexto diferenciado que parece antagônico à formação de leitores.

Os resultados da pesquisa apontaram para predisposição do preso à prática de leitura, numa análise contrária a formação de leitores extramuros que convive com o pouco interesse pela leitura e outros fatores complicadores dentre desse processo de formação. No cárcere,

constatou-se a existência de algumas variáveis que influenciam o processo de formação deste leitor.

Em primeira análise, cita-se o tempo ocioso e a “necessidade” de leitura, termo apontado pelos entrevistados. Não significa dizer que o maior motivador seja o tempo ocioso, pois o estudo indicou que 30% dos presos e 70% das presas tem, respectivamente, o hábito da leitura, conferindo a estes dados, a existência de outras possibilidades de ocupação deste tempo: a televisão, as drogas, o estudo, as conversas. A escolha da leitura advém da compreensão da relação da leitura como processo de inserção no mundo social e a possibilidade de autonomia e liberdade. O tempo, neste caso, passa do status de perdido para bem aproveitado, havendo, portanto sua qualificação e, quando da possibilidade do preso auxiliar na execução das atividades internas prisionais, essa nova percepção do tempo contribui na construção da identidade social do preso.

A compreensão da prisão como espaço simbólico de poder está presente nos discursos e na construção das relações estabelecidas entre os dominados e os dominadores, tanto no ambiente masculino quanto no ambiente feminino, dessa forma, comumente são utilizados mecanismos de repressão para a manutenção da paz coletiva. O estudo mostrou que para as instituições penais pesquisadas a leitura representa uma forma de ocupar o preso e mantê-lo calmo. Dessa forma, o comportamento, aparentemente, passivo do sentenciado não representaria ameaça à segurança. Na outra ponta da análise, observou-se ainda, a compreensão do leitor como figura ativa que desenvolve sua percepção acerca do mundo, ampliando seu horizonte de sentidos, e, portanto, por se tratar de um indivíduo em conflito com a lei, a análise sobre a leitura exige da instituição uma preocupação maior quanto as possibilidades de aplicação do conhecimento apreendido e, conseqüentemente, o monitoramento desse processo. Nas unidades prisionais, sobretudo, na masculina há preocupação com a seleção do material a ser lido e a quem será disponibilizado.

Outra variante que compromete o processo de formação do leitor é a superlotação, pois prejudica a possibilidade da leitura. Constatou-se pelo estudo que o espaço de leitura na prisão se restringe à cela, em virtude da segurança e da rotina carcerária, o preso lê com mais frequência neste espaço. Os dados levantados indicaram que a ocupação média de cada cela está em torno de 15 a 16 internos comprimidos num espaço de 18m², em alguns casos, dormindo próximos ao banheiro, assim a leitura se restringiria àqueles que tivessem uma cama ou um espaço similar para se dedicarem a sua prática. Mais uma vez confirma-se a hipótese de que não é apenas o tempo ocioso fator determinante no processo de formação deste leitor.

Indicados os fatores que influenciam a formação deste leitor, serão analisadas as suas resultantes. A predisposição para a leitura é um dado positivo diante de uma realidade nacional de crise na formação de neo-leitores, no entanto, constatou-se que quanto à acessibilidade, o preso encontra obstáculos devido a falta otimização dos espaços de leitura, e o comprometimento dos espaços estruturais (cela).

O cumprimento legal na existência de bibliotecas nas unidades prisionais é devidamente cumprido, no entanto, a ausência de investimentos para o bom funcionamento e a sua inoperância as tornam apenas depósito de livros. Na unidade masculina, em alguns blocos observou-se uma tentativa de anulação deste efeito de inutilidade do acervo, a partir do acesso do preso ao catálogo, uma vez que não tem acesso às salas de leitura. Verificou-se que este contato com os títulos disponíveis estimulam a leitura e forma uma comunidade de leitores que compartilham suas leituras. Na unidade feminina, a localização da biblioteca no pátio permite um maior acesso ao catálogo e a leitura não se restringe à cela.

O hábito de leitura já era uma constante na vida das leitoras, quanto aos presos, concluiu-se que a prisão representou o início desta prática. A literatura representa como já discutido, momento de estar sozinho, livre daquele contexto. Dentro dos aspectos estudados, verificou-se que a motivação para a leitura no universo masculino está intrinsecamente ligada a sua inserção no mercado profissional, no aprimoramento do seu vocabulário e na construção de sua identidade social.

Para a detenta, a leitura também foi apontada como aperfeiçoamento vocabular e profissional, no entanto, constatou-se como marca de subjetividade inerente à própria condição de mulher. A quebra dos laços é potencializada na sua prática de leitura como resgate do ambiente familiar, do combate à depressão causada, muitas vezes, pela ausência dos filhos e pela leitura como uma forma de ocupar sua “mente”, impedindo-a de lembrar-se da sua realidade. Destaca-se nesta análise que nas duas unidades foi apontada a possibilidade da leitura como afastamento do indivíduo dos problemas inerentes ao encarceramento, para as mulheres aparece num sentido de melhora da convivência e para os homens, como arrefecimento de atitudes violentas nas relações interpessoais.

Concluiu-se ainda, o papel da família na infância para formação desse leitor não foi muito representativo, cabendo à televisão ocupar o seu tempo. No cárcere, o papel da família ganha nova significação, pois o acervo é formado por doação entregue durante a visita semanal. O Estado não investe na possibilidade de formação de neo-leitores nos estabelecimentos prisionais, não há políticas públicas de incentivo à leitura, neste caso, o ônus é transferido à família.

Mesmo com dificuldades sistêmicas, comprovou-se a existência de comunidade leitora formada naturalmente nas unidades prisionais sem incentivo de profissionais. A mediação da leitura não é realizada por professores, numa clara referência a reprodução dos modelos educacionais extramuro sem que não haja um estímulo à leitura como prazer, mas como rituais mecanicistas, utilizando o livro didaticamente na apreensão de conteúdos.

Percebeu-se que mesmo sem formação profissional para classificação do acervo, catalogação e distribuição, são os agentes penitenciários que estimulam à prática de leitura, quando executam a função de preparação dos funcionários da biblioteca para distribuição de livros e compartilham suas leituras, indiretamente, fazendo parte daquela comunidade de leitores. No entanto, percebe-se que as ações institucionais vêm sendo realizadas de forma assistemática e pontual, sem nenhum compartilhamento intersectorial.

Nota-se que há poucos estudos sobre a prática de leitura no cárcere, no entanto, é grande o público leitor nestes espaços. A inexistência de políticas públicas de incentivo à leitura e a ausência de padronização dos serviços oferecidos nas instituições penais comprometem a formação do leitor e a propagação da leitura como ferramenta de auxílio na reinserção do preso à sociedade.

Neste estudo, foi analisado o comportamento do leitor no cárcere e suas práticas de leitura, constatou-se que atitude simples na condução de atividades ressocializadoras, entre elas, destaca-se a literatura, poderia amenizar a tensão no cárcere provocada pelo ócio e, conseqüentemente, ausência de perspectivas. A prisionização e os seus efeitos retardam o processo de reinserção social, pois o indivíduo rejeita essa realidade, ao mesmo tempo em que parece preso a ela, como se só nela fosse possível viver.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO JÚNIOR, Marcondes de Sousa. **O discurso da imprensa sobre o Complexo Penitenciário da Papuda, desde 1979 aos nossos tempos**. Disponível em: <<http://www.monografiasbrasilecola.com.br>>. Acesso em: 25 out. 2011.
- AZEVEDO, Ricardo. Livros didáticos e livros de literatura: chega de confusão. **Revista Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, Dimensão, n. 25, jan./fev. 1999.
- AZEVEDO, Solange. **A ciência e os assassinos**. São Paulo, 2009. Disponível em; <<http://www.revistaepoca.com.br>>. Acesso em: 20 abr. 2012.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BAMBERG, Richard. **Como incentivar o hábito da leitura**. São Paulo: Ática, 1987.
- BARRETO, Lima. **O cemitério dos vivos**. São Paulo: Planeta; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004.
- BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BASTIDE, Roger. Graciliano Ramos. In: **Teresa: Revista de Literatura brasileira** 2. São Paulo: Editora 34, 2001.
- BASTOS, Hermenegildo. **Memórias do cárcere, literatura e testemunho**. Brasília: Editora UnB, 1998.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BENTO, Conceição Aparecida. **A prisão e a escrita: desagregação e agregação em Memórias do Cárcere**. Disponível em: <<http://www.abralinc.org/revista/2008/12.html>>. Acesso em: 25 out. 2011.
- BOSI, Alfredo. Literatura e resistência. In: _____. **A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRASIL. **Lei nº 7210 de 1984**. Lei de Execução Penal (LEP).
- BUENO, Luís. Antônio Cândido-Leitor de Graciliano Ramos. In: **Revista Letras**. Curitiba: Editora UFPR, n. 74, p. 71-85, jan./abr. 2008.
- CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: a polícia da Era Vargas**. Brasília: Ed. UNB, 1993.
- _____. Repressão e controle penal no Brasil: prisões comparadas. In: **História: questões & debates**. Curitiba: Editora UFPR, n. 42, p. 141-156, 2005.

CÂNDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Nacional, 2000.

_____. **Ficção e confissão**: ensaios sobre Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: 34, 2006.

CARPEAUX, Otto Maria. Visão de Graciliano Ramos. In: _____. **Ensaio reunidos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 443-449.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. **A capitalização do tempo social na prisão**: a remição no contexto das lutas de temporalização na pena privativa de liberdade. São Paulo: Método: IBBVVRIM, 2008.

COUTINHO, Carlos Néelson. Graciliano Ramos. In: _____. **Literatura e humanismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

DIEGUEZ, Sebastian. **Emma Bovary e a realidade paralela**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.uol.com.br>>. Acesso em: 30 maio 2012.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Recordações da casa dos mortos**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. 23. ed. Rio de Janeiro: Ed.Vozes, 1997.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2000.

_____. **História da loucura**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2010.

_____. **De outros espaços**. Trad. Pedro Moura. Conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d'études architecturales, em 14 de março de 1967 (publicado igualmente em *Architecture, Movement, Continuité*, 5, de 1984). Disponível em: <<http://www.ufrgs.br>>. Acesso em: 20 set. 2011.

GALEANO, Eduardo. **A descoberta da América Latina** (que ainda não houve). Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1990.

GIRON, Luís Antônio. Vozes da prisão: pena de sangue. **Revista Cult**, n. 59, p. 34-44, jul. 2006.

GLEDSON, John. O funcionário público como narrador: Amanuense Belmiro e Angústia. In: _____. **Influências e impasses**: Drummond e alguns contemporâneos. Trad. Frederico Dentello. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1990.

GOIFMAN, K. **Valetes em slowmotion – a morte do tempo na prisão**: imagens e textos. Campinas: Unicamp, 1988.

GORENDER, Jacob. **Graciliano Ramos**: lembranças tangenciais. Estudos Avançados. São Paulo: IEA-USP, 1995.

ISER, Wolfgang. A interação do texto com o leitor. In: COSTA LIMA, Luiz. (Org.). **A literatura e o leitor**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002.

JAUSS, Hans Robert. A estética da recepção: colocações gerais. In: LIMA, Luiz Costa. **A literatura e o leitor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

JOHNSON, Elmer. As políticas penitenciárias nos Estados Unidos da América. In: **Anais do Seminário Internacional: o Sistema Penitenciário Brasileiro e o trabalho do preso/Recuperando: Dilemas, Alternativas e Perspectivas**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

KAFKA, F. **Na colônia penal**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **O processo**. Tradução: M. Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

KIFFER, Ana. **Corpo, memória, cadeia: o que pode o corpo escrito?**. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 set. 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Informe científico. In: . **Fundamentos de metodológica científica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1993.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1999.

_____. **Arquitetura Institucional do Sistema Único de Segurança Pública**. Acordo de cooperação técnica: Ministério da justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Serviço Social da Indústria e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Distrito Federal, 2004.

LIMA, Suzann Flávia Cordeiro. **Arquitetura penitenciária: a evolução do espaço inimigo**. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.vituvius.com.br>> Acesso em: 22 fev. 2012.

MANGUEL, Alberto. **Uma história de leitura**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

MARTINS, Maria Helena. **O que é a leitura**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

MIRANDA, Wander Melo. **Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina, 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

OLIVEIRA, Edmundo. **Origem e história da evolução da prisão**. Prática Jurídica, ano I, n. 1, p. 58, 14 set. 2011.

OLIVEIRA, Maruza Bastos. **Cárcere de Mulheres**. Rio de Janeiro: Ed. Diadorim, 1997.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (Org.). **Educação Escolar entre as grades**. São Carlos: EDUFSCAR, 2007.

PEDROSO, Regina Célia. **Utopias penitenciárias. Projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil.** *Jus Navigandi*, Teresina, ano 8, n. 333, 5 jun. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5300>>. Acesso em: 21 set. 2009.

PINTO, João Pereira. **A liberdade em Graciliano Ramos:** uma iniciação à antropologia e à ética. Contagem: Ed. Santa Clara, 1998.

RAMOS, Graciliano. **Linhas tortas.** Rio de Janeiro: Record, 1980.

_____. **Memórias do cárcere.** Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2008.

_____. **Infância.** Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1995.

_____. **Vidas secas.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **Angústia.** Posfácio de Silviano Santiago. 62a ed. Rio, São Paulo: Record, 2007.

REIS, Zenir Campos. Memórias do Cárcere: compreender, resistir. **Folha de São Paulo**, Folhetim, São Paulo, 29 jul. 1984.

SANTANA, Souza D'Almeida Wagner Bruno. **Sobre o feminino.** Minas Gerais, 2006. Disponível em: <<HTTP://psicanalisebarroco.pro.br/revista>>. Acesso em: 22 maio 2012.

SANTA RITA, Rosângela Peixoto. **Mães e crianças atrás das grades:** em questão o princípio da dignidade da pessoa humana. Ministério da Justiça: Brasília, 2007.

SCHÖKEL, Luís Alonso. **Bíblia do peregrino.** São Paulo: Paulus, 1997.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **História, memória, literatura:** o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. Memórias do Cárcere. In: RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere.** São Paulo: Record, 1993.

SOUZA, Simone Brandão. **A criminalidade feminina.** São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.observatóriodesegurança.org.>>. Acesso em: 30 maio 2012.

TINOCO, Robson Coelho. **Leitor real e teoria da recepção:** travessias contemporâneas. São Paulo: Horizonte, 2010.

YAMAMOTO, Aline et al. (Orgs.). **Cereja discute:** educação em prisões. São Paulo: Alfasol; Cereja, 2009.

WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WILDE, Oscar. **De Profundis.** São Paulo: Ed. Martin Claret, 2004.

ANEXOS

ANEXO A – SOLICITAÇÃO PARA PESQUISA

Brasília, 30 de maio de 2011.

Ao Dr. André Victor do Espírito Santo,
Subsecretário do Sistema Penitenciário - SESIPE

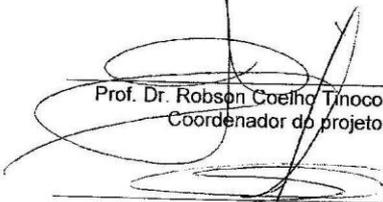
Senhor Subsecretário,

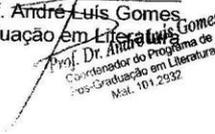
Solicito autorização para realização de projeto de oficinas literárias sob coordenação e responsabilidade do Prof. Dr. Robson Coelho Tinoco, matrícula 149152, do Departamento de Teoria Literária e Literaturas (TEL)/ Instituto de Letras, da Universidade de Brasília, como parte integrante da pesquisa de campo da aluna Maria Luzineide P. da Costa Ribeiro, matrícula 0046550, mestranda do programa de Pós-Graduação do TEL, que também cumprirá a função de subcoordenação do projeto citado. Observa-se que foi realizada a 1ª fase da pesquisa de campo no ano de 2010, devidamente autorizada por esta subsecretaria, conforme memorando nº 3072/2010.

O projeto de leitura e escrita com internos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal **Sob a custódia do tempo – a literatura no cárcere** pretende atender, inicialmente, internos do bloco "E" da Penitenciária do Distrito Federal I, no período escolar, com registro em áudio e vídeo autorizados previamente pelos internos e de acordo estrito com as regras de segurança da penitenciária. Observa-se também que a proposta para execução deste projeto foi encaminhada, previamente, ao Dr. Celso Wagner Lima, diretor da penitenciária, que se manifestou favorável à solicitação ora feita.

Cabe ressaltar a importância de tal projeto como forma de aproximar o detento-aluno leitor, do DF, de uma prática de leitura que o leve a perceber/entender melhor a importância de estar efetivamente disposto a articular questões como tempo utilizado e leitura desenvolvida para um produtivo, e crê-se possível, processo de ressocialização. Segue, em anexo, o projeto para análise.

Sem mais, atentiosamente,


Prof. Dr. Robson Coelho Tinoco
Coordenador do projeto


Prof. André Luis Gomes
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Literatura
Mat. 101.2932

Handwritten notes:
Celso
187-542-6
09/06/11
das 10h56

ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DO JUIZ DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DO DF



Autos nº 00269911620118070015
(Processo antigo nº 20110111638436)

DECISÃO

Interessado(a): MARIA LUZINEIDE UNB 'A LITERATURA NO CÁRCERE'

Ante a anuência da SESIPE (fl. 12), ratifico a autorização de fl. 08 para que a Maria Luzineide P. da Costa Ribeiro, mestranda do Departamento de Teoria Literária e Literaturas da Universidade de Brasília - UnB, dê continuidade ao projeto de leitura e escrita, intitulado "Sob custódia do tempo: a Literatura no Cárcere", com os internos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal (Penitenciária do Distrito Federal I - PDF I e Penitenciária Feminina do Distrito Federal - PPDF) no segundo semestre de 2011 e no primeiro semestre de 2012.

Ato contínuo, defiro os requerimentos de fls. 07 e 14 para **autorizar a entrada, na PDF I e na PPDF**, da jornalista Thaís de Costa Barros Antonio e da repórter fotográfica Emília Silveira Silberstein, ambas servidoras da Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília - SECOM/UnB, para que realizem reportagem sobre as oficinas de leitura objeto do projeto em testilha, mediante entrevistas a serem realizadas com os internos e internas que se mostrarem dispostos a concedê-las.

Destaco que a realização das entrevistas fica condicionada à concordância da direção dos estabelecimentos prisionais e dos internos e internas, assim como eventual uso de imagem.

Friso que as requerentes deverão agendar as visitas previamente e mediante assentimento direto das Direções da PDF I e da PPDF.

Expeça-se o necessário, com as cautelas de praxe.

Após a cientificação das postulantes e do Ministério Público, archive-se o procedimento.

Distrito Federal, 27 de Setembro de 2011.

JUIZ BRUNO ANDRE SILVA RIBEIRO
JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DO DF

ANEXO C – PROJETO DE LEITURA

SOB A CUSTÓDIA DO TEMPO: A LITERATURA NO CÁRCERE **Projeto de oficinas de leitura e produção escrita com internos do** **Sistema Penitenciário do Distrito Federal**

1 JUSTIFICATIVA

1.1. SOBRE O CARÁTER INCLUSIVO DA LITERATURA

Voltadas à realidade carcerária nacional, sabe-se que há poucas atividades e programas educacionais consolidados e em espaços apropriados (LEMGRUBER, 2004) as quais, associadas a condições precárias de encarceramento, comprometem diretamente o objetivo central do cumprimento da pena que é a ressocialização do indivíduo. Destaque-se, todavia, que na penitenciária de Campo Grande (MS) existe um projeto de remição pela leitura, ainda que não centrado no desenvolvimento de oficinas como o que aqui se propõe.

Nessa situação estrutural, resta a ele aguardar o tempo previsto de pena se completar, seja ociosamente nas celas e/ou em rotineiras atividades no pátio das prisões. Junte-se a tal realidade, o inexpressivo número de pessoas presas que têm acesso à educação (YAMAMOTO, 2009), dada a incompatibilidade – sistêmica e conjuntural – entre a pedagogia da segurança e da educação cristalizada na própria arquitetura panóptica, que com mecanismos de observação asseguram a automaticidade de poder sobre o detento que nunca pode saber se está sendo observado, mas deve ter certeza de que sempre pode sê-lo. (FOUCAULT, 1987).

A postura preventiva do Estado de vigilância austera não impede que essas duas vias, ainda que com objetivos específicos em tal estrutura de ressocialização, possam bem convergir para um processo de cumprimento penal menos traumático, ocioso e mais produtivo: o de oferecer melhores condições laborais e de aprendizagem, ainda dentro da prisão, para quando se retornar ao convívio social. Excluído socialmente, esse indivíduo caminha na contramão da evolução tecnológica e, conseqüentemente, o seu processo de ressocialização se torna mais complexo, uma vez que sentirá mais dificuldade de se reintegrar ao dia a dia de um mundo globalizado e de múltiplas faces, em função das novidades diárias em todos os campos do saber, em que uma das principais vias de acesso a elas, e de seu pleno entendimento aplicado, é a ferramenta virtual. Face tal realidade, na prisão o – praticamente – único “representante tecnológico” é o “televisor de 14”, de uso coletivo, ao lado do fato de que nesses ambientes há pouco espaço reservado para a prática produtiva da individualidade – por meio da leitura, oração, reflexão, escrita, entre outras atividades.

Nesse contexto real – o da grande maioria das prisões brasileiras –, ao se “praticar” a leitura (também literária) se tem uma das poucas oportunidades em que, ao desenvolvê-la, o interno pode efetivamente estabelecer uma relação dialógica com o que lê (BAKHTIN, 2003) e, assim, transformar informação lida em conhecimento apreendido. Sob certo aspecto mesmo literário, ele se liberta, mesmo quando encarcerado e, passa – produtivamente – por um consciente processo de afastamento de sua realidade, e de seus companheiros (de cela, de prisão), podendo permanecer longe daquela realidade por alguns instantes – ainda que seja o delimitado instante da leitura.

A cela (e referente pena) representa o ponto máximo de exclusão social, a marca indelével de segregação legal do indivíduo ao longo de sua história. No entanto, como tipo de contrapeso e de cela aberta, a literatura não exclui nenhum indivíduo, promovendo sua incursão no mundo literário a partir de qualquer espaço. Tal caráter inclusivo da literatura permite ressignificar o entendimento utilitário acerca da importância desses ambientes de leitura e promover, nesse indivíduo, o estímulo pelo conhecimento e as transformações advindas dessa prática serão instrumentos efetivos de aprimoramento do próprio processo de ressocialização, ainda com tantas falhas de aplicação efetiva, e resultados positivos, no interior das prisões brasileiras, em que por volta de 70% dos presos são reincidentes.

Inserido nesse contexto prisional nacional – que conta com algo em torno de 500.000 presos –, o Sistema Penitenciário do Distrito Federal – que recebe por volta de 800 presos, condenados, todos os anos –, atualmente, tem cerca de nove mil e trezentos presos distribuídos em seis unidades prisionais de regimes fechado, semi-aberto e aberto, a saber: Centro de Detenção Provisória, Centro de Reeducação e Internamento, Penitenciária do Distrito Federal I e II, Presídio Feminino do Distrito Federal e Centro de Progressão Penitenciária. As três primeiras instituições localizadas no Complexo Penitenciário da Papuda, em São Sebastião (região administrativa de Brasília) e as duas últimas no Gama (outra dessas regiões) e no Setor de Indústrias, região urbana de Brasília, respectivamente. Ainda, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), mais da metade das pessoas privadas de sua liberdade cumprem penas superiores a nove anos e 73,83% têm entre 18 e 34 anos. Portanto, as estatísticas oficiais dão conta de uma população jovem e com muito tempo disponível para um possível e eficaz retorno à educação, também por meio da leitura bem feita, e, se tomadas as devidas medidas inclusivas, esse tempo “bem utilizado” redundaria em inegável fator positivo à própria sociedade já que, no mais, trata-se de cidadãos brasileiros – temporariamente encarcerados – que ao retornarem ao convívio público, livres, podem produzir bens e idéias para a nação.

1.2. OTIMIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE LEITURA

O Sistema penitenciário do Distrito Federal conta com onze salas de leitura divididas em suas unidades prisionais. Algumas contam com internos que catalogam o acervo disponível, cuidando do registro e da distribuição das obras para leitura dos interessados. No entanto, ainda falta a devida profissionalização desses internos, senão pelo menos muito melhor conhecimento técnico, além de recursos tecnológicos para melhor execução dos trabalhos.

O momento para o acesso dos internos ao acervo é restrito e, de acordo, com a disponibilidade da segurança no local, realizado de maneira rápida e pouco sistematizada. Assim, o interno não tem acesso ao catálogo para escolha do título e, em alguns casos, repete a leitura de algumas obras em função da pouca oferta de títulos e da grande demanda de leituras por obras estrangeiras.

A proposta a ser aqui desenvolvida, por meio das oficinas – atividade, com tal abrangência, ainda não desenvolvida no sistema nacional – pretende otimizar o uso das salas de leitura de maneira sistemática. Nesse sentido de novidade de aplicação, as oficinas se estruturam pelas relações da literatura com diversas artes, seja nas relações com a música, com o desenho animado, com os quadrinhos; seja nas expressões de gêneros literários como conto, crônica, romance, poesia. Nessa aplicação também se propõe, intercaladas aos momentos de leitura, rodas de conversa sobre temáticas variadas. Quanto a isso, as Diretrizes nacionais para a oferta da educação nas prisões (2010), no seu artigo 3º, orienta que ela

Estará associada às ações complementares de cultura, esporte, inclusão digital, educação profissional, fomento à leitura e a programas de implantação, recuperação e manutenção de bibliotecas, destinadas ao atendimento à população privada de liberdade, inclusive as ações de valorização dos profissionais que trabalham nesses espaços.

Para tanto, e considerando que ainda não foram desenvolvidas atividades na direção de reavaliar o processo prisão-educação-leitura-reinserção social, planejam-se momentos que estimulem o interno à leitura de obras literárias brasileiras consagradas, bem como lhes apresentar os autores que escreveram no cárcere (ONOFRE, 2007). Dessa maneira, acredita-se, o leitor se sentirá incentivado a conhecer o acervo disponível nas salas de leitura, e a fazer bom uso desses espaços, até então subutilizados. Tal prática contribuiria para sua formação intelectual e, posteriormente, para ampliar seus conteúdos sobre variados assuntos o que pode,

mesmo até, facilitar uma melhor recolocação profissional no mercado de trabalho, o que ainda não tem acontecido de maneira minimamente satisfatória.

Enfim, nesse contexto prisional, do DF e do Brasil como um todo, são várias as contradições no processo de ressocialização do indivíduo privado de liberdade (controle, punição, recuperação etc.), preocupações que precisam ser compatibilizadas com o discurso educacional e, portanto, resultarem em eficaz prática sócio-educativa. Nesse sentido, uma investigação inovadora sobre a formação desse leitor, ao lado dessa proposta nova de tornar espaços prisionais também, efetivamente, espaços de leitura parece não combinar com a vivência diária dessas pessoas. Todavia, não obstante tal situação, torna-se necessário iniciar um efetivo projeto, que resulte em eficientes ações práticas, para que esses espaços não se tornem “inutilmente vazios” num mundo prisional onde se destaca, ainda, a básica condição de superlotação.

Desenvolver a prática de leitura nas instituições penais, como aqui se propõe – visando às condições sócio-históricas de um “leitor real” e “excluído socialmente” –, não se resume ao simples ato de escolher este ou aquele livro; antes, é o exercício de superar preconceitos, de superar pretensas limitações de entendimento e compreensão do que se lê; é ler com prazer, sempre tirando algum proveito, mesmo de textos que não parecem dizer muito. Ler e escrever na prisão é fundamental, como aqui se propõe, pois implica mais que a não-dependência do companheiro de ociosidade inútil na cela. Tal prática, assim aplicada, representa ter mais campo de liberdade solidária, autonomia consciente e privacidade produtiva num ambiente onde são imperiosas as sensações de desconfiança dos gestores, de individualismo exacerbado e, no geral, extremada tensão.

2 OBJETIVOS

2.1. GERAL

- Por meio de oficinas literárias programadas, mediar a *prática de leitura e processos de conhecimento adquirido* de internos e internas das unidades prisionais do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, utilizando o espaço das bibliotecas existentes nessas unidades prisionais. Para tanto, considerando a conceito referencial de “leitor real” (TINOCO, 2010) – aquele que se manifesta, dialogicamente, como via produtiva da leitura feita, integrada as suas “leituras de mundo” – pretende-se trabalhar com o detento-leitor, em

condição temporária de confinamento social, a possibilidade de melhor desenvolver a prática de leitura e, por consequência, a de produção escrita.

2.2. ESPECÍFICOS

- desenvolver o gosto e interesse pela leitura como possibilidade de despertar no indivíduo, temporariamente privado de liberdade, a vontade de readquirir conhecimento, reestruturar conceitos e ampliar campos de informação adquirida;
- otimizar o uso da biblioteca na prisão como espaço de leitura e de atividades inerentes a esse ambiente, possibilitando que seja entendida como espaço útil de leitura, também atualizada, e não como simples, e ultrapassado, depósito de livros.
- sistematizar os momentos de leitura nos ambientes coletivos para estímulo de leitura em cela, propiciando ao interno o contato com textos de vários tipos e desenvolvendo também sua habilidade técnico-criativa na produção de textos;
- promover atividades como rodas de conversa, dramatização, declamação de poesias, debates que possibilitem a comunicação expressiva como ressignificação de sua própria identidade de leitor e ser social;
- possibilitar que o detento se sinta estimulado a ler – mesmo em situações adversas como as que vive – e, dessa maneira, a desenvolver também a competência de produzir textos a partir de sua prática de leitura;
- formar leitores e leitoras, ainda que detentos, entendendo a prática da leitura como fonte de informação relacionada com o exercício da imaginação, criatividade, tanto quanto com a questão de cidadania, da ética e da liberdade responsável e
- registrar as oficinas em áudio e vídeo, além de realizar entrevistas com leitores e escritores *in cárcere*, num formato documental de material que servirá como ferramenta para a proposição de intervenções mais efetivas nesses ambientes. Para tanto, será escrito um livro descrevendo o processo de aprendizagem, com uma proposta de metodologia de leitura, e referente produção de textos.

3 METODOLOGIA

Inicialmente, a proposta será desenvolvida em duas unidades prisionais – uma feminina e outra masculina –, seja de regime fechado ou semi-aberto, como melhor indicado

pela instituição de segurança. Serão abertas inscrições e, posteriormente, a autoridade competente selecionará os contemplados para as oficinas. As turmas serão formadas por vinte alunos cada. O projeto se estruturará inicialmente no presídio masculino do Complexo da Papuda, o PDF 1.

As rodas de leitura/oficinas ocorrerão duas vezes por mês – inicialmente no mês de julho deste ano, em que se dá o recesso escolar, período em que os alunos ficam sem atividade. Serão estruturadas com material de produção de textos e outros como tintas, pincéis, linhas, colas, cartolinas etc.

Serão quatro encontros, com duração de duas horas cada, no período matutino, com pós-graduandos da Universidade de Brasília (UnB), e escritores convidados. Nesses momentos haverá “discussões livres” sobre os vários textos literários lidos pelo grupo e serão propostas conversas, análises, debates, produções de textos com o objetivo de compartilhar o gosto pela leitura e despertar o interesse pela escrita.

A equipe será formada por alunos de pós-graduação e professores da UnB. Serão utilizados livros das salas de leitura e material confeccionado, pelos próprios detentos-leitores, nas oficinas (por exemplo, oficina de literatura de cordel e poesia concreta). Nos espaços coletivos e nas salas de leitura serão desenvolvidas as ações, de acordo com a autorização prévia do responsável legal.

Estrutura geral das Oficinas:

1. Oficina de leitura: *Crônicas*, de Lima Barreto

Estrutura e motivos temáticos de crônica. Trabalho com relatos sobre sua vida, suas dificuldades sociais. Leituras de algumas crônicas do escritor. Produção de crônicas.

2. Oficina de leitura: *Memórias póstumas de Brás Cubas* (trechos selecionados), de Machado de Assis e *Memórias do cárcere* (trechos selecionados), de Graciliano Ramos.

Análise geral do realismo social dos séculos XIX e XX e das escolas literárias realista e modernista. Introdução à leitura literária – análise de personagens, posição social, preconceitos e questões sócio-econômicas.

3. Oficina literária: Poemas de Mário Quintana, Cecília Meireles, Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira

Apresentar aos alunos os conceitos relacionados à estrutura literária do poema. Leitura, interpretação e dramatização de poemas selecionados. Produção de poemas – temas: liberdade, prisão, vida, sociedade.

4. Oficina: Quadrinhos, linguagem e história

Apresentar a variedade (temática, de traços, formas) da linguagem dos quadrinhos. Uso das diferentes ferramentas oferecidas pela complementação entre texto e imagem, como diferentes formatos de balões de textos e de quadros, técnicas de representação do tempo e do movimento, o uso de onomatopéias etc., sempre propondo exemplos e promovendo a participação dos alunos no sentido de interpretar os quadrinhos. Produção de uma estória em quadrinhos, tema livre.

5. Oficina: Literatura de Cordel

Dinâmicas variadas. Conceitos da técnica de cordel e produção de xilogravura. Produção de um texto em forma de cordel.

6. Oficina de leitura dramática: *Auto da compadecida*, de Ariano Suassuna

Características de texto dramático. Breve história do teatro nacional. Leitura coletiva com representação de trechos selecionados.

7. Oficina: Cinema (*O padre e a moça*) e poesia

Análise da poesia de Drummond e adaptação para o cinema. Características de produção cinematográfica. Discussão sobre alguns filmes com temas sobre prisão, liberdade e sociedade.

4 AVALIAÇÃO

Ao se concluírem as oficinas literárias e se avaliarem os resultados obtidos (considerando o tempo disponível e o nível informativo resumido dos temas abordados, face às condições estruturais impostas), espera-se, também, que a proposta possa ser estendida a outras unidades prisionais. Tal ampliação facilitaria cumprir o objetivo de aproximar o detento-leitor, do DF, de uma prática de leitura que o leve a perceber/entender melhor a importância de estar efetivamente disposto a articular questões como tempo disponível e

leitura feita, bem utilizados e integrados, para um produtivo – e possível – processo de ressocialização.

Uma avaliação crítica, também estruturada a partir da aplicação de um questionário aos detentos-leitores, será realizada ao término das oficinas literárias pela equipe gestora do projeto e equipes da Secretaria da Justiça/DF. Posteriormente, a partir dos dados coletados nos questionários e discussão teórica devida, serão realizadas mudanças necessárias para melhor atendimento dos objetivos propostos no projeto. Os dados e resultados serão apresentados em livro e CD-room a serem distribuídos às bibliotecas de presídios (de todo o Brasil), às de universidades, além de secretarias e entidades/ONGs ligadas à questão dos temas aqui propostos.

Bibliografia de apoio

BAKHTIN, Mikhail M. **Estética da criação verbal**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E CONSELHO PENITENCIÁRIO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA. **Diretrizes nacionais: educação em prisões**. OEI: Organização dos Estados Ibero-americanos, 2010.

CRAIDY, Carmem Miranda (Org.). **Educação em prisões: direito e desafio**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

LEMGRUBER, Julita. **Arquitetura institucional do sistema único de Segurança Pública**. Acordo de cooperação técnica: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Serviço Social da Indústria e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Distrito Federal, 2004.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (Org.). **Educação escolar entre as grades**. São Carlos: EdUFSCAR, 2007.

TINOCO, Robson Coelho. **Leitor real e teoria da recepção: travessias contemporâneas**. São Paulo: Horizonte, 2010.

YAMAMOTO, Aline et al. (Orgs.). **Cereja discute: educação em prisões**. São Paulo: Alfasol; Cereja, 2009.

ANEXO D – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

Eu _____, interno da Penitenciária do Distrito Federal I, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores (**Maria Luzineide P. da Costa Ribeiro**) do projeto de pesquisa intitulado “Sob Custódia do Tempo: a Literatura no cárcere” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N° 3.298/1999, alterado pelo Decreto N° 5.296/2004).

Brasília, ___ de _____ de 20 _____

Pesquisador responsável pelo projeto

Sujeito da Pesquisa

ANEXO E – TERMO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DO TEXTO

Projeto de Leitura e produção escrita para internos do Sistema Penitenciário do Distrito
Federal

SOB A CUSTÓDIA DO TEMPO: A LITERATURA NO CÁRCERE

CEDENTE/AUTOR (Nome completo): _____

CESSIONÁRIO(A)/ORGANIZADOR(A): Maria Luzineide P. da Costa Ribeiro, coordenadora das oficinas literárias do projeto de leitura e produção escrita no cárcere.

Pelo presente termo de cessão de direitos de uso o **CEDENTE/AUTOR**, autoriza, em caráter exclusivo e isento de qualquer ônus, o uso de seu(s) texto(s) acima intitulado(s) para publicação em obra individual ou coletiva a ser organizada pelo (a) **CESSIONÁRIO (A)/ORGANIZADOR(A)**.

O(A) Cedente/autor(a) declara que o texto em questão é de sua autoria pessoal, se responsabilizando, portanto, pela originalidade do mesmo, bem como por sua revisão e dá, ao (a) **CESSIONÁRIO(A)/ORGANIZADOR(A)**, plenos direitos para escolha do editor, meios de publicação, meios de reprodução, meios de divulgação, tiragem, formato, enfim tudo o que for necessário para que a publicação seja efetivada. Autorizo a reproduzir, inclusive em outro formato ou mídia, através de armazenamento permanente ou temporário, bem como a publicar, inclusive na rede mundial de computadores (Internet), permitindo, também, que sua linguagem possa ser reformulada, caso seja necessário, sem que me seja devido qualquer pagamento a título de direitos autorais,

O(A) **CESSIONÁRIO(A)/ORGANIZADOR(A)** se compromete a zelar pela qualidade editorial da publicação, garantindo que os conceitos e o pensamento do(a) **CEDENTE/AUTOR(A)** permaneçam fiéis aos originais.

Esta cessão vigora a partir da presente data, perdurando pelo prazo de vigência do respectivo contrato de edição da obra da qual será parte integrante, podendo o(a) **CESSIONÁRIO(A)/ORGANIZADOR(A)** realizar quantas edições julgar conveniente.

O (A) Cedente receberá pela cessão dos direitos dois (02) exemplares da publicação.

Para maior clareza, firma-se este termo.

Brasília, ____ de _____ de 2011.

ASSINATURA DO CEDENTE/AUTOR

ANEXO F – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM OS INTERNOS

Idade _____

Estado civil _____

Nº de filhos _____ Tempo de pena cumprido _____

Reincidente _____ Grau de instrução _____

1. Tem o hábito de ler? _____

2. Quantos livros lê ao mês? _____

3. Sempre leu ou só a partir da prisão?
_____4. Qual o(s) motivo(s) que o faz ler?
_____5. Em que momento e onde mais faz suas leituras?

6. Que tipo de livro costuma ler? _____

7. Qual o tipo de literatura te agrada? _____

8. Você é estimulado à leitura em ambiente escolar? _____

9. Já estudou em outras unidades do DF? _____

10. Como avalia a educação no presídio?

11. Já havia participado de oficinas em ambiente prisional? _____

12. Gostou das oficinas ministradas? De qual gostou mais? _____
_____13. Qual aspecto poderia ser melhorado nas oficinas? _____
_____14. Qual a sua sugestão para uma próxima atividade de oficinas?
_____15. Quais os aspectos positivos da literatura no ambiente prisional?

ANEXO G – TEXTOS PRODUZIDOS NAS OFICINAS LITERÁRIAS**VIDA DE PRESO**

Quando estava na rua
Minha vida era só alegria
Agora preso não tenho
Amigos com quem eu bebia
Agora eu sofro
E lembro-me de como eu sorria

Muros cercam o meu corpo
Minha mente não
Ela voa o tempo todo
E não falta imaginação
Vejo como ela viaja
Sem direção

Eita muro de pedra
Que me deixa parado
Sinto meu corpo
Todo engessado
Olho para cima
E não estou parado

É lento o tempo
O sol e o vento
Esquenta e esfria
E eu nesse tormento
E agora o que eu faria
Não vou me entregar
Por isso que eu sorria

Pátio e sol
Voltas sem fim
Fico atordado
Ajude-me anjo Serafim
Que tudo isso acabe
E logo tenha um fim

Vou estudar muito
Vontade de verdade
De fazer parte desse mundo
Quero essa liberdade
Ficar longe desses muros
Para minha dignidade.
Autor: O. P. L (interno do bloco E)

JOÃO SONHADOR

João cabra valente
Alegre e sonhador
Andava sozinho na vida
Até que Maria chegou
Os dois se encontraram
E um romance começou

João Ilhe mandou flores
E declarava seu amor
Maria toda contente
Sonhava com o beija-flor
Na janela da sua casa
Aguardando seu amor

Com o passar do tempo
O primeiro beijo rolou
Nada mais de recado
Nem de promessas de amor
Porque a noite chegou ao fim
E João homem de bem acordou...

Autores: A. C. M, B. A e E. O. L. V (internos do bloco E)

Liberdade...

Queria Deus que eu verçã os mures
desta prisão, porque as muralhas que prendem
meu corpo não conseguem prender os meus
pensamentos, e assim deu asas a
imaginação seja além da para que meu
vôo seja além da nossa dimensão.



Liberdade



Existem Homens preso livres #
e Existem Homens livres preso.

Tudo é uma questão de convênios.

As grades NÃO me seguraram
logo, logo to lá no mundo.

PAZ, TEMO FÉ EM DEUS

De tudo de meu amor perdi o resto,
antes e com tal zelo e tanto o sempre,
que mesmo em face do maior encanto
dele se encanto mais o meu pensamento.

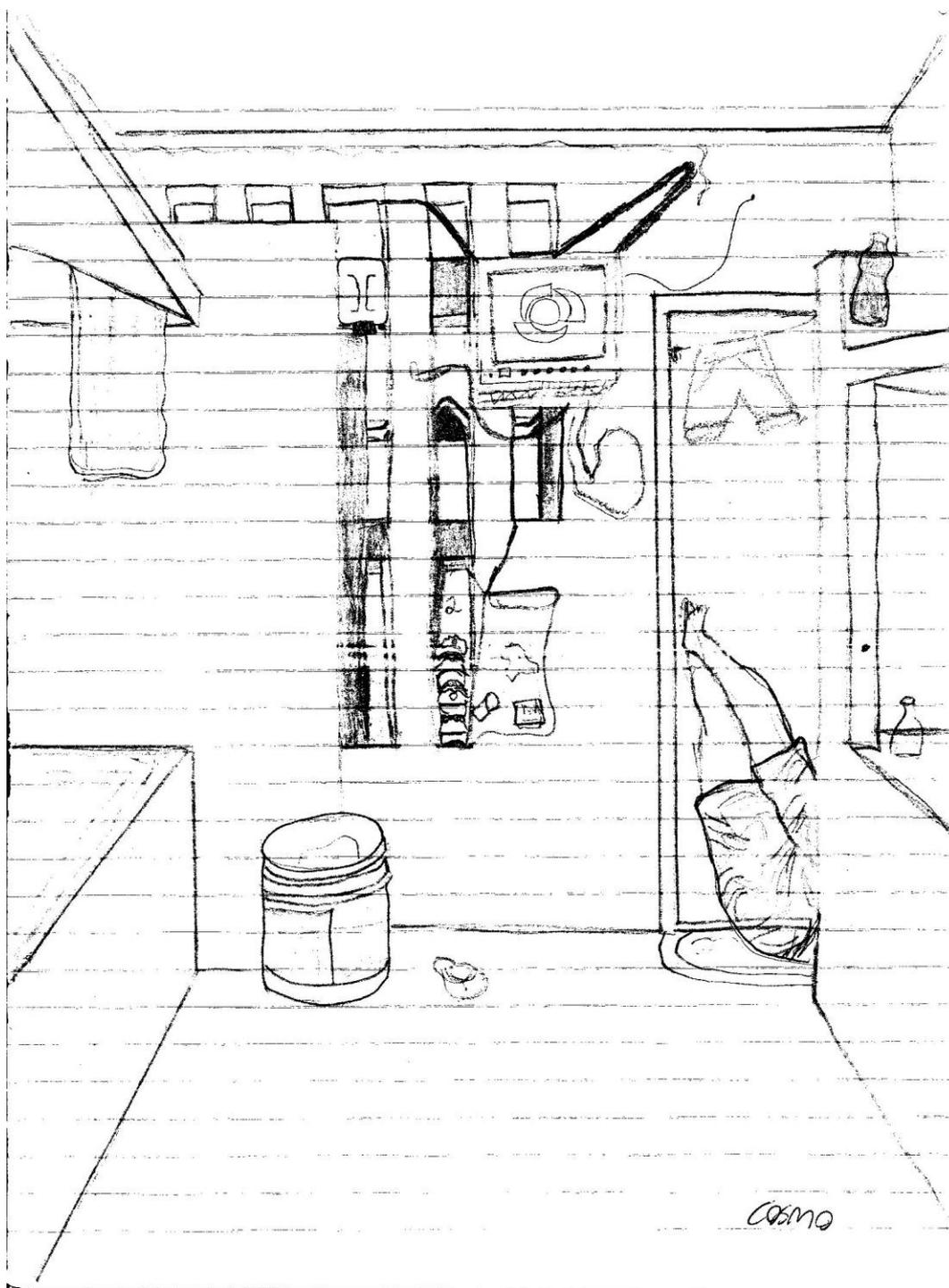
Quero vivê-lo em cada vão momento,
~~em~~ e em seu louvor hei de espalhar
meu canto, e rir meu riso ou derramar
meu pranto ao seu pesar ou seu contentamento.

É assim mas tarde quando me procure
quem sabe a morte, ~~talvez~~ ~~o~~ fim de quem
vive, quem sabe a felicidade, fim de quem ama,
eu possa me dizer do amor que tive:
que não seja imortal porquanto é eterno,
mas que seja infinito enquanto dure.

Vinícios de Moraes.

(Soneto de Fidelidade ...)

**ANEXO H – OFICINA DE PINTURA – DESENHO DE UMA CELA DA UNIDADE
PESQUISADA**



ANEXO I – QUESTIONÁRIO APLICADO PARA OS INTERNOS NA PDFI

Universidade de Brasília – Instituto de Letras

Departamento de Teoria Literária e Literaturas**Programa de Pós-graduação em Literatura brasileira e Práticas sociais****Coordenador da Pesquisa: Prof. Maria Luzineide Ribeiro**

1. Preencha os espaços com o cuidado de não deixar nenhum deles em branco.

Unidade Prisional _____

Sua série escolar _____

Sua idade _____

Data de aplicação deste questionário __/__/_____

2. Observações gerais:

2.1. Leia atentamente cada item das questões para só depois respondê-las.

2.2. Entenda a “área de Língua Portuguesa” composta por aulas de Redação, Gramática e Literatura.

2.3. Você pode optar por mais de um item em cada questão. Só tenha o devido cuidado de não se contradizer em suas escolhas.

2.4. Em caso de dúvidas quanto ao conteúdo de um item chame o pesquisador-aplicador, ou o professor, para auxiliá-lo em sua leitura e compreensão.

QUESTÕES**1 A leitura em geral, para você**

- a. é importante porque amplia os conhecimentos de mundo;
- b. não é importante porque pode ser substituída por outros meios para receber informação como conversas e assistir a telejornais;
- c. é importante porque possibilita um convívio melhor com outras pessoas;
- d. não é importante porque nada acrescenta a esse convívio;
- e. é importante porque dá prazer, além de ampliar os conhecimentos de mundo;

2 você considera a leitura, normalmente, uma atividade complexa?

- a. Sim, porque exige pensar no que está escrito (relacionando as idéias escritas)
- b. sim, porque exige um trabalho mental de adaptação do que se lê a um objetivo
- c. sim, porque específico (por ex., ler um romance para apresentá-lo em sala);
- d. sim, porque exige um “estar consigo mesmo”, em atitude de silêncio e atenção ao que se lê.
- e. Não, porque a prática de leitura facilita a compreensão, em geral, do que se lê.

3 Você considera a leitura uma atividade mentalmente cansativa?

- a. Sim, porque o conteúdo dos textos, normalmente, são de histórias sem ação, só com bastante descrição e palavras difíceis;
- b. sim, porque os textos, normalmente, trazem pouca informação interessante;
- c. sim, porque os textos têm muitas informações que não fazem parte do dia a dia na escola, em casa, com os amigos etc.;
- d. sim, porque ler exige atenção e disposição para apreender novas informações.
- e. Não, porque a prática de leitura oferece informações que são importantes para quem lê.

4 Você considera que o hábito da leitura é

- a. demonstração de sabedoria, inteligência e conhecimentos gerais;
- b. atividade mais apropriada para pessoas de mais idade;
- c. atividade que facilita a produção de textos escritos;
- d. atividade que dá prazer pela ato mesmo da leitura; pela possibilidade, assim, de conhecer o mundo e as pessoas;
- e. atividade que promove integração entre leitor e texto (permitindo que a pessoa que lê conheça mais o mundo em que vive e conheça melhor a si própria).

5 O hábito de adquirir informação por meio da leitura

- a. pode permitir que se tenha mais sucesso na profissão;
- b. não interfere na possibilidade de se arrumar uma boa profissão;
- c. pode levar as pessoas a serem menos violentas, na medida em que estão melhor informadas sobre, por exemplo, questões referentes a um bom convívio social;
- d. facilita muito uma visão mais crítica, por exemplo, sobre economia, religião, drogas; se desenvolvido desde a infância, facilita o entendimento do mundo e da própria leitura;
- e. aprimora o senso de análise do que se lê, a expressão escrita e oral.

6 Quanto a um leitor brasileiro que lê, em média, 2,8 livros por ano: você se considera uma pessoa que lê

- a. muitíssimo (mais de 4 livros);
- b. muito (entre 4 e 3 livros);
- c. bastante (até 3 livros);
- d. razoavelmente (até 2 livros);
- e. pouco (1 livro);

7 Você se considera uma pessoa que não lê

- a. porque não acha necessário ler;
- b. porque não foi bem orientado para essa prática;
- c. porque não tem tempo para ler;
- d. porque não gosta de ler.
- e. porque não tem paciência para ler;

8 Quanto a livros, você prefere os

- a. romances clássicos (Machado de Assis, José de Alencar, José Saramago etc.)
- b. romances de autores contemporâneos conhecidos (Paulo Coelho, por ex.)
- c. de ficção (policial, espacial etc.)
- d. de auto-ajuda (para um convívio mais espiritual com as pessoas, por ex.)
- e. você não tem hábito de ler livros.

9 Quanto ao último livro lido por você, foi há

- a. alguns dias;
- b. duas semanas;
- c. mais ou menos dois meses;
- d. não se lembra.
- e. mais de dois meses;

11 Quanto a seus pais, marque os itens seguintes:

Eles, normalmente,

- a. incentivam a leitura em casa e na escola;
- b. não incentivam a leitura;
- c. incentivam visitas a museus, exposições etc.

- d. têm hábito de ler
- e. têm hábito de assistir televisão

12 Têm escolaridade:

- sua mãe, até
- a. ensino fundamental;
 - b. ensino médio;
 - c. ensino superior;
 - d. pós-graduação;
 - e. sua mãe não tem nenhuma escolaridade;

- seu pai, até
- a. ensino fundamental;
 - b. ensino médio;
 - c. ensino superior;
 - d. pós-graduação;
 - e. seu pai não tem nenhuma escolaridade;

12 Quanto a seus professores da área de Língua Portuguesa, normalmente, eles

- a. demonstram a importância da leitura como atividade prazerosa e informativa;
- b. propõem leituras se preocupando em escolher as mais interessantes para sua idade, sua realidade social etc.;
- c. discutem com os alunos, para esclarecer objetivos a serem atingidos, antes de decidir qual leitura será feita;
- d. não discutem com os alunos sobre essas questões;
- e. não propõem leituras variadas.

13 Esses professores, normalmente,

- a. usam métodos para avaliar, como fichamentos e resumos, com análise e discussão das leituras feitas;
- b. não usam esses métodos;
- c. aplicam avaliações, sobre leituras feitas, que poderiam ser mais interessantes, por ex., valorizando a leitura feita com atenção e preocupação de entender mesmo o assunto;
- d. não aplicam essas avaliações.

14 Com relação à literatura em geral, escolas e obras literárias, os professores de literatura, normalmente, demonstram ter um nível de leitura

- a. que deveria ser melhor;
- b. razoável;
- c. muito bom;
- d. excelente;

15 Você considera que outras atividades poderiam auxiliar a compreensão das leituras feitas, sobretudo as pedidas na escola, tornando-as mais informativas e interessantes?

- a. Sim, atividades como encenação teatral de romances ou partes deles;
- b. assistir a filmes, documentários relacionados a assuntos dos livros;
- c. conversas com escritores, artistas da região;
- d. realização de leituras na própria sala de aula;
- e. não, outras atividades não tornariam a leitura mais informativa e interessante.

16 Esta questão se divide em quatro partes:

a) Dos assuntos listados abaixo, qual(is) lhe desperta(m) mais o interesse:

- | | | | |
|-------------------------------------|---|--|---|
| <input type="checkbox"/> esportes | <input type="checkbox"/> economia | <input type="checkbox"/> noticiários de tv | <input type="checkbox"/> artes |
| <input type="checkbox"/> religião | <input type="checkbox"/> política | <input type="checkbox"/> novelas | <input type="checkbox"/> literatura nacional |
| <input type="checkbox"/> saúde | <input type="checkbox"/> educação | <input type="checkbox"/> astronomia | <input type="checkbox"/> literatura internacional |
| <input type="checkbox"/> música | <input type="checkbox"/> eventos artísticos | <input type="checkbox"/> artes | <input type="checkbox"/> drogas |
| <input type="checkbox"/> matemática | <input type="checkbox"/> viagens, passeios | <input type="checkbox"/> auto-ajuda | <input type="checkbox"/> física |
| <input type="checkbox"/> química | <input type="checkbox"/> outros _____ | | |

b) Sobre os assuntos marcados no item anterior, nas aulas de Língua Portuguesa,

- eles são discutidos sempre; raramente são discutidos;
- eles são discutidos de vez em quando; nunca são discutidos.

c) Ainda sobre esses assuntos, os professores da área de Língua Portuguesa

- pedem leitura sobre eles sempre; pedem leitura sobre eles raramente;
- pedem leituras sobre eles de vez em quando; nunca pedem leitura sobre eles.

d) Marque os assuntos, na sua opinião, que mais despertam o interesse desses professores para desenvolver atividades relacionadas, por exemplo, a leituras e pesquisas:

- | | | | |
|--|---|--|---|
| <input type="checkbox"/> esportes | <input type="checkbox"/> economia | <input type="checkbox"/> noticiários de tv | <input type="checkbox"/> artes |
| <input type="checkbox"/> religião | <input type="checkbox"/> política | <input type="checkbox"/> novelas | <input type="checkbox"/> literatura nacional |
| <input type="checkbox"/> saúde | <input type="checkbox"/> educação | <input type="checkbox"/> astronomia | <input type="checkbox"/> literatura internacional |
| <input type="checkbox"/> música | <input type="checkbox"/> eventos artísticos | <input type="checkbox"/> informática | <input type="checkbox"/> drogas |
| <input type="checkbox"/> viagens, passeios | <input type="checkbox"/> auto-ajuda; | <input type="checkbox"/> outros | _____ |

ANEXO J – ROTEIRO PARA ENTREVISTA – CHEFE DO NÚCLEO DE ENSINO

Nome:

Função:

Experiência profissional:

Costuma ler? Quais as últimas obras lidas?

Equipe:

Dados da unidade prisional

Unidade prisional: PDF I

Bloco:

Nº de internos

Rotina do bloco

Seleção dos alunos

Nº de salas:

Turnos:

Alunos atendidos:

Segmentos:

Porcentagem de alunos do CAJE:

Biblioteca

Acervo

Acesso

Critérios de seleção do material

Movimentação mensal

Títulos mais procurados

Produções no cárcere

Importância da Literatura no processo educacional

Relação segurança e educação

Restrição de temáticas

Formas e acessibilidade à biblioteca